




Content and Information for Leaders
Economy&Law®



20 ANOS
SENADO

Ficha técnica

Presidente do Conselho Editorial: Arnoldo Wald Filho

Coordenação: Agostinho Turbian e Ilana Trombka

Diretores: Tathiana H S Turbian e Thiago U H S Turbian

Curadoria de Conteúdo, edição e revisão: Bruna Lencioni

Conteúdo: Agência Senado

Direção de Arte: Rogério Macadura

Fotos: Agência Senado

EDITORIAL



LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO

Destroços são transformados em arte: a história por trás do **quadro criado e doado ao Senado por Vik Muniz**

ILANA TROMBKA

Diretora-geral do Senado Federal

Ao olhar o quadro criado pelo artista plástico Vik Muniz, afixado no Salão Azul, sou impactada com muitas emoções e memórias. Em cada fragmento retratado ali, há uma parte dos tristes acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, que testaram nossa democracia e marcaram a história do país.

Nos dias posteriores à invasão, nossas equipes precisaram agir rápido e pensar em formas de minimizar os danos causados. Era preciso ressignificar aquele episódio tão traumático. Foi nesse momento que a ideia de transformar os destroços em arte começou a ser discutida e a ganhar forma.

Eu queria mais do que simplesmente reconstruir; meu objetivo era ir além. A dor de ver vidraças quebradas, tapetes apodrecidos e restos de bala precisava dar lugar a uma mensagem de força e renovação. Para isto, precisávamos de um profissional que desse vida a este projeto.

Em uma das reuniões de trabalho, um colega sugeriu o nome do Vik Muniz, artista cuja estatura artística era inquestionável. Então, muito rapidamente, tivemos certeza de que ele seria a pessoa ideal para nos acompanhar na empreitada que teríamos pela frente. Fiz as tratativas necessárias, formulei o convite a ele, logo, todos os detalhes estavam alinhados.

O próximo passo seria fazer com que o material recolhido chegasse às mãos do Vik. Enviamos, então, ao seu ateliê, no Rio de Janeiro, mais de três toneladas de vidros, carpetes e estilhaços.

Depois de meses de trabalho, recebemos, em 7 de fevereiro deste ano (2024), o belo painel concebido e doado por Vik ao Senado. O quadro foi colocado permanentemente na parede entre a entrada do Plenário e a Presidência da Casa, local que esteve lotado de invasores durante os atos antidemocráticos.

Enquanto servidora pública e na condição de diretora-geral do Senado, ressalto que aquela tela representa muito mais do que a lembrança de tudo o que vivemos, cada detalhe evidencia que, apesar de termos enfrentado desafios inimagináveis, emergimos ainda maiores, melhores e mais fortes.



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



TRADIÇÃO QUE AJUDA A ESCREVER O FUTURO

O Sistema CNC-Sesc-Senac parabeniza o Senado brasileiro pelos 200 anos de história. Um marco para a democracia e para a construção de um País cada vez mais forte e próspero.

CNC

Sesc Senac

TRABALHO QUE VALORIZA O BRASIL





PASSADO DE GRANDEZA, PRESENTE DE AÇÃO, FUTURO DE PROGRESSO

Parabéns, Senado Federal.
Há 200 anos ajudando a construir
a história da indústria e do Brasil.



CNI

Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA


Entre nós,
você vem
primeiro.


bradesco



Há 200 anos a democracia brasileira passa pelo SENADO FEDERAL

O Senado sempre teve um papel fundamental na elaboração de leis, nos debates políticos, na defesa dos direitos, das garantias constitucionais e da democracia.

A **ANATRIP** reconhece o papel fundamental do Senado na regulamentação do transporte de passageiros, e sua contribuição para o desenvolvimento do setor que assegura aos brasileiros o direito fundamental de ir e vir.

ANATRIP

Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviário de Passageiros

+55 (61) 3526-5740

contato@anatrip.org.br



VÁ DE ÔNIBUS, É MAIS LEGAL!

Com as novidades de entretenimento, conforto e segurança disponíveis nos ônibus atuais, viajar de ônibus, seja para o turismo ou a trabalho, está se tornando uma experiência cada vez mais agradável. A opção é uma tendência mundial para viagens de até 600 quilômetros e já é a principal escolha e a melhor opção para muitos destinos em todo o Brasil.
O ônibus é o transporte que move o Brasil. Além de ser mais econômico, ele permite novas experiências, a cada trecho, e novos horizontes a cada viagem.

Vá de ônibus legal. É mais legal e seguro para todos.

ANATRIP
Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros

www.anatrip.com.br

@anatripbrasil


Plante, Cultive e Colha a Paz.

Os produtores rurais do Brasil reconhecem a relevância histórica do Senado Brasileiro e o parabeniza pelos 200 anos de atuação legislativa que fortalece a democracia.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FAESP

A RELATED E O GRUPO BUENO NETTO ENTREGAM AS PRIMEIRAS RESIDÊNCIAS INTERNACIONAIS DO PARQUE GLOBAL, O MAIOR EMPREENDIMENTO DE ALTO PADRÃO DA AMÉRICA LATINA.



PARQUE GLOBAL

VENHA SE ENCANTAR COM A MAIS NOVA GERAÇÃO DE ALTO LUXO,

RESIDÊNCIAS INTERNACIONAIS
PRONTAS E EM CONSTRUÇÃO

142 A 384 M²

UNIDADES DUPLEX
DE ATÉ **597 M²**

PROSPECT **96% VENDIDO**

REGENT **97% VENDIDO**

Projeto de construção do empreendimento, conforme Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 2013/27407-00, expedido pela Municipalidade de São Paulo em 3/10/2013; promoveu o registro do Memorial de Incorporação Prefeitura Municipal o projeto modificativo de construção do empreendimento, conforme Projeto Modificativo de Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova nº 2013-27407-02, publicado pela Municipalidade e lançou as normas da Convenção de Condomínio por meio de instrumento particular, que integra o Memorial de Incorporação acima referido. O empreendimento Shopping Center será objeto de aprovação de O empreendimento somente será comercializado após o registro do Memorial de Incorporação no referido cartório de registro de imóveis, nos termos da Lei 4.591/64. O empreendimento Complexo de Inovação, Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo-SP. O empreendimento somente será comercializado após o registro do Memorial de Incorporação no referido cartório de registro de imóveis, nos termos da Lei comuns do empreendimento serão entregues conforme Projeto Legal, Memorial de Incorporação e Memorial Descritivo de Acabamento do empreendimento, que prevalecerão em caso de conflito com qualquer

- QUADRAS DE TÊNIS COBERTA E DESCOBERTA
- 3 QUADRAS DE BEACH TENNIS
- QUADRA DE PICKLEBALL
- QUADRA DE SQUASH
- PISCINA DE NATAÇÃO COM RAIA COBERTA
- PISCINA INFANTIL
- PISCINAS RECREATIVAS
- QUADRA POLIESPORTIVA
- 2 CAMPOS DE FUTEBOL SOCIETY
- PISTA DE COOPER
- SIMULADOR DE GOLF
- ACADEMIA COMPLETA COM ASSISTÊNCIA DE PERSONAL
- ACADEMIAS PRIVATIVAS
- BOLICHE COM 3 PISTAS
- SALA DE PILATES
- WINE BAR COM ADEGAS PRIVATIVAS
- PAISAGISMO EXUBERANTE
- VALET PARK

NEW



Foto das torres

EXCLUSIVIDADE E SOFISTICAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO.

SEMPIONE

100% VENDIDO

BUENO NETTO

REALIZAÇÃO:

Benx Incorporadora

RELATED BRASIL

WWW.PARQUEGLOBAL.COM.BR
11 5199 1919
CONHEÇA O COMPLEXO GLOBAL
Marginal do Rio Pinheiros, 14.500
Eixo Marginal Pinheiros Sul

no 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, conforme R.03/M.220.869 de 23/10/2013, transportado conforme a Av. 01/M.225.471 de 27/1/2014, revalidada sob a Av. 7/M.225.471 de 27/4/2020; aprovou na de São Paulo em 28/8/2020 e promoveu o registro da rerratificação e revalidação do Memorial de Incorporação no 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, averbado sob a Av. 9/M.225.471 de 18/9/2020; projeto legal perante a Prefeitura Municipal de São Paulo. Após aprovação, a incorporadora promoverá o registro da incorporação imobiliária no 15º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo-SP. Saúde e Educação será objeto de aprovação de projeto legal perante a Prefeitura Municipal de São Paulo. Após aprovação, a incorporadora promoverá o registro da incorporação imobiliária no 15º Cartório de 4.591/64. Todas as imagens e perspectivas contidas neste material são meramente ilustrativas e poderão sofrer alterações, inclusive quanto a forma, cor, textura, posição e tamanho. As unidades autônomas e áreas outro material ou informação relativa ao empreendimento.

PARABENIZAMOS O SENADO FEDERAL PELOS SEUS **200 ANOS**

DE HISTÓRIA E CONTRIBUIÇÕES PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL, RECONHECENDO SUAS LUTAS E CONQUISTAS, E, EM ESPECIAL, OS ESFORÇOS DEDICADOS À POPULAÇÃO CARIOCA E FLUMINENSE.

Light





PALÁCIO MONROE
SEGUNDA SEDE DO SENADO | RIO DE JANEIRO (1918)
Foto: Augusto Malta (Acervo Light)



Um jeito inteligente de cuidar do seu dinheiro.



inter

O Super App da sua vida financeira

Baixe o Super App.


Conta digital
Shopping
vestimentos
e mais.



GESTÃO PÚBLICA TRANSFORMA VIDAS

ejcon

Para qualquer desafio da gestão pública, existe uma solução Eicon

O atual cenário da administração pública pode parecer desafiador, mas é possível assegurar resultados positivos já nos primeiros meses com as soluções digitais e personalizadas da Eicon. Qualquer que seja o tamanho e a complexidade da sua gestão, tem sempre uma solução Eicon para transformar vidas.



Plataforma social

Redes de saúde e educação integradas, organizadas e com atendimento humanizado, utilizando apenas a estrutura já existente.



Plataforma tributária

Recupere e aumente de maneira sustentável os recursos necessários para uma excelente administração com justiça fiscal.



Plataforma administrativa

Eficiência para órgãos públicos com operação inteligente, alertas que orientam tarefas e integração entre cidadãos e governos, sem uso de papel.

Conheça nossas soluções e **transforme a gestão pública!**

www.eicon.com.br

(11) 2175-1111


Conheça mais sobre a AFS Capital acessando o site:
afscapital.com.br
Segurança para seus
negócios e investimentos,
assessoria para sua vida.
AFS Capital - Câmbio,
Crédito e Investimentos.
Invista no que te faz avançar.
Aponte a câmera do seu
celular para o QR Code e
tire as suas dúvidas com
nossos especialistas.


João Paulo
Luque
CEO AFS Capital
AFS
CAPITAL
btg pactual

Conheça mais sobre a Lifetime W acessando o site:
lftm.com.br/lifetimew

A única gestora de patrimônio pensada por mulheres e para mulher

Aqui você encontra as melhores soluções para a perpetuação e proteção do seu patrimônio.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e tire as suas dúvidas com nossas especialistas.


es
LifetimeW
by Lifetime Investimentos



O **Fórum Internacional de Mulheres - edição Cancún** será um evento 100% voltado para o público feminino, com realização do GCSM Mulher e co-participação do Grupo Wave, que se realizará nos dias 24 a 28 de julho de 2024 no hotel SeaDust, situado na zona hoteleira de Cancún

Mais infos em gcsmmulher@editorai.com.br



FÓRUM INTERNACIONAL DE MULHERES

edição Cancún

24 a 28 de julho/24

Mulheres que ecoam suas vozes

Iniciativa e Realização

Co-participação

Apoio

Media Partners

Agência Oficial

Colaboração



Superar os desafios dessa jornada requer transparência, governança estruturada e visão de futuro.

© 2024 Grant Thornton Brazil. All rights reserved. Grant Thornton Brazil is a member firm of Grant Thornton International Limited (GTIL). GTIL and the member firms are not a worldwide partnership. Services are delivered by the member firms. GTIL and its member firms are not agents of, and do not obligate, one another and are not liable for one another's acts or omissions. Please see www.grantthornton.com.br for further details.



Na **Grant Thornton Brasil** auxiliamos as organizações a terem maior eficiência, excelência e transparência em suas estratégias, processos e operações por meio de soluções integradas de Auditoria, Consultoria e Tributos.

Conte com a nossa visão consultiva e de valor agregado para contribuir com o crescimento sustentável do seu negócio.

***Go beyond* business as usual.**

Audit | Tax | Advisory

GCSM
Global Council of Sustainability & Marketing

GCSM Mulher

Eventos 2024



missão empresarial
NAMÍBIA

8 a 12 de abril de 2024

O **Projeto Missão de Negócios Namíbia** é uma iniciativa que visa promover e facilitar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Namíbia. Por meio desta missão, 30 empresários brasileiros terão a oportunidade de explorar e identificar oportunidades de negócios, um país com um ambiente de investimento favorável e setores com altos índices de crescimento.





FOPA 2024
6º FÓRUM PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO

27 de maio de 2024
Guarulhos

O **FOPA - Fórum Paulista de Desenvolvimento**, hoje na sua sexta edição, foi pensado e idealizado em 2018 com o propósito de dar visibilidade ao vasto percurso das atividades de governança do Estado de São Paulo, com base nas informações oficiais do PDE - Plano de Desenvolvimento Econômico divulgadas pelo Governo.



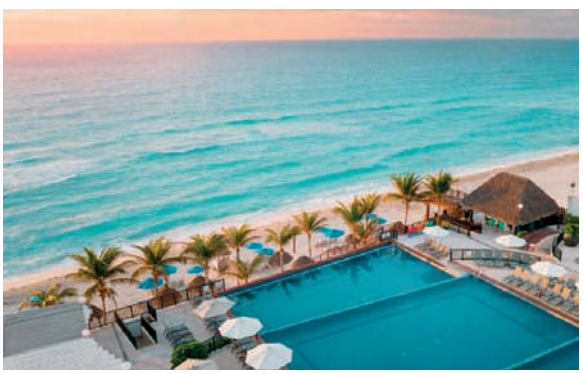
Conheça mais dos nossos eventos em
thewinners.com.br/gcsm



FÓRUM INTERNACIONAL DE MULHERES
edição Cancún

24 a 28 de julho de 2024

O **Fórum Internacional de Mulheres - edição Cancún** será um evento 100% voltado para o público feminino, com realização do GCSM Mulher e co-participação do Grupo Wave, que se realizará no hotel SeaDust, situado na zona hoteleira de Cancún e terá duração de 5 dias com foco em negócios, almoços e jantares de networking, passeio de barco e programação de entretenimento selecionada especialmente para o grupo





WOCA
WORLD COMPANY AWARD
2024

18 a 22 de setembro de 2024

O **WOCA**, na sua essência homenageia uma empresa ou entidade, mas sempre por meio da figura do seu principal gestor. Em sua 8ª edição, o evento será realizado em Luxemburgo, grão-Ducado de Luxemburgo. O WOCA está se tornando um do mais prestigiados prêmio internacional para empresas.



The WINNERS®

O melhor conteúdo sobre lifestyle&negócios



A revista *THE WINNERS* oferece ao leitor uma pauta completa para os negócios e para um estilo de vida. Feita para gestores, líderes e pessoas que procuram informação e entretenimento no mesmo lugar, traz entrevistas exclusivas com pessoas de destaque no Brasil e no mundo, com mais gestão, negócios, inovação, tendências, gastronomia, turismo, lançamentos e ainda atrações, com a cobertura de eventos e sua personalizada coluna Happens

Moderna e atualizada, é a leitura que não pode faltar a quem busca sucesso, conectividade e um caminho para o melhor que a vida pode oferecer

- Presente nas melhores *BANCAS DIGITAIS*
- *APP EXCLUSIVO* para leitura na íntegra
- *SITE* com os principais destaques



www.thewinners.com.br

App exclusivo

App Store | Google play

Bancas digitais

pressreader | Bancah! | ubook | Banca Digital | REVISTARIAS | Google Play

Redes sociais

TV GCSM

globalgcsm

@gcsm.oficial

Presidente do Conselho Editorial
Arnoldo Wald Filho

Conselheiros
Mario Garnero, Elmano Nigri, Henrique Ávila,
Tallulah de Carvalho, Pierpaolo Cruz Bottini e Thiago Turbian

Publisher e Editor
Agostinho Turbian

Vice-Presidente de Marketing e Inteligência Digital
Tathiana Turbian

Editora-chefe
Bruna Lencioni MTB 53.880

Editor-adjunto
Mauricio Eugenio

Direção de Arte
Purim Comunicação Visual

THE WINNERS ECONOMY&LAW
é uma publicação de responsabilidade do Grupo Innsbruck de Comunicação e Eventos.
Os textos assinados pelos articulistas não refletem, necessariamente,
a opinião da revista **THE WINNERS ECONOMY&LAW.**
Atenção: pessoas não mencionadas em nosso expediente não têm autorização para fazer reportagens,
vender anúncios ou pronunciar-se em nome da **THE WINNERS ECONOMY&LAW.**

1001 Brickell Bay Drive Suite 2406 – Miami, FL 33131 | Tel: (305) 456 3752 | Fax (305) 456 6342

Imagem de capa: Vik Muniz
Imagens: Adobe Stock, Premium FreePik, DepositPhotos e Divulgação

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C100700

Disponível na App Store

Disponível na Google play

Baixe um leitor de QR code em seu celular ou tablet, aponte o aparelho para esta imagem, escaneie e baixe o aplicativo.

www.thewinners.com.br/economy-law



CEO
Tathiana Hardt Souto Turbian

Diretor de Mercado
Gilberto da Silva

Vice-Presidente Comercial
Thiago Turbian | 11 971180996 | thiago@gcsm.com.br

Departamento Comercial (publicidade, suplementos e edições especiais)
Grupo Enzo Almeida

Av. Angélica, 688, conj. 704 - São Paulo - SP - Brasil Atlanta Business Tower - 01228-000
+55 11 3663.2242

ÍNDICE



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

40

“POSICIONAMENTOS CONTRÁRIOS NÃO PODEM DESCAMBAR PARA ATAQUES VIRULENTOS E ESTÉREIS”

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal, fala sobre os projetos mais importantes que a Casa aprovou, o peso do Parlamento para o fim da ditadura, reafirma força da democracia e diz que polarização pode existir, mas que “política não deve ser movida por arroubos do momento ou por radicalismos”

36 APRESENTAÇÃO
Agostinho Turbian e Arnoldo Wald Filho

38 CARTA AO LEITOR
Bruna Lencioni

48 As sedes do Senado Federal

54 Senado Federal, um passeio na história

78 ARTIGO
Fernando Cesar Cunha

80 O fim dos cargos vitalícios, a República e o Golpe de 64

86 ARTIGO
José Roberto Tadros

88 Primeira senadora tomou posse há 45 anos

94 ARTIGO
Antonio Ricardo Alvarez Alban

96 A primeira senadora negra do Brasil foi eleita em 1981

104 Eventos na Nova República são marcados por Sarney e Collor

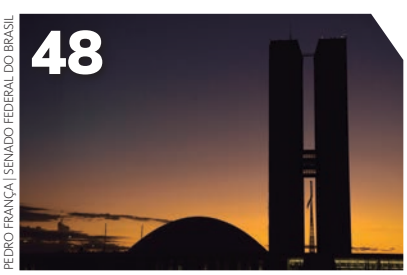
106 ARTIGO
Acir Gurgacz

108 Galeria dos presidentes

116 Galeria das Senadoras

124 Ataques de 8 de janeiro mostraram que democracia brasileira é firme

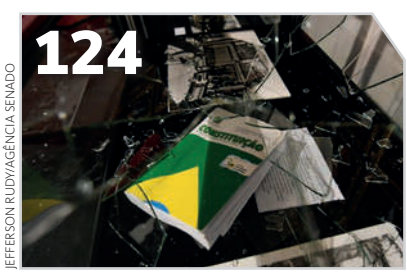
132 Presente e futuro



PEDRO FRANÇA | SENADO FEDERAL DO BRASIL



REPRODUÇÃO



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

APRESENTAÇÃO

DIVULGAÇÃO



AGOSTINHO TURBIAN
Publisher

Bicentenário do Senado é data para comemorar **o Estado democrático de Direito**

O bicentenário do Senado Federal brasileiro não é só uma data para não ser esquecida, mas, sim, festejada. Afinal, no dia 25 de março de 1824, sob a batuta de dom Pedro I, a primeira Constituição do país foi outorgada, e com ela, se deu também a criação do Senado, além da Câmara. Aquele texto era a base do que até hoje compõe o nosso Estado.

O primeiro Senado era composto por 51 membros, 23 barões viscondes ou marqueses, nove juízes, sete membros da Igreja Católica, quatro do Exército. Além de dois médicos, um advogado e quatro proprietários de terras. Os príncipes da Casa Imperial também tinham direito a assento no colegiado aos 25 anos de idade, o que fez da princesa Isabel a primeira mulher a ocupar posto na Casa – ela, no entanto, nunca foi empossada, tampouco participou de debates ou discussões. Os mandatos eram vitalícios, e a escolha era feita pelo imperador a partir de uma lista tríplice.

O que muita gente não sabe é que os cargos eram vitalícios. Por essa razão, era comum que os políticos passassem décadas no Senado. O Marquês de Muritiba (BA), por exemplo, foi senador por 38 anos. O seu tempo no Senado só não foi maior porque ele e todos os demais senadores do Império foram derrubados em 1889 pela República recém-instalada, que também aboliu o caráter vitalício da instituição, em 1891.

> **“EM TODA A SUA EXISTÊNCIA, O SENADO BRASILEIRO SE MOSTROU IMPORTANTE FIO CONDUTOR ENTRE OS PENSAMENTOS DA SOCIEDADE, O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E SUAS REFORMAS ESTRUTURAIS, PASSANDO POR MOMENTOS QUE DESAFIARAM O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO, COMO O GOLPE DE 1964”**

Documentos da época do Império, mantidos hoje sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a vitaliciedade dos senadores era controversa e, durante as seis décadas em que vigorou, foi alvo constante de amores e ódios.

O Senado moderado seria um freio e contrapeso à efervescência da Câmara. Enquanto os deputados se inclinariam a aprovar mudanças rápidas e até radicais no Brasil, pois sempre existiam eleitos chegando à Câmara com ideias novas, os senadores buscariam impedir rupturas ou pelo menos amortecer as reviravoltas, para que as mudanças ocorressem de forma gradual, sem solapar as instituições e o próprio Império.

É por uma razão assemelhada que hoje os senadores, diferentemente dos deputados federais, têm mandato de oito anos e a renovação a cada eleição não é da instituição inteira. Numa eleição, renovam-se dois terços dos senadores. Na eleição seguinte, quatro anos depois, renova-se o terço restante.



GREGORY GRIGORAGI

ARNOLDO WALD FILHO

Presidente do Conselho Editorial

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o governo provisório dissolveu o Senado e a Câmara e fixou para 15 de setembro de 1890 a eleição para a nova assembleia constituinte. Dois meses depois, esta foi instituída, com a presença de 205 deputados e 63 senadores. Em fevereiro de 1891, a Assembleia aprovou a primeira Constituição republicana do Brasil, com a determinação de que os senadores, deixando de ser vitalícios, passavam a ser eleitos para mandatos de nove anos.

Conexão com o desenvolvimento

A história do Senado brasileiro é dividida em partes que se conectam com a história e o desenvolvimento do país, como pretende mostrar esta edição especial dos 200 anos. São elas: O Senado no Império, na República e na Nova República.

Em toda a sua existência, o Senado brasileiro se mostrou importante fio condutor entre os pensamentos da sociedade, o desenvolvimento do país e suas reformas estruturais, passando por momentos que desafiaram o sistema político brasileiro, como o golpe de 1964. Teve seus altos e baixos, mas é imprescindível que se comemore a sua existência, para a continuidade do Estado democrático de Direito no Brasil, que funciona muito bem alicerçado por suas Casas de Leis em nome da democracia, das discussões pertinentes e do futuro do Brasil. E&L



WALDEMIR BARRETO | SENADO FEDERAL DO BRASIL

CARTA AO LEITOR



GREGORY GRIGORAGI

A história do Senado **é conhecida?**

BRUNA LENCIONI
Editora-chefe

O título desta carta ao leitor é uma pergunta simples e não requer muito tempo para ser respondida. Claramente a história do Senado Federal é pouco conhecida. A explicação é também simples: pouco se estuda história neste país. O Brasil, aliás, não é muito bom em contar sua própria história, e também não é bom em transformar sua história em grandes atrações, que rendam dinheiro, como fazem muito bem os europeus, por exemplo, com os seus inúmeros museus que atraem milhões de visitantes.

É triste sair perguntando por aí: "você conhece a história do Senado?", e as pessoas responderem, de plano, "não, não sei como surgiu e não tenho ideia do que aconteceu por lá". Pior: muitos não sabem para o que serve. É o que certamente a maioria da população responderia, se considerarmos que a educação tenta ensinar, mas pouco consegue, muito em função de sua precária estrutura. Aliás, está aí um bom ponto para o Senado avançar – lutar mais por causas como a educação.

Feito o lead, é possível agora discorrer sobre a importância desta publicação para a história brasileira. Este especial de 200 anos do Senado não tem cunho político, mas sim histórico. Com a escassez de produtos impressos para ler, a Editora Innsbruck, através da Economy&Law, vem por meio deste documento, deixar registrado na história o bicentenário do Senado (também em versão digital), trazendo os principais fatos que marcaram sua existência desde 25 de março de 1824.



LEONARDO SÁ | SENADO FEDERAL DO BRASIL

Não é pretensão fazer qualquer análise política ou histórica, mas através da linha do tempo contar como surgiu e sua trajetória com o passar dos anos, que se confundem com os momentos políticos mais marcantes do país. Para tanto, foi feita uma curadoria de conteúdo em parceria com a Agência Senado, e com total apoio da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, que nos forneceu suporte a todo momento.

A edição dos 200 anos do Senado é um passeio pela história do Brasil. Boa leitura! E&L


Shows, Congressos e Feiras
em São Paulo, sempre um espetáculo.
SP
É ISSO
E MUITO
MAIS.
São Paulo é referência na realização de eventos em centros de convenções e espaços especializados, como a Sala São Paulo, que possui uma das melhores acústicas do mundo. Seja na capital ou no interior, existem muitas opções para realizar eventos e oferecer a melhor experiência possível. Tem São Paulo para todos os tipos e tamanhos de encontros. Consulte também os programas de Stopover e aproveite para conhecer os destinos paulistas.
SP PRA TODOS
visitesaopaulo.com
A B E A R
Associação Brasileira das Empresas Aéreas
VISITE SÃO PAULO
Apoio Institucional
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

RED PAGES

| Da Redação



RODRIGO PACHECO,
presidente do Senado Federal

MARCOS BRANDÃO | SENADO FEDERAL DO BRASIL

“Posicionamentos contrários não podem descambar para ataques virulentos e estéreis”

Presidente fala sobre os projetos mais importantes que a Casa aprovou, o peso do Parlamento para o fim da ditadura, reafirma força da democracia e diz que polarização pode existir, mas que “política não deve ser movida por arroubos do momento ou por radicalismos”

No bicentenário do Senado Federal, quem preside a Casa é Rodrigo Pacheco (PSD). O político, de Rondônia, é o 67º presidente do Senado brasileiro. Ele tomou posse em 2021, e esteve à frente de debates importantes nos governos de Jair Bolsonaro e, agora, de Lula. Pacheco tem bastante habilidade política e sua oratória marcante é outro ponto de destaque.

Em entrevista à Economy&Law, ele comenta sobre os 200 anos do Senado, desde a Assembleia que constituiu o Parlamento até os dias de hoje. Também opina sobre a polarização política e o desafio das fake news. Confira a entrevista.

The Winners Economy&Law – Quando o Brasil realizou sua primeira Assembleia Constituinte, em 1823, o senhor considera que o país estava seguindo uma tendência internacional?

Rodrigo Pacheco – Considero que o Brasil iniciava sua consolidação, como nação soberana, com essa primeira experiência parlamentar e legislativa. Ou seja, uma condição histórica que deu início ao Poder Legislativo, tornando-se um caminho sem volta. Às vezes, com seu funcionamento interrompido, mas que, ao longo da história, demonstrou resiliência para retomar suas atividades em benefício do país e da democracia. No contexto histórico da época, o Brasil havia se tornado independente há menos de um ano de Portugal, sob reflexos de acontecimentos importantes no mundo, como a Revolução Francesa, a Revolução Constitucionalista da Espanha e da guerra da Independência dos Estados Unidos.

“TEMOS A EXPECTATIVA QUE A DISCUSSÃO SOBRE O FIM DA REELEIÇÃO NO BRASIL PARA OS CARGOS DE PRESIDENTE, GOVERNADOR E PREFEITO COMECE AINDA NESTE ANO. É UM DESEJO MUITO FORTE DOS SENADORES. SERIA UM GRANDE BEM E LEVARIA AO FIM DO ESTADO ELEITORAL PERMANENTE. DIVERSAS PROPOSTAS TRAMITAM NA CASA SOBRE O TEMA, POR ISSO VAMOS FAZER AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEBATER COM PROFUNDIDADE”

TWE&L – Combater o absolutismo, na figura do imperador, foi um grande passo para a história do país. Como o senhor analisa isso?

RP – Do ponto de vista legislativo, considero que os avanços históricos, que culminaram na evolução do país como uma nação soberana, foram importantes para que houvesse uma clara determinação, como vista em outros países, de uma busca por independência e por mais participação das pessoas nas instâncias decisórias. Portanto, um sistema de pesos e contrapesos, mais liberal e com leis claras, foi o desejo expressado em contraponto aos poderes ilimitados e centrados na figura de um monarca.

TWE&L – Um momento marcante para o Senado Federal nesses 200 anos. O que o senhor destacaria?

RP – Creio que houve muitos momentos marcantes. A história do Senado Federal se confunde com a própria trajetória do Brasil, como nação independente, produzindo assim uma participação efetiva nas várias passagens históricas. O Senado, por ter sido uma Casa concebida há 200 anos, ainda na época do Império brasileiro, foi protagonista de importantes realizações e decisões para o Brasil. O Senado mostrou sua relevância desde os primeiros debates sobre a abolição da escravatura, passando por momentos da República Velha, da Era Vargas e no fim da ditadura militar – com a derrubada dos atos institucionais, o fim da censura e o processo de abertura política –, e na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que deu origem à nossa atual Constituição Cidadã. Esses fatos, por si só, fazem do Senado uma instituição de imensa relevância na história brasileira.

TWE&L – Mais recentemente, o que o senhor destaca?

RP – Vivenciamos a tragédia da pandemia da covid-19, e mesmo com todas as limitações impostas pela doença, o Senado foi o primeiro Parlamento do mudo a implantar um sistema de deliberação remota, que permitiu a continuidade da atividade legislativa para aprovarmos iniciativas cruciais de combate ao vírus e para salvar milhões de vidas brasileiras. Também relembro a atuação da Casa no combate à perigosa onda de extremismo, radicalismo e polarização, onde a estabilidade das instituições teve o Senado como baluarte num momento dramático da nossa história. Além dos importantes marcos legislativos, aprovados nos últimos anos, que contribuem para o desenvolvimento do país.

TWE&L – O senhor poderia citar alguns “vícios” da política brasileira que poderiam ser dispensadas? Exemplo: a reeleição.

RP – Sim, concordo. Temos a expectativa que a discussão sobre o fim da reeleição no Brasil para os cargos de presidente, governador e prefeito comece ainda neste ano. É um desejo muito forte dos senadores. Seria um grande bem e levaria ao fim do estado eleitoral permanente. Diversas propostas tramitam na Casa sobre o tema, por isso vamos fazer audiências públicas e debater com profundidade.

TWE&L – Quais são os projetos mais relevantes votados pelo Senado nesses 200 anos?

RP – Foram inúmeros que asseguraram a nossa evolução como nação democrática. Cito algumas iniciativas históricas que se configuraram como sendo de suma importância para o Brasil, como os primeiros debates sobre a abolição da escravatura no Brasil, que surgiram no seio do Parlamento da época. Após o Brasil Império, o Senado seguiu cumprindo sua missão institucional e esteve presente na República Velha, na Era Vargas, no Regime Militar e Na Redemocratização.

A atuação do Senado foi determinante para o fim da ditadura militar, com a derrubada dos atos institucionais, o fim da censura e o processo de abertura política. Foi assim quando seus membros participaram da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que deu origem à nossa atual Constituição Cidadã. O Senado também aprovou leis que promoveram mais segurança e desenvolvimento para as mulheres, o combate ao racismo, entre tantas outras iniciativas.

Nos últimos anos, o Senado aprovou as reformas, como a da Previdência, a Trabalhista, Eleitoral e, recentemente, a Reforma Tributária, aguardada há décadas pela sociedade brasileira. Aprovamos diversos marcos regulatórios, entre eles: saneamento básico, ferrovias, cabotagem, gás natural, primeira infância, startups; e mais recentemente, os marcos do Sistema Nacional de Cultura, da demarcação das terras indígenas e da indústria dos jogos eletrônicos. Também aprovamos a capitalização da Eletrobrás, a autonomia do Banco Central, as Leis de Falências e a nova Lei de Licitações. Na área da cultura, as leis Paulo Gus-



MARCOS OLIVEIRA | SENADO FEDERAL DO BRASIL



WALDEMIR BARRETO | SENADO FEDERAL DO BRASIL

tavo e Aldir Blanc, e no esporte, a Lei Geral do Esporte e a SAF, que salvou o futebol brasileiro da falência. Destaco ainda o projeto de lei que garante igualdade salarial para homens e mulheres, o programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes, o Desenrola Brasil e a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, para assegurar mais moradias a quem precisa.

TWE&L – Os atos antidemocráticos de 8 de janeiro marcaram o país para sempre. A democracia saiu fortalecida, mas não é preocupante que ainda haja extremismos dessa natureza no Brasil?

RP – Os extremismos sempre são preocupantes. Para crescermos como um país inclusivo e próspero, precisamos combater os discursos de ódio, principalmente nas redes sociais, e as fake news. Os extremismos, de um ou de outro lado, como se a vida tivesse um sentido só, uma mão única, uma única vertente, são nocivos, contaminam e descredibilizam os debates democráticos.

TWE&L – A direita enxerga de outra forma. Não só não nominam o 8 de janeiro como antidemocráticos, mas culpam o Judiciário, especificamente o Supremo Tribunal Federal (STF) de fazer caça às bruxas. Como o Senado se posiciona frente a isso?

RP – Os envolvidos devem responder por seus atos na medida exata de eventuais crimes praticados, com suas penalidades previstas na lei, mas com amplo direito à defesa e ao contraditório. E isso cabe ao Judiciário.

TWE&L – Qual o papel das lideranças políticas nesse campo da polarização?

RP – Os homens públicos precisam primar por debates de ideias, em que haja congruência e respeito às discordâncias, que são típicas de uma democracia. Mas os posicionamentos contrários não podem descambar para ataques virulentos e estéreis. A política não deve ser movida por arroubos do momento ou por radicalismos. Precisamos ter coragem e firmeza para entregar ao povo brasileiro as realizações necessárias que vão impactar de maneira positiva a vida de todos.

TWE&L – O parlamento tem entre suas funções, a de fiscalizar o Executivo. O senhor acha que isso funciona quando a base governista é maioria no Parlamento?

RP – O exercício da função fiscalizadora por parte do Poder Legislativo não está diretamente ligado ao tamanho da base do governo no Parlamento. Além disso, o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Legislativo que oferece seus pareceres às diferentes comissões de controle e de orçamento, também tem atuação independente das bancadas parlamentares. Finalmente, outro típico instrumento de fiscalização, os Requerimentos de Informação, podem ser manejados individualmente por qualquer parlamentar e encaminhado pela Mesa às autoridades diretamente subordinadas ao presidente da República, que exige resposta sob pena de crime de responsabilidade, nos termos da Constituição.

TWE&L – Como é ser presidente do Senado Federal?

RP – Presidir um dos Poderes da República é uma função que me honra e que me desafia. Todos os dias busco desempenhar esse papel em obediência à Constituição Federal, às leis de nosso ordenamento jurídico e ao Regimento Interno do Congresso Nacional e do Senado Federal, com diálogo e transparência com todos os colegas senadores e com as demais instituições.

TWE&L – O senhor acha que o Parlamento brasileiro é maduro?

RP – Sim. O Congresso Nacional tem trabalhado com muito vigor para entregar à sociedade pautas necessárias ao desenvolvimento do Brasil. Ao contrário de discussões

> **“OS HOMENS PÚBLICOS PRECISAM PRIMAR POR DEBATES DE IDEIAS, EM QUE HAJA CONGRUÊNCIA E RESPEITO ÀS DISCORDÂNCIAS, QUE SÃO TÍPICAS DE UMA DEMOCRACIA. MAS OS POSICIONAMENTOS CONTRÁRIOS NÃO PODEM DESCAMBAR PARA ATAQUES VIRULENTOS E ESTÉREIS. A POLÍTICA NÃO DEVE SER MOVIDA POR ARROUBOS DO MOMENTO OU POR RADICALISMOS”**



JONAS PEREIRA | SENADO FEDERAL DO BRASIL

DIVULGAÇÃO



“CONGRESSO TEM TRABALHADO COM MUITO VIGOR PARA ENTREGAR À SOCIEDADE PAUTAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL. AO CONTRÁRIO DE DISCUSSÕES VAZIAS PELAS REDES SOCIAIS, QUE SÓ SERVEM PARA AMPLIAR O ÓDIO E PASSAR A FALSA IMPRESSÃO DE TRABALHO, O PARLAMENTO BRASILEIRO TEM HISTÓRICO DE SERVIÇOS PRESTADOS”

vazias pelas redes sociais, que só servem para ampliar o ódio e passar a falsa impressão de trabalho, o Parlamento brasileiro tem histórico de serviços prestados. São entregas relevantes e concretas, dentro daquilo que verdadeiramente interessa ao Brasil. E a sociedade vem percebendo isso, fato é que o Congresso Nacional obteve sua melhor avaliação em quase 21 anos, de acordo com levantamento do Instituto Datafolha, divulgado em março.

TWE&L – Que avanços são necessários?

RP – Reafirmo o meu compromisso de continuar trabalhando. Há muita coisa ainda por fazer a curto e médios prazos, como o projeto de regulação de inteligência artificial, de combate às fake news, da discussão sobre o fim da reeleição. Um tema muito importante é a regulamentação da Reforma Tributária e, além dela, colocarmos em prática algo que considero essencial que é a preocupação com a qualidade do gasto público, que deve ser feito para que os benefícios cheguem na ponta para quem mais precisa. E isso nada mais é que proporcionarmos prosperidade e desenvolvimento duradouros para todos os brasileiros.

Além de muitos outros temas que devemos analisar. E precisamos, de fato, do apoio da sociedade, que participe dessas discussões, que compreenda o papel importante que o Congresso Nacional vem desempenhando, de estabilidade econômica, social e política no Brasil. E contar com o apoio de toda a sociedade nessa Casa, que é a Casa do povo, que é a representação do povo brasileiro. E&L



SavetheDate

Luxemburgo, Grão-Ducado de Luxemburgo
18 a 22 de setembro de 2024

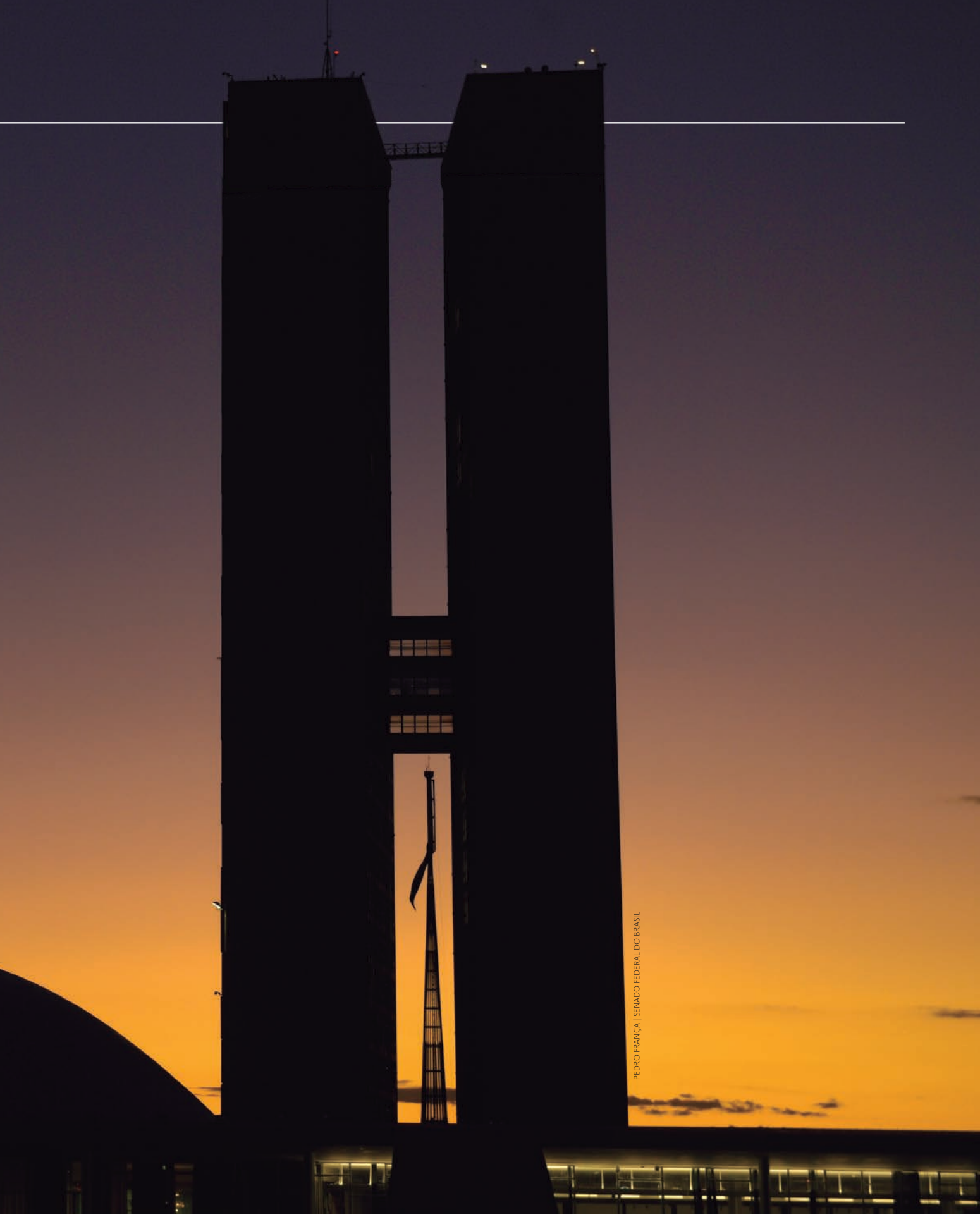
Oferecimento

Realização

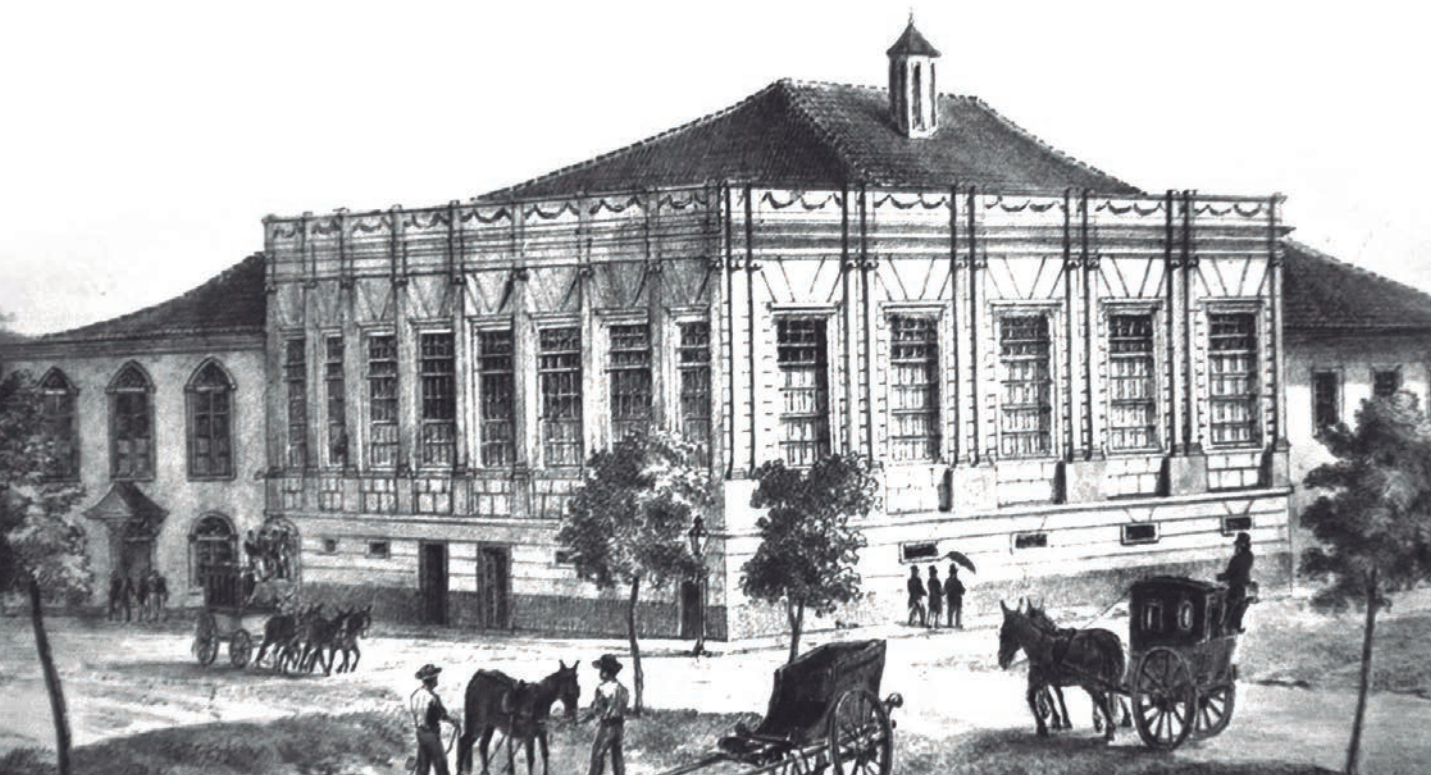
Mídia Partners

As sedes do Senado Federal





PEDRO FRANÇA | SENADO FEDERAL DO BRASIL

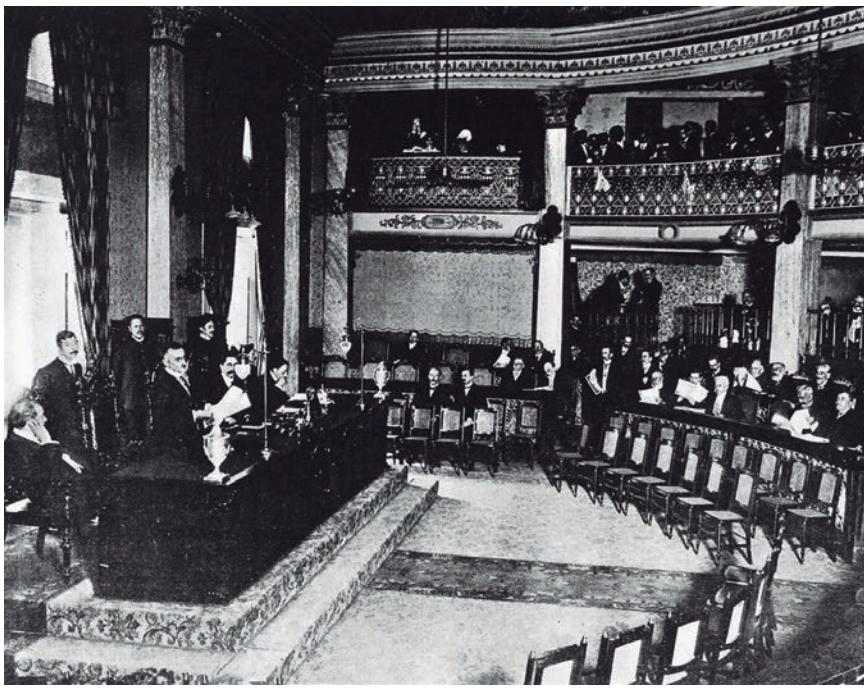


CÉLIO AZEVEDO | ARQUIVO DO SENADO FEDERAL

Palácio Conde dos Arcos

O prédio foi construído em 1819, em uma chácara para residência do Conde dos Arcos, 15º e último vice-rei do Brasil. Estendia-se desde o Areal até o fim do Campo de Sant'Anna, adentrando pela Rua das Flores.

Em 1824, o edifício foi adquirido pelo Imperador D. Pedro I para a instalação do Senado. Em agosto de 1831, o solar foi reformado e, posteriormente, em 1919, o prédio sofreu outra reforma e ganhou nova fachada. O Senado funcionou ali até 31 de dezembro de 1924, quando se transferiu para o Palácio Monroe. O antigo Palácio Conde dos Arcos é hoje ocupado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



DIVULGAÇÃO

Palácio Monroe

A segunda sede do Senado foi o Palácio Monroe, onde o Senado funcionou a partir de 3 de maio de 1925. O prédio foi projetado em 1904 e assinado pelo engenheiro Francisco de Souza Aguiar, para concorrer na Exposição Mundial de Saint Louis, nos Estados Unidos. Recebeu a medalha de ouro na exposição, onde competira com outros 50 projetos de outros países.

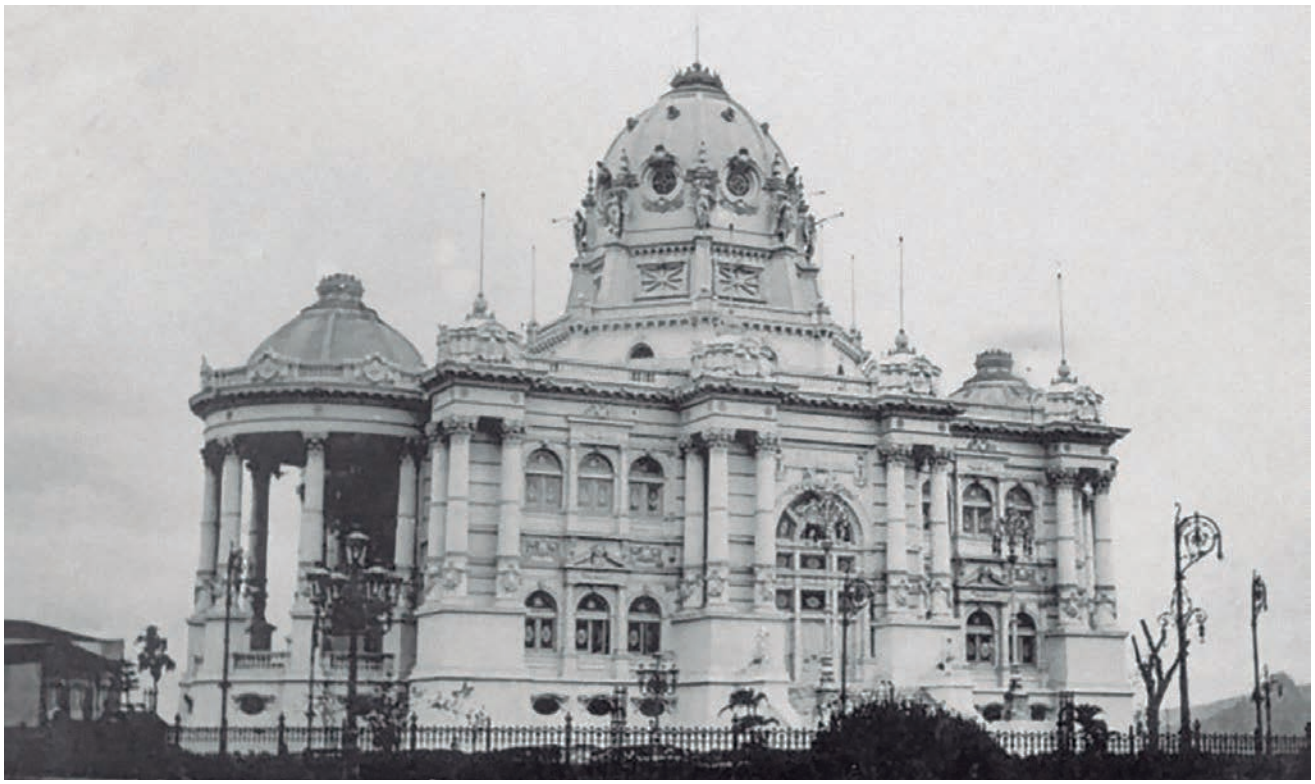
O edifício foi inaugurado em 23 de julho de 1906, na abertura da 3ª Conferência Pan-Americana. A Conferência foi aberta com um discurso do Barão do Rio Branco, que batizou o prédio de Monroe em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe.



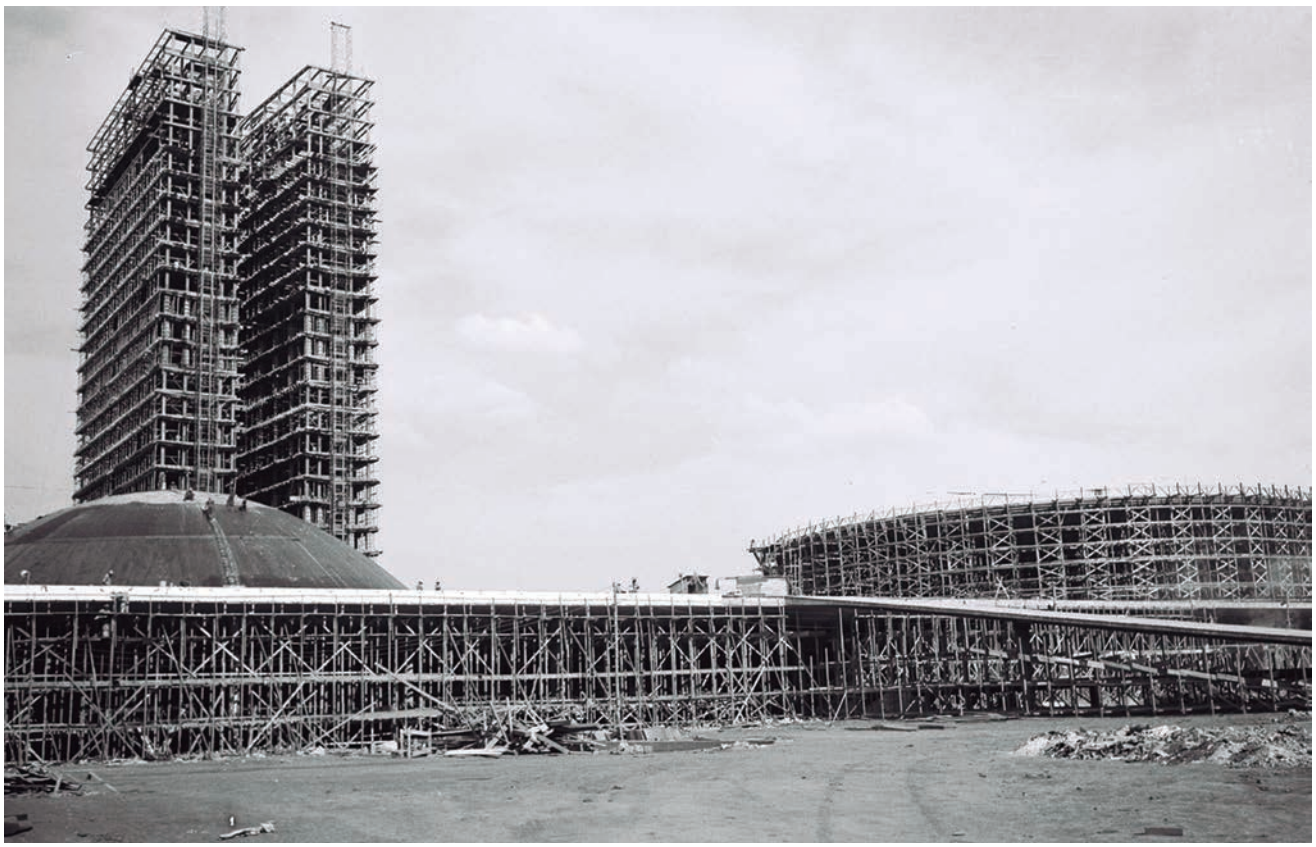
DIVULGAÇÃO

Na última sessão no Palácio Monroe, realizada às vésperas da transferência da capital para Brasília, em 1960, os senadores emocionaram-se com a despedida do Rio de Janeiro, mas, também, do prédio.

Posteriormente, o Palácio foi demolido. Em 11 de outubro de 1975, o presidente Ernesto Geisel autorizou o Patrimônio da União a providenciar a sua demolição. Para conhecer a história da demolição, consulte o livro na Biblioteca do Senado Federal: AGUIAR, Louis de Souza. Palácio Monroe: da Glória ao Opróbrio. Rio de Janeiro, Arte Moderna. 1976.



DIVULGAÇÃO

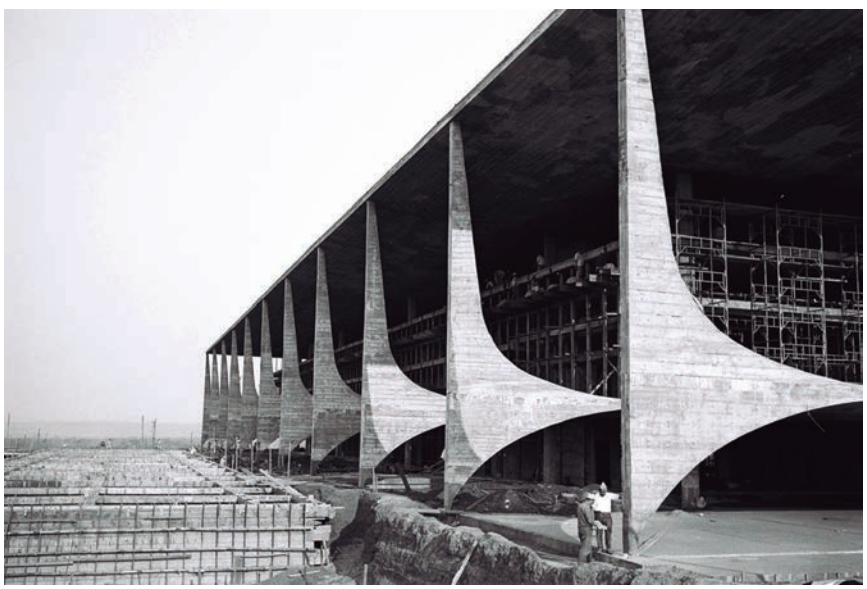


ARQUIVO PÚBLICO DO DF

Palácio do Congresso Nacional

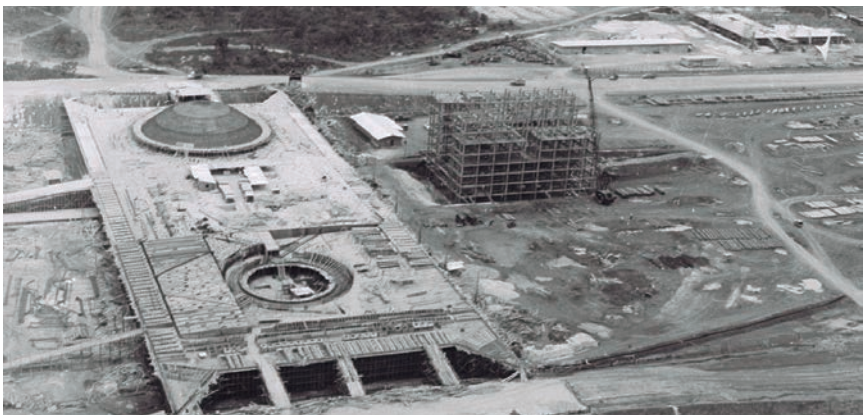
Com a mudança da capital para a Brasília, o Palácio do Congresso Nacional foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O edifício, tombado pela Unesco, reúne o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, no centro da Praça dos Três Poderes.

A simbologia do projeto de Niemeyer colocou o Congresso como o prédio mais alto da Praça dos Três Poderes, significando a preponderância do poder do povo, por meio de sua representação. O prédio inclui duas torres de vinte e oito andares ligadas ao meio, figurando um "H". Ao

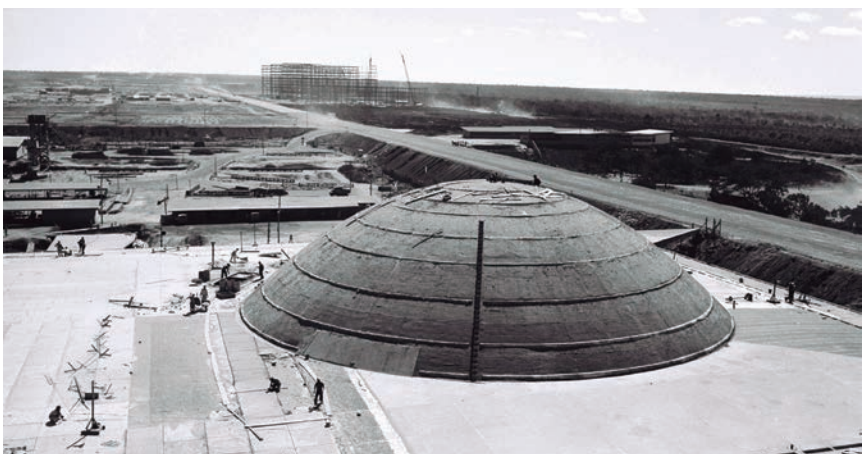


ARQUIVO PÚBLICO DO DF

lado de uma das torres, há uma cúpula maior convexa, a Câmara dos Deputados, e aberta, sugerindo o impacto direto de ideologias; e do outro lado, uma cúpula menor côncava, o Senado Federal, indicando um local propício para reflexões, ponderações e equilíbrio, onde se valorizam a maturidade e a experiência. As duas conchas simbolizam o poder e o sistema bicameral. EL

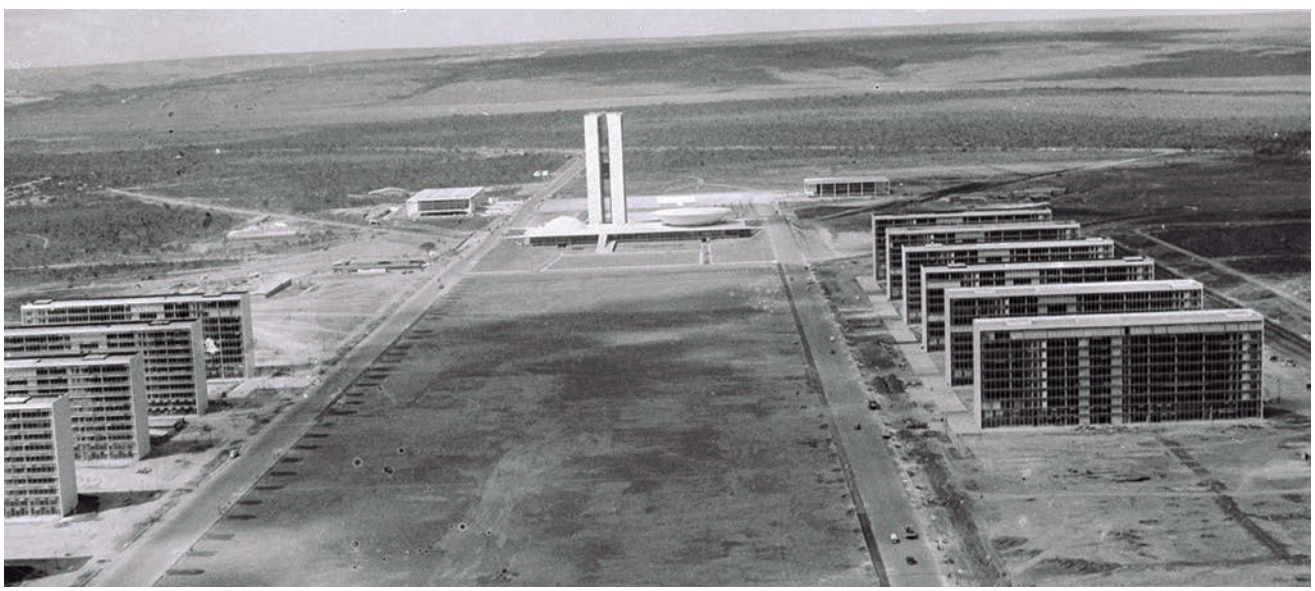


DOMÍNIO PÚBLICO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF

“A SIMBOLOGIA DO PROJETO DE NIEMEYER COLOCOU O CONGRESSO COMO O PRÉDIO MAIS ALTO DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES, SIGNIFICANDO A PREPONDERÂNCIA DO PODER DO POVO”



ARQUIVO PÚBLICO DO DF

SENADO 200 ANOS

| Por Dario Alberto de Andrade Filho

Consultor Legislativo e mestre
em História pela UNB



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



Senado Federal, **um passeio na história**

Páginas a seguir lançam luz sobre o Parlamento brasileiro desde o seu surgimento formal e jurídico, do Império à redemocratização do país



REPRODUÇÃO

Palácio Conde dos Arcos

O surgimento do Senado Federal do Brasil

O Parlamento passou a existir, do ponto de vista formal e jurídico, com a outorga da Constituição Imperial em 25 de março de 1824

Para que se entenda o significado do Senado nesse primeiro texto constitucional, alguns esclarecimentos são necessários.

Um modelo bicameral era uma das alternativas disponíveis. Basta lembrar que Portugal conta, até nossos dias, com uma única casa no Parlamento, chamada por lá de Assembleia Nacional. O Brasil fez a escolha por duas Casas no Poder Legislativo. Tal escolha, porém, pouco teve a ver com uma influência da constituição dos Estados Unidos.

Na verdade, a Constituição brasileira do Império se inspirou bastante na Constituição francesa, de 1814, elaborada quando do retorno da monarquia tradicional após a queda de Napoleão.

Um exemplo bastante evidente de tal influência está no Poder Moderador. O artigo 99 da Constituição brasileira de 1824 era uma tradução do artigo 13 da Constituição francesa de 10 anos antes: “a pessoa do imperador é inviolável e sagrada”.

Outro exemplo está no Senado. Após a Proclamação da República, o Senado se tornou uma representação dos estados no Legislativo Federal, tal como ocorre em países federativos, caso de Estados Unidos, Alemanha ou Argentina.

Durante o Império, porém, o Brasil era um Estado unitário. O Senado tinha, pois, outra natureza política. O Senado Imperial era "outro contrapeso no sistema institucional declaradamente misto"[1], segundo Vamireh Chacon, ou seja, o Senado tinha a função principal de evitar excessos por parte da Câmara.

Além disso, o mesmo Vamireh Chacon observa que o Senado foi, durante o Império, uma espécie de consagração política: "O Senado era decanato do estamento patrimonial do Estado. Pertencer ao Estado, uma consagração, ou último passo rumo a ela inclusive para militares. O maior deles, Caxias, foi senador escolhido em lista tríplice, ministro antes e depois, mais de uma vez presidente do Conselho de Ministros, enfim no Conselho de Estado".[2]

NA VERDADE, A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DO IMPÉRIO SE INSPIROU BASTANTE NA CONSTITUIÇÃO FRANCESA, DE 1814, ELABORADA QUANDO DO RETORNO DA MONARQUIA TRADICIONAL APÓS A QUEDA DE NAPOLEÃO

A Independência e Assembleia Constituinte

Não é necessário tratar com maiores detalhes o processo de independência brasileira. Basta observar que o Império Brasileiro acabou por seguir com bastante fidelidade a receita político-econômica do início do século XIX: liberalismo político (com limitações, é verdade), Parlamento e Constituição.

No caso brasileiro, isso acabou por significar uma sociedade política com direitos bastante restritos: voto censitário (poucos votavam e poucos podiam ser votados), indireto e limitado aos homens livres acima de uma certa idade e com uma determinada renda mínima.

REPRODUÇÃO



Neste contexto, a Assembleia Constituinte de 1823 foi importante porque foi, efetivamente, a primeira experiência legislativa em âmbito nacional que o Brasil teve.

Os eleitores que escolheram os deputados constituintes foram poucos. Era preciso ser homem, livre, proprietário de terra e residente há pelo menos um ano onde vivia. Além disso, os deputados deveriam saber ler e escrever, além de possuir bens e 'virtudes'.

A Assembleia se reuniu por alguns meses e chegou a elaborar um projeto, concluído no início de setembro de 1823. No entanto, a queda do gabinete de Bonifácio, por pressão dos traficantes contrários à possível proposta de abolição da escravidão apresentada por ele, e a vontade de D. Pedro em evitar uma monarquia constitucional, levaram ao fechamento à força da Assembleia. Em 25 de março de 1824, foi outorgada a constituição por D. Pedro I.

1 - CHACON, Vamireh. **História Institucional do Senado do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 38.
2 - Idem, p. 40.


ARQUIVO NACIONAL

Trecho do original da Constituição de 1824

O primeiro Senado

Se o 25 de março de 1824 foi a data de outorga da Constituição, na prática, a primeira reunião do Senado só se deu mais de dois anos depois, em 6 de maio de 1826. Os Senadores haviam sido nomeados por D. Pedro I em 22 de janeiro. A cerimônia aconteceu no Palácio do Conde dos Arcos, primeira sede do Senado.

Foi uma sessão conjunta da Câmara e do Senado. Na cerimônia de abertura dos trabalhos, D. Pedro I fez um rápido pronunciamento. Afirmou que fora com 'pesar' que dissolvera a Assembleia Constituinte em 1823. Mesmo assim, vaticinou: "Bem sei que minhas reflexões não são necessárias a esta Assembleia, composta de tão dignos senadores e deputados, mas servem a satisfazer o zelo, o amor e o interesse que realmente tenho pelo Império do Brasil e pela execução da Constituição".[3]

Para a posse, considerando-se que a religião oficial do Império era o catolicismo, os senadores faziam o seguinte juramento: "Juro aos Santos Evangelhos cumprir fielmente as obrigações de senador, manter a religião católica apostólica romana, a integridade do Império, observar e fazer observar a sua Constituição política, ser leal ao imperador e promover o bem geral da nação".[4]

Dos 50 primeiros senadores, a maioria era de mineiros e baianos. De profissão, a maioria era de juízes, militares e padres. Muitos já tinham uma idade bastante avançada e faleceram nos anos seguintes.

Como já observado, o Senado do Império era bastante diferente do que temos desde a Proclamação da República.


REPRODUÇÃO

Em primeiro lugar, os senadores eram vitalícios, e o processo de escolha era bastante peculiar. As províncias enviavam uma lista tríplice. O imperador escolhia um dos indicados para um mandato vitalício.

Em segundo lugar, de acordo com o art. 41 da Constituição, a quantidade de senadores seria igual à metade do número de deputados de cada província.

Além disso, o art. 46 da Constituição determinava que os príncipes da casa imperial eram senadores por direito e teriam assento no Senado, logo que chegassem à idade de 25 anos.

Importante momento era o da Fala do Trono, discurso de abertura e encerramento da sessão legislativa anual. O historiador Pedro Calmon assim a descreveu: "Na Constituinte do Império, assentou D. Pedro I o costume antigo e solene, da fala do trono. Leu-a de acordo com o ritual pela própria Constituinte estabelecido para a circunstância, coroa e cetro depositados sobre uma credência, pendurado nos ombros o manto da sagração, em vez do arminho da murça régia o cabeção de 'papos de tucano', fardado de marechal, altas botas russianas, espada à cinta, com ar triunfante como tem nos grandes retratos da época".[5]

3 - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/02/na-abertura-do-senado-dom-pedro-i-pede-lei-para-a-educacao-da-mocidade>. Acesso em 29 jun 2023.2 - Idem, p. 40.
4 - WESTIN, Ricardo. **Arquivo S.** Brasília: Senado Federal, 2019, p. 17.
5 - CALMON, Pedro. Prefácio. In: **Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. p. 18.

Senado, Regência e revoltas internas

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, há uma crise de poder. Outros deveriam governar o país em nome do futuro imperador D. Pedro II, então uma criança de 5 anos.

A situação política legada por D. Pedro I era bastante ruim. O estilo autoritário do imperador se mostrava nos modos como demitia ministros. Ele via o Poder Executivo como uma mera extensão do Poder Moderador. Acabou por se tornar extremamente impopular, tendo de se refugiar em um navio inglês quando da abdicação do trono.

Além disso, a economia nacional estava em frangalhos. Durante seu reinado, o orçamento nunca fora votado, como previsto na Constituição, e a dívida pública se acumulou em razão dos conflitos militares no Uruguai.[6]

Foram tempos de transição, marcados por grande instabilidade política, repleto de revoltas provinciais. O Parlamento foi fundamental para garantir a precária estabilidade do período. Paralelamente, a partir de 1830, o café se torna o principal produto das exportações brasileiras. Forma-se, nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, uma elite apoiada na monarquia, no café, na escravidão e no mercado de exportação.

É durante a Regência que se promove a única reforma de natureza constitucional. O Ato Adicional de 1834 transferiu algumas competências às províncias, que passaram também a eleger uma assembleia local. Tais reformas, posteriormente, foram parcialmente revertidas pela Lei de Interpretação do Ato Adicional.

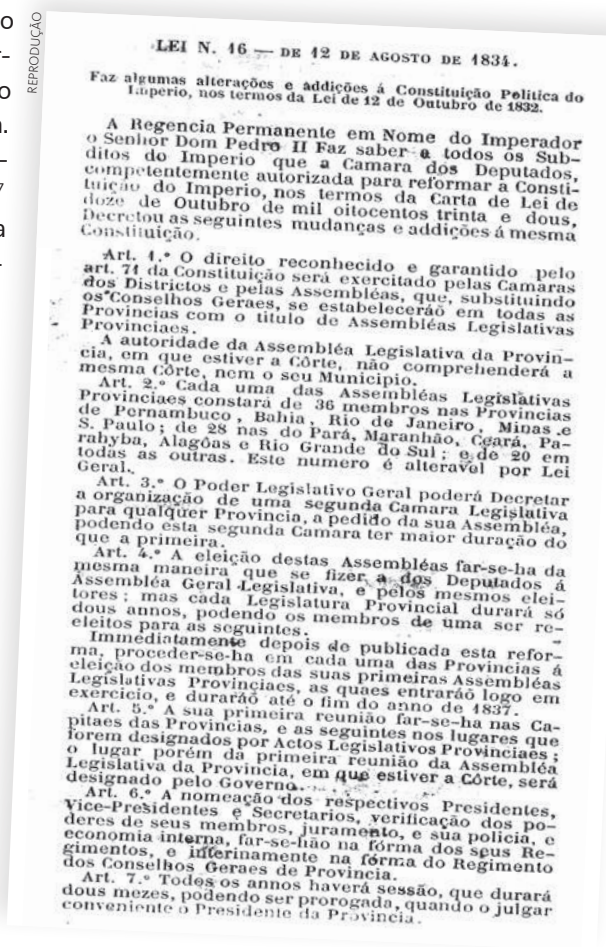
A maioria dos regentes da menoridade do futuro Dom Pedro II era ou logo se tornou membro do Senado: "Senadores foram Caravelas, Vergueiro, Feijó, Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), Bernardo Pereira de Vasconcelos e o General Francisco de Lima e Silva. (...) Ao todo seis regentes senadores diante de três deputados."[7]

As discussões a respeito da maioridade não foram harmônicas. Havia um grupo dentro do Senado contrário à antecipação do herdeiro da coroa. Esse grupo tinha como principal figura Bernardo Pereira de Vasconcelos. Efetivamente o Parlamento havia ganhado protagonismo político a partir de 1831, e nem todos viam com simpatia a possibilidade de perda de poder.

De outro lado, os anos posteriores à Independência foram marcados por revoltas internas de norte a sul. Em todas as regiões, o país se viu convulsionado em algum momento. Em alguns anos, foram registrados vários conflitos simultaneamente. Apenas em 1850, já no Segundo Reinado, é que essas revoltas internas encontrarão um fim.

Considerando a possibilidade de real de fragmentação do país, o tema foi objeto de grandes discussões no Parlamento.

O Padre Feijó, senador a partir de 1833 e regente durante alguns anos, foi figura fundamental nesse período.


REPRODUÇÃO

LEI N. 16 — DE 12 DE AGOSTO DE 1834.

Faz algumas alterações e addições á Constituição Politica do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Camara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Imperio, nos termos da Carta de Lei de doze de Outubro de mil oitocentos trinta e dous, Decretou as seguintes mudanças e addições á mesma Constituição.

Art. 1.° O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercitado pelas Camaras dos Districtos e pelas Assembléas, que, substituindo os Conselhos Geraes, se estabelecerão em todas as Provincias com o titulo de Assembléas Legislativas Provinciaes.

A autoridade da Assembléa Legislativa da Provincia, em que estiver a Côrte, não comprehenderá a mesma Côrte, nem o seu Municipio.

Art. 2.° Cada uma das Assembléas Legislativas Provinciaes constará de 36 membros nas Provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo; de 28 nas do Pará, Maranhão, Ceará, Parahyba, Alagôas e Rio Grande do Sul; e de 20 em todas as outras. Este numero é alteravel por Lei Geral.

Art. 3.° O Poder Legislativo Geral poderá Decretar a organização de uma segunda Camara Legislativa para qualquer Provincia, a pedido da sua Assembléa, podendo esta segunda Camara ter maior duração do que a primeira.

Art. 4.° A eleição destas Assembléas far-se-ha da mesma maneira que se fizer a dos Deputados á Assembléa Geral Legislativa, e pelos mesmos eleitores; mas cada Legislatura Provincial durará só dous annos, podendo os membros de uma ser reeleitos para as seguintes.

Immediatamente depois de publicada esta reforma, proceder-se-ha em cada uma das Provincias á eleição dos membros das suas primeiras Assembléas Legislativas Provinciaes, as quaes entrarão logo em exercicio, e durarão até o fim do anno de 1837.

Art. 5.° A sua primeira reunião far-se-ha nas Capitaes das Provincias, e as seguintes nos lugares que forem designados por Actos Legislativos Provinciaes; o lugar porém da primeira reunião da Assembléa Legislativa da Provincia, em que estiver a Côrte, será designado pelo Governo.

Art. 6.° A nomeação dos respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Secretarios, verificação dos poderes de seus membros, juramento, e sua policia, e economia interna, far-se-hão na fórma dos seus Regimentos, e interinamente na fórma do Regimento dos Conselhos Geraes de Provincia.

Art. 7.° Todos os annos haverá sessão, que durará dous mezes, podendo ser prorogada, quando o julgar conveniente o Presidente da Provincia.

Ato Adicional de 1834

6 - Em 1828, a Província Cisplatina se separou do Brasil e se tornou o Uruguai.
7 - CHACON, Vamireh. **História Institucional do Senado do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 44.

Segundo Reinado



PEDRO AMÉRICO

Dom Pedro II

O Segundo Reinado, que se inicia em 1840, é marcado por reformas. Já de início, o Decreto Imperial nº 523, de 20 de julho de 1847, criou a figura do presidente do Conselho de Ministros, uma espécie de primeiro-ministro do sistema parlamentarista.

Mesmo com tal disposição, a tensão entre o Poder Moderador e esse parlamentarismo 'torto' nunca se resolveu totalmente. O momento em que essa tensão se mostrou mais evidente talvez tenha sido o episódio da queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis, durante a Guerra do Paraguai. No conflito entre Zacarias e Caxias, D. Pedro II favoreceu o segundo – o lado conservador – e derrubou o gabinete de Góis.

Famoso foi o discurso do senador Nabuco de Araújo após a queda do gabinete de Zacarias. Criticou duramente o próprio Imperador e lembrou que o sistema eleitoral de pouco valia, porque no final das contas o poder residia nas mãos do Imperador.

De qualquer modo, houve várias reformas. A primeira delas, conduzida pelo Senador Alves Branco, em 1844, foi o aumento do imposto de importação sobre mais de 3 mil artigos. Isso melhorou as contas públicas do Império.

Outras reformas dignas de nota dizem respeito ao Código Comercial e à Lei de Terras, ambos de 1850.

A CRIAÇÃO DO BANCO DO BRASIL REPRESENTOU UMA MUDANÇA MARCANTE. NA FALA DO TRONO DE 1853, O IMPERADOR INDICOU A NECESSIDADE DE UM BANCO PÚBLICO, IDEIA QUE LOGO DEPOIS SERIA CONCRETIZADA

Em relação ao Código Comercial, o historiador Jorge Caldeira argumenta que foi a reforma possível. Segundo ele, "atualizava o possível: desde a legalização das sociedades anônimas, ainda que sujeitas à aprovação do Poder Moderador, até a introdução de regras para emissão, desconto e cobrança de títulos comerciais."[8]

A Lei de Terras, a despeito de todas as críticas, estabeleceu que, a partir da sua aprovação, a ocupação de terras só se daria por venda e compra ou por meio de autorização da coroa. Ambas as leis foram amplamente discutidas no Parlamento.

Por fim, a criação do Banco do Brasil representou uma mudança marcante. Na Fala do Trono de 1853, o imperador indicou a necessidade de um banco público, ideia que logo depois seria concretizada. Segundo ele, "recomendo-vos a criação de um banco solidamente constituído, que dê atividade e expansão às operações do comércio e indústria. Nas circunstâncias em que felizmente já nos achamos, semelhante instituição é um elemento indispensável de nossa organização econômica".[9]

De outro lado, o período foi marcado por uma relativa paz, com o fim das últimas revoltas provinciais: Farrapos, no Rio Grande do

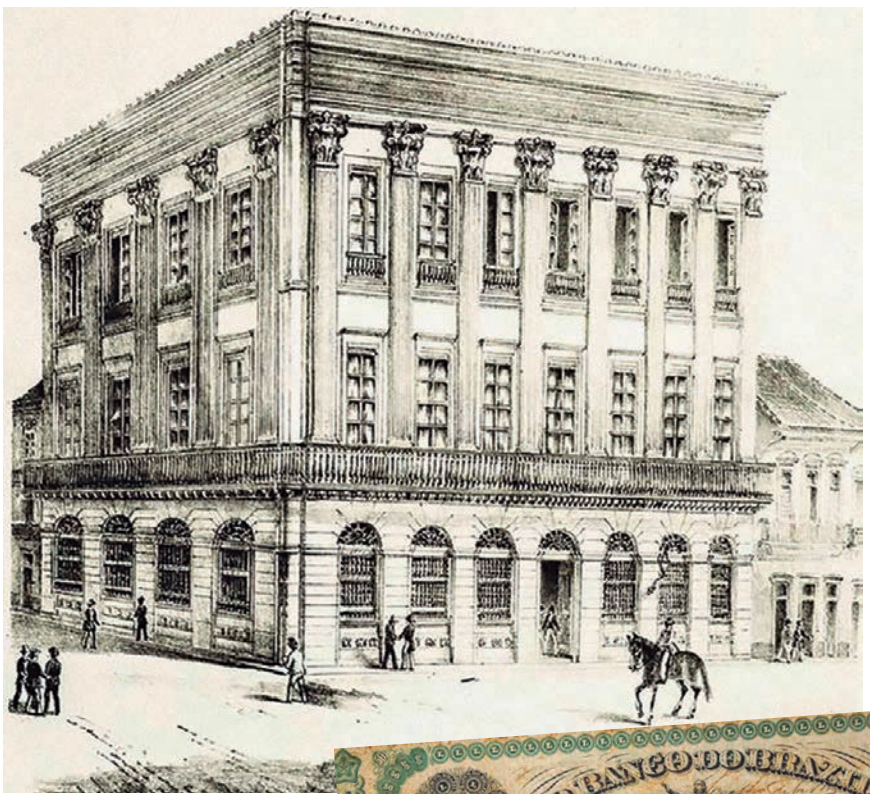
8 - CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017, p. 260.
9 - **Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 372.

Sul, em 1845, e Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1850. De outro lado, o cultivo de café se espalha para o oeste paulista, ou seja, para áreas a oeste de Campinas. É um ciclo de prosperidade, acompanhado também pela construção de ferrovias.

O Brasil precisou se defrontar com uma grande ameaça externa: a Guerra do Paraguai. Na Fala do Trono de 1865, que abriu a assembleia geral em 6 de maio daquele ano, D. Pedro II anunciou o início da Guerra do Paraguai: "O presidente da República do Paraguai, contra todas as regras de direito internacional, mandou apresar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que à sombra da paz se dirigia para Mato Grosso e levava o presidente nomeado para essa província, o qual, assim como outros brasileiros, ainda hoje se acha preso. As tropas paraguaias invadiram depois por um modo inaudito a mesma província de Mato Grosso. O governo brasileiro, no firme empenho de vingar a soberania e a honra nacional ultrajadas, tem empregado todos os meios ao seu alcance na organização do Exército e da Armada para a guerra a que fomos provocados por aquela república"[10].

Os debates no Senado foram amplos, principalmente porque vários dos líderes militares eram também políticos. Caxias, conservador, era senador desde 1845. Outros militares, caso do general Osório, eram ligados ao Partido Liberal.

Segundo o historiador Francisco Doratioto, "as críticas ao comando de Caxias no Paraguai também se inseriam antes no contexto da luta política entre liberais e conservadores do que em uma apreciação ponderada de sua atuação militar. Não faltaram, inclusive, mesquinharias. Caxias, teve, por exemplo, que defender-se no Senado da acusação de ter trazido, em seu retorno ao Brasil, seus animais de montaria".[11]



PIETER GOTFRED BERTICHEN/BRASILIANA ICONOGRÁFICA

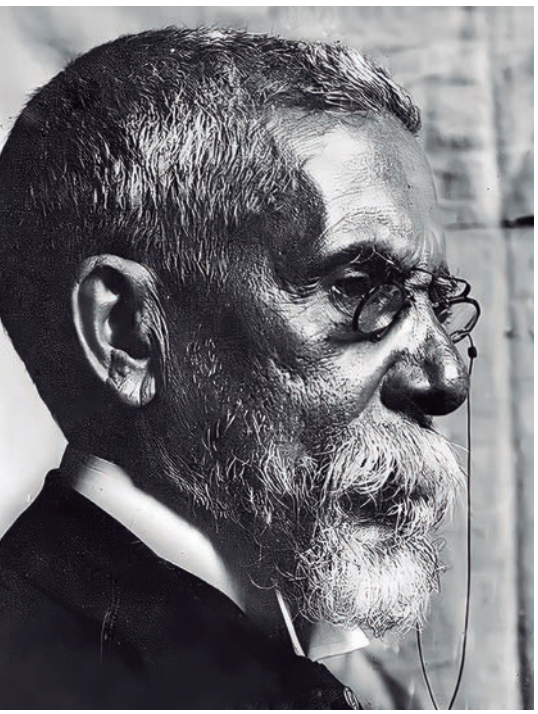


MUSEU BANCO DO BRASIL

Edifício que, entre 1854 e 1926, abrigou a sede do Banco do Brasil, na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro (acima). À direita, a cédula de 50 mil-réis emitida pelo Banco do Brasil em 1857

10 - Idem, p. 471.
11 - DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. Nova edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 591.

O Velho Senado – Machado de Assis



ARQUIVO NACIONAL

Machado de Assis

Em 1898, Machado de Assis publicou, na Revista Brasileira, crônica intitulada "O velho Senado", em que rememora os tempos em que foi jornalista e cobria o Senado da década de 1860.

É um retrato interessante de uma época, feito por um dos maiores escritores brasileiros. Segue um trecho: "Para avaliar bem a minha impressão diante daqueles homens que eu via ali juntos, todos os dias, é preciso não esquecer que não poucos eram contemporâneos da Maioridade, algum da Regência, do Primeiro Reinado e da Constituinte. Tinham feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regime, e eu era um adolescente espantado e curioso. Achava-lhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição. Paralelamente, iam-me lembrando os apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles, e sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tirava-lhes as cãs e as rugas, e fazia-os outra vez moços, ardegos e agitados".[12]

> **"SENTIA QUE AS FIGURAS SERENAS E RESPEITÁVEIS QUE ALI ESTAVAM AGORA NAQUELAS CADEIRAS ESTREITAS NÃO TIVERAM OUTRORA O RESPEITO DOS OUTROS, NEM PROVAVELMENTE A SERENIDADE PRÓPRIA"**

Escravidão e abolicionismo

A escravidão foi a grande questão política do Império. Como já observado, a própria existência do regime se fundou em um pacto no qual o trabalho escravo era um dos fundamentos.

José Bonifácio, ainda durante a Assembleia Constituinte de 1823, alertava: "É tempo que vamos acabando gradualmente com os últimos vestígios da escravidão



VICTOR MEIRELLES

12 - ASSIS, M. de. (2009). **O velho Senado**. Estudos Avançados 23(67), p. 139-146. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10385/12091>. Acesso em 28 jun 2023.



JOSÉ ROSAEL/HÉLIO NOBRE/MUSEU PAULISTA DA USP

José Bonifácio de Andrada e Silva

entre nós, para que venhamos a formar uma nação homogênea sem o que nunca seremos verdadeiramente respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil. Cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto que não se esfarele ao toque de qualquer convulsão política).[13]

As palavras de Bonifácio não surtiram efeito. A abolição da escravidão se deu por meio de um lentíssimo processo. O tema, como não poderia deixar de ser, ocupou as preocupações do Parlamento até 1888.

Em 1830, na abertura da sessão legislativa, D. Pedro afirmava que "[o] tráfico de escravatura cessou, e o governo está decidido a empregar todas as medidas que a boa-fé e a humanidade reclamam para evitar sua continuação debaixo de qualquer forma ou pretexto que seja."[14]

Na verdade, ainda em tempos da colônia, Portugal assinara tratados em que se comprometia com o fim do tráfico de escravos. Isso se deu em dois acordos assinados com a Inglaterra em 1810 e 1815.

Já em tempos de Brasil independente, outro tratado foi assinado com a Inglaterra. Fazia parte do acordo em que aquela nação reconhecia a separação do Brasil de Portugal.

Em 7 de novembro de 1831, o tratado foi reconhecido e transformado em lei: ou seja, o Brasil se comprometia a não mais participar do tráfico internacional de escravos. Apesar disso, entre 1831 e 1850, aproximadamente 740 mil escravos seriam transportados da África para o Brasil.[15] Essa é a origem da expressão "para inglês ver".

Efetivamente, o tráfico de escravos só se encerraria em 1850. O autor do projeto da lei que levou se nome, Eusébio de Queirós, então ministro da Justiça, se tornaria senador a partir de 1854. O projeto foi rapidamente aprovado em razão da pressão inglesa, e o tráfico de escravos passou a ser tratado como crime de pirataria.

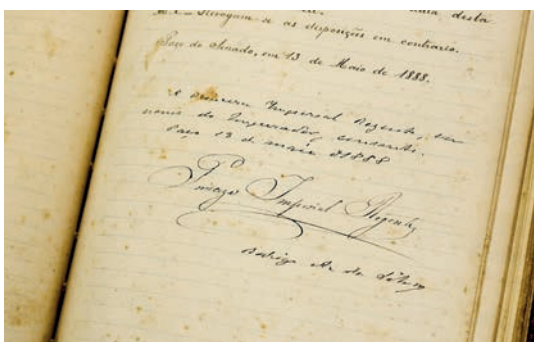
O passo seguinte foi a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, durante o gabinete do Visconde de Rio Branco (senador desde 1863). A partir da sua promulgação, todo filho de escrava nascido no Brasil seria livre mediante algumas condições.

Foi na década de 1880 que o movimento abolicionista ganhou repercussão na sociedade, sendo talvez o primeiro movimento civil da sociedade brasileira.

Em setembro de 1885, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que garantia a liberdade dos escravos com mais de sessenta anos. O projeto foi de autoria de dois senadores – o Barão de Cotegipe e José Antônio Dantas. Estabelecia que, mesmo liberto aos sessenta anos, o escravo deveria continuar a prestar serviços ao seu antigo proprietário por mais três anos ou até completar 65 anos de idade.

Por fim, em 1888, finalmente foi aprovada, em 13 de maio, a Lei 3.353, a Lei Áurea. Todos esses projetos de lei foram amplamente discutidos na Câmara e no Senado. Havia posições favoráveis e contrárias à escravidão. Ainda hoje, a leitura dos Anais do Senado nos ajuda a compreender o Brasil.

REPRODUÇÃO



Lei Áurea

13 - Apud CALDEIRA, Jorge. Op. cit., p. 213.
14 - **Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 159.
15 -Cfe. GOMES, Laurentino. Escravidão: da Independência à Lei Áurea. Vol. III. São Paulo: Globo, 2022.

A **República**



REPRODUÇÃO

A década de 1880 prenunciou o fim da monarquia. A abolição significou a perda do apoio dos latifundiários. Isso pode ser visto nos debates no Senado, onde a escravidão ainda tinha defensores nos últimos anos do Império.

De outro lado, houve tímidas tentativas de reforma, como foi o caso da Lei Saraiva, de 1881, que reformulou a legislação eleitoral. Foram eliminadas as eleições indiretas, mas a exigência de alfabetização para o exercício do voto acabou na verdade reduzindo o número de eleitores.

As ideias republicanas existiam desde alguns anos antes. O Manifesto Republicano foi publicado em 1870, e três anos depois foi fundado o Partido Republicano Paulista, na cidade de Itu.


A REPUBLICA

REPRODUÇÃO

A presença de republicanos na Câmara foi sempre bastante tímida. Nas últimas eleições do Império, em 1889, nenhum republicano foi eleito.

Por outro lado, o fim da escravidão significou a perda da última base de apoio à monarquia.

Havia outros problemas, como a questão militar, o conflito com a Igreja Católica e a própria sucessão de D. Pedro II. De qualquer modo, o golpe militar que derrubou a monarquia se deu sem maiores resistências. Nas palavras do republicano histórico Aristides Lobo, "o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava."[16]

O Decreto nº 1 da República, de 15 de novembro de 1889, assim anunciava: "Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais."[17]

Os primeiros anos da República foram de enorme tensão. O novo regime foi marcado por revoluções e revoltas internas. No caso da Revolução Federalista, no sul do país, "dois [senadores] pegaram em armas nos campos de batalha do Sul. Foram eles o legalista Pinheiro Machado (RS) e o revolucionário Eduardo Wandenkolk (DF)."[18]

Os anos iniciais foram marcados também pela rejeição de nomes ao Supremo Tribunal Federal (STF).[19] Aconteceu em 1894, durante o tumultuado governo Floriano. A Constituição de 1891 estabeleceu que o STF seria composto por 15 ministros que deveriam ter "notável saber e reputação". Cinco nomes indicados ao Supremo foram rejeitados pelo Senado Federal. Desses, o nome mais conhecido era

16 - Disponível em < https://imagensehistoria.wordpress.com/tema-1-republica-velha/carta-de-aristides-lobo/>. Acesso em 2 jul 2023.
17 - BRASIL. Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0001.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201%2C%20DE%2015,devem%20reger%20os%20Estados%20Federais> Acesso em 28 jun 2023.
18 - WESTIN, Ricardo; FONTENELLE, André; PAGANINE, Joseana. **O Senado na História do Brasil. Vol. 2.** Brasília: Senado Federal, 2019, p. 46.
19 - O Supremo Tribunal Federal foi criado pela Constituição de 1891.

o do médico Barata Ribeiro, que – conforme permitia a legislação de então – já exercia o cargo de ministro do STF há quase um ano.

A pesquisadora Maria Ângela Jardim de Santa Cruz Oliveira explica que: "A grande questão que motivou a recusa do Senado Federal, nesse caso, baseou-se no fato de que Barata Ribeiro era médico e não tinha formação acadêmica jurídica. O fato de um médico ter sido indicado para a mais alta Corte do país deu origem à explicitação, pelo Senado, de que o requisito do "notável saber" exigido para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, existente na Constituição de 1891, referia-se exclusivamente a notável saber jurídico".[20]

> **"A GRANDE QUESTÃO QUE MOTIVOU A RECUSA DO SENADO FEDERAL, NESSE CASO [DA REPROVAÇÃO DE BARATA RIBEIRO PARA O STF], BASEOU-SE NO FATO DE QUE ELE ERA MÉDICO E NÃO TINHA FORMAÇÃO ACADÊMICA JURÍDICA"**

O Senado na República Velha

Com a Constituição Republicana de 1891, o Senado se transforma. Passa a representar as unidades da Federação. Cada Estado passou a ter direito a três senadores, com mandatos de nove anos, renovando-se a cada três anos um terço da Casa. Em caso de substituição, o eleito exercia o mandato pelo tempo que restava ao substituído.

Copiava-se ainda a Constituição norte-americana quando se estabeleceu que o vice-presidente da República exerceria o cargo de presidente do Senado. Teria só o voto de qualidade.

A Constituição de 1891 colocava disputas não resolvidas do Império em outros termos. Foi o caso dos conflitos entre federalismo e centralização, ou entre Executivo e Parlamento, ou ainda entre liberalismo e direitos sociais.

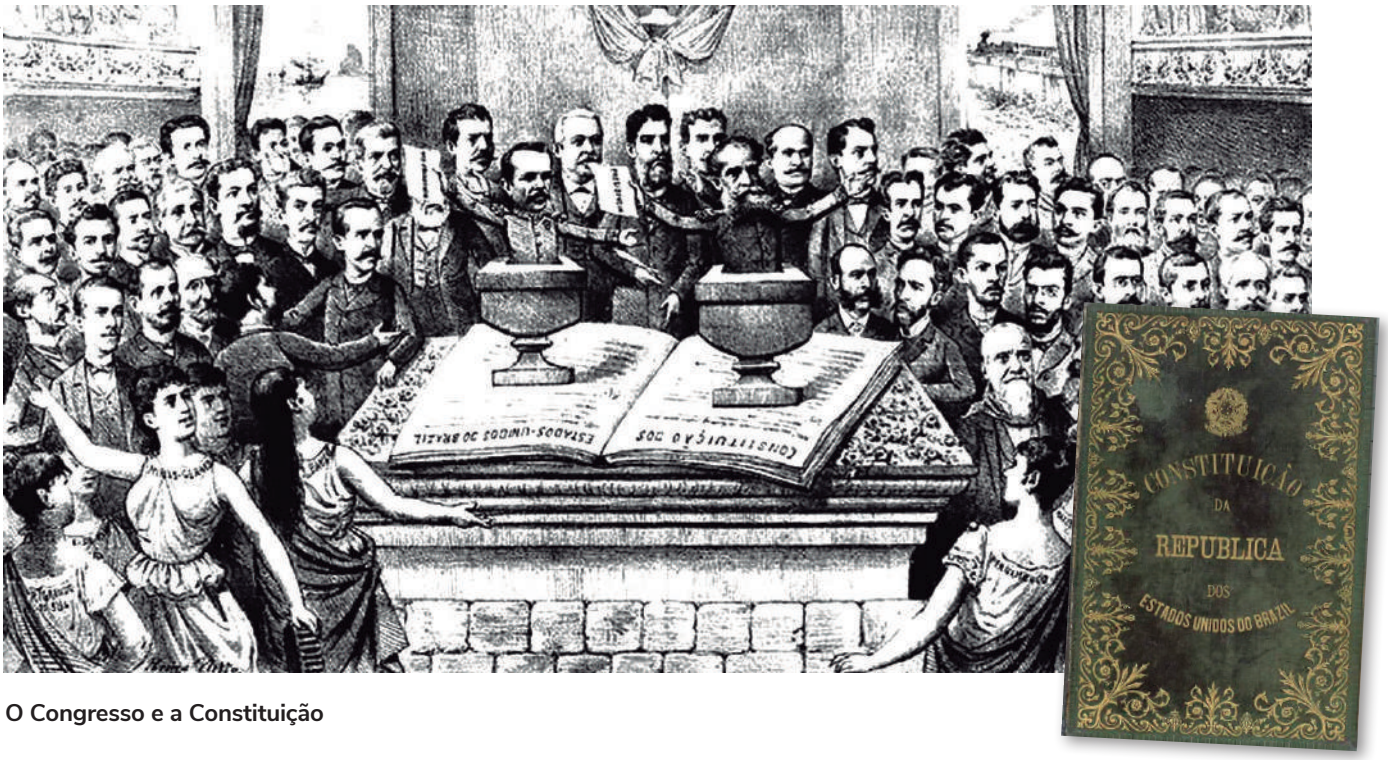
REPRODUÇÃO



Assinatura do projeto da primeira Constituição da República

20 - OLIVEIRA, Maria Ângela J. de S. C. (2010). Sobre a Recusa de Nomeações para o Supremo Tribunal Federal pelo Senado. Direito Público, 6(25). Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1447>. Acesso em 2 jul 2023.

REPRODUÇÃO



O Congresso e a Constituição

O próprio Deodoro nunca se sentiu muito confortável na cadeira de presidente e no papel de negociador com o Legislativo. Em 3 de novembro de 1891, ele dissolveu o Congresso – algo que ele não poderia fazer. Tornou-se ditador. Sem apoio político, acabou por renunciar em 23 de novembro. Passou o cargo a seu sucessor, Floriano Peixoto, que se agarrou no cargo, apesar de a Constituição determinar que novas eleições deveriam se realizar.

Só em 1894, com a eleição de Prudente de Morais, os civis chegariam ao poder na República. Os militares permaneceriam como uma força latente que se manifestaria novamente na década de 1920 por meio do tenentismo, que teria um programa político marcado pela ideia de modernização autoritária do Brasil.

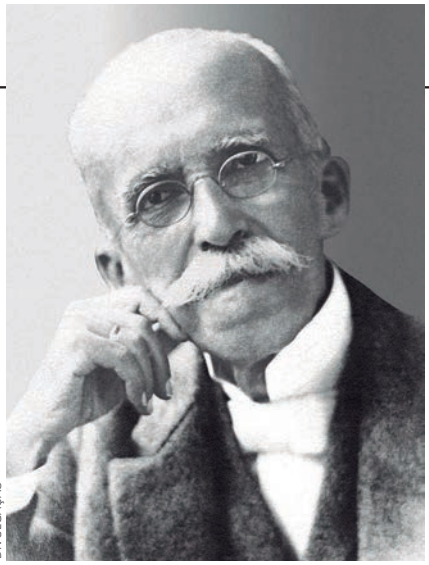
No período houve movimentos sociais importantes. Dois foram particularmente relevantes e se tornaram objeto de debates no Congresso. O primeiro foi a Guerra de Canudos, em que uma cidade no interior baiano foi duramente combatida sob a alegação de que se trataria de uma resistência à monarquia. O segundo foi a Revolta da Vacina, em 1904, contra a imunização obrigatória.

Dois senadores representam muito bem as complexidades e contradições da República Velha: Ruy Barbosa e Pinheiro Machado.

AUGUSTO STAHL



Paço de São Cristóvão: o antigo Palácio Imperial abrigou o primeiro Congresso Constituinte da República



DIVULGAÇÃO

Senador Ruy Barbosa

Ruy Barbosa foi um republicano de última hora. Desiludido com a incapacidade da monarquia para se modernizar, foi uma figura presente na vida política desde a Proclamação da República até sua morte em 1923.

Intelectual respeitado, foi senador, candidato a presidente da República por duas vezes e ministro da Fazenda.

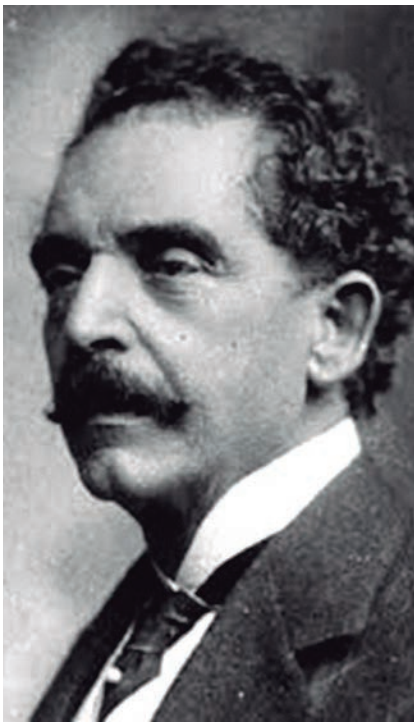
De um lado, foi o responsável por ser o autor de boa parte do texto da Constituição de 1891.[21] De outro lado, posicionou-se contra a vacinação obrigatória. Disse ele: "Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte".[22]

Foi, enfim, uma personalidade complexa, mas com sinceras preocupações pelo país.

Senador Pinheiro Machado

Foi protagonista da política nacional entre 1895 até ser assassinado em 1915. Gaúcho, veterano da Guerra do Paraguai, republicano de primeira hora, soube entender o quanto a aliança entre São Paulo e Minas Gerais era permeável e cheia de brechas que poderiam ser exploradas. "É no quatriênio de Hermes da Fonseca (1910 – 1914) que se consolida, de maneira inédita na República Velha e sem paralelo até a revolução de 1930, o poder de Pinheiro Machado. A mística de 'fazedor de presidentes' vai acompanhá-lo até o fim. Artífice da 'Política das Salvações', conduz o processo de substituição de oligarquias estaduais. Conquanto não revolvesse as estruturas sobre as quais se assentava o poder de mando das elites, ela permitiu que fossem desalojados desafetos na busca do que modernamente poderia ser classificado como 'condições de governabilidade'. Com sua influência e um prestígio incomum, o Rio Grande definitivamente era alçado à condição de terceira maior força política do país, ferindo de morte o esquema do 'Café-com-Leite', pelo menos lhe impossibilitando preservar muitas de suas práticas.[23]

Foi talvez quem melhor tenha representado a figura do líder oligárquico na República Velha.



DIVULGAÇÃO

21 - Cfe. ALMEIDA NETO, Manoel Carlos de. **O colapso das constituições do Brasil:** uma reflexão pela democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2022, p. 72 e segs.
22 - Apud SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Unesp, 2018, p. 16.
23 - SIMON, Pedro. Introdução. In: MACHADO, Pinheiro. **Discursos do Senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 28.



REPRODUÇÃO

Vista do Centro da cidade de São Paulo

O período **Vargas**

Se a República foi uma resposta ao centralismo excessivo do Império, Vargas foi uma resposta ao liberalismo oligárquico da República. Não que ele próprio não fosse membro dessa elite que controlava o país. Ele foi, inclusive, ministro da Fazenda durante o governo Washington Luís.

No entanto, estava influenciado pelas ideias positivistas que também foram a marca dos primeiros anos da República.

Tal qual o Império, o regime fundado em 1891 foi incapaz de se renovar. Houve, é verdade, a reforma constitucional de 1926, mas com resultados bastante tímidos. Na realidade, o país já vinha mudando desde o início da década de 1920.

O ano de 1922 talvez tenha sido um ano de rupturas: revolta do Forte de Copacabana, fundação do Partido Comunista do Brasil, Semana de Arte Moderna, centenário da Independência. Esse caldo de insatisfação continuou a ferver com o tenentismo e suas várias revoltas ao longo da década.

A crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 rompeu o frágil ponto de equilíbrio em uma economia que dependia essencialmente das exportações de café.

Vargas nunca foi exatamente uma figura democrática. Foi autoritário, influenciado pelos fascismos europeus, mas foi ainda mais um caudilho do velho modelo latino-americano.

DIVULGAÇÃO



Getúlio Vargas

O corporativismo à moda italiana já se viu presente nas eleições para a constituinte que iria elaborar a Carta de 1934. Havia 20 vagas destinadas aos trabalhadores e outras 20 destinadas aos patrões. Do lado positivo, as mulheres puderam votar, e duas participaram dos trabalhos da assembleia.

O Senado sofreu algumas modificações. Os mandatos foram reduzidos de nove para oito anos, com duas vagas por Estado.

Foi uma Carta com vida curta. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio – presidente – dá um golpe de Estado e instaura o que viria a ser conhecido como Estado Novo, seguramente um dos períodos mais auto-ritários da história brasileira: "Apesar do fechamento do Congresso Nacional (e de todo o Poder Legislativo), ainda em 10 de novembro de 1937 Vargas recebeu em audiência 40 deputados, ou melhor, ex-deputados. Eles conheciam a opinião do presidente sobre o Legislativo: "A manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável". Mesmo assim, todos – todos, sem exceção – foram saudar o presidente. Ninguém protestou. Tiveram medo. Como Vargas escreveu, ainda no calor da hora: Não nos podemos deter em filigranas doutrinárias, falsas noções de liberdades públicas e outras questões teóricas, quando o primordial é a ordem".[24]

Coerentemente com essas ideias, na Constituição imposta pelo Estado Novo, o Poder Legislativo seria formado pelo Parlamento, isto é, a Câmara dos Deputados, o Conselho Federal (órgão que substituiria o Senado), o Conselho de Economia Nacional e o presidente da República.

GETÚLIO – PRESIDENTE – DÁ UM GOLPE DE ESTADO E INSTAURA O QUE VIRIA A SER CONHECIDO COMO ESTADO NOVO, UM DOS PERÍODOS MAIS AUTORITÁRIOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

A despeito de vários artigos destinados ao Legislativo pela Constituição, o Parlamento foi mantido fechado durante o Estado Novo. O Congresso só voltaria a funcionar com a queda de Vargas.



FLÁVIO DAMM/BANCO DE IMAGENS PETROBRAS

Getúlio Vargas em seu último período como presidente: mandatário preferiu se matar a ser tirado à força do Catete

24 - VILLA, Marco Antonio. A história das constituições brasileiras. São Paulo: Leya, 2011, p. 37.

A Segunda República **(1946-1964)**

A Constituição de 1946 trouxe algumas novidades para o Senado. O número de senadores por Estado aumentou para três. Foi criada a figura do suplente de senador. Além disso, estipulou-se que o vice-presidente da República ocuparia a presidência do Senado, onde tinha o voto de qualidade.

A partir de 1946 tivemos a nossa primeira experiência verdadeiramente democrática. Isso não significou, porém, tranquilidade. A própria ideia de democracia não estava bem consolidada. Foram várias as tentativas de golpes de Estado. Tudo temperado com suicídio de um presidente, renúncia de outro, impeachment, parlamentarismo e volta ao presidencialismo. Dois polos políticos se apresentaram bastante bem definidos. Poucos foram os anos em que houve relativa paz política.



ARQUIVO/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O presidente Getúlio Vargas sanciona, em 1953, a lei que cria a Petrobras: após embates no Congresso, petróleo se torna monopólio estatal

Apesar de apeado do poder em 1945, Getúlio continuou a ser uma figura dominante do período. Primeiro como líder de uma facção política até seu suicídio; depois, como mito a ser amado ou odiado.

Vargas, como já observado, tinha pouco apreço pelas instituições democráticas. Quando pôde, governou com mão-de-ferro. Acreditava, verdadeiramente, que "a maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderia ser feita em um regime em que predominasse o interesse das conveniências políticas e injunções partidárias."[25]

Derrubado em 1945, Vargas voltou ao poder por meio de eleições. Presidente, seu governo foi marcado por vários confrontos. Um desses foi a disputa entre "nacionalistas" e "entreguistas".

Como não poderia deixar de ser, o conflito respingou na Câmara e no Senado quando da discussão da criação da Petrobras. Projeto de lei foi enviado por Vargas ao Congresso em 1951. Os nacionalistas queriam o monopólio estatal, enquanto os entreguistas defendiam a exploração por parte da iniciativa privada.[26]



REPRODUÇÃO

25 - Cfe. FICO, **Carlos. História do Brasil Contemporâneo, da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 9.
26 - Também a transferência da capital para Brasília foi objeto de grandes debates no Congresso entre governo e oposição.

> **COMO NÃO PODERIA DEIXAR DE SER, O CONFLITO RESPINGOU NA CÂMARA E NO SENADO QUANDO DA DISCUSSÃO DA CRIAÇÃO DA PETROBRAS. PROJETO DE LEI FOI ENVIADO POR VARGAS AO CONGRESSO EM 1951**

Abaixo, tem-se um exemplo de cada campo. Primeiro os nacionalistas, representados pelo Senador Landulpho Alves (PTB-BA): "As empresas estrangeiras, representantes do monopólio internacional do petróleo, não devem contribuir, seja com pouco dinheiro, seja com muito, porque são perigosas para o interesse nacional".[27]

Do outro lado, o senador Assis Chateaubriand (PSD-PB): "Se é preciso converter o Brasil num produtor e exportador do óleo em bruto e produtos acabados, o caminho mais rápido e produtivo é o da iniciativa privada. Os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido e a Venezuela dão à palavra nacionalismo o sentido de construção da grandeza nacional, em vez do jacobinismo, cuja tradução se cristaliza no ódio e no medo da cooperação com as nações mais adiantadas. Enquanto o venezuelano enriquece extraindo e industrializando o petróleo, nós nos empobrecemos discutindo como bizantinos quem deverá perfurar poços e construir refinarias".[28]

A criação da Petrobras foi também um caso de conflito entre getulistas e antigetulistas. Houve vários outros. Tudo veio a desaguar no atentado contra Carlos Lacerda, um dos principais nomes da oposição. Discursos ferozes se

DIVULGAÇÃO



Instalações da Petrobras

DIVULGAÇÃO



Getúlio Vargas mostra a mão suja de petróleo da refinaria de Mataripe, Bahia

27 - Apud WESTIN, Ricardo. O Senado na história do Brasil. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2019, p. 80.
28 - Op. cit., p. 79.

DIVULGAÇÃO



Café Filho

DIVULGAÇÃO



Carlos Luz

DIVULGAÇÃO



Senador Nereu Ramos

seguiram, e a pressão das ruas aumentou à medida que as investigações ligavam o crime a pessoas muito próximas do presidente.

Tanto na Câmara quanto no Senado os discursos contra Vargas se acumularam. A seguir, dois exemplos do Senado,[29] o primeiro, de Bernardes Filho (PR-MG), e o segundo, de Hamilton Nogueira (UDN-DF):[30] "A responsabilidade pela emboscada da Rua Toneleiro não para no pavimento térreo do Palácio do Catete, de onde partiram os empreiteiros para a execução do crime. Ela sobe ao segundo andar e envolve indiretamente o senhor Getúlio Vargas. Infelizmente, a Constituição e a lei não previram punição para o presidente que acoitasse um bando de homicidas nos quartos baixos do palácio". "O senhor Getúlio Vargas quer ensanguentar o Brasil. Às classes armadas estão dadas (sic) o poder de trazer a tranquilidade ao país. A Aeronáutica já demonstrou seu ponto de vista. A Marinha está solidária com a Aeronáutica. O Exército está de acordo com ambas, que representam a opinião do povo. As Forças Armadas saberão cumprir seu dever".

As Forças Armadas, como de hábito no período, estavam inquietas. Exigiam a renúncia do presidente.

Vargas se suicidou na madrugada de 24 de agosto de 1954. Desta vez as reações foram outras. Dois exemplos também do Senado[31], o primeiro do senador Alencastro Guimarães (PTB-DF) e o segundo, do Senador Ferreira de Sousa (UDN-RN): "A campanha destes últimos meses contra a pessoa do senhor Getúlio 'excedeu todos os limites que neste país alguma vez se permitiram. Morre o senhor Getúlio Vargas. Não morre pela própria mão, mas assassinado pela covardia daqueles que não puderam vencê-lo no coração do povo brasileiro". "O momento é de reverência diante da eternidade, de silêncio à borda do túmulo. Não vale fazer discussões em torno de pessoas, de fatos. Por um instante, cessam as divergências, calam-se os argumentos, suspendem-se os dissídios e não se pronuncia palavra de crítica".

29 - Op. cit, p. 85.
30 - Lembrando que, em 1954, a capital do Brasil era o Rio de Janeiro.
31 - Op. cit. p. 86-7.

Vargas foi substituído pelo seu vice, Café Filho,[32] um antigetulista convicto. Doente, se afastou da Presidência da República em novembro de 1955. Foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Ambos se envolveram em tentativas de golpe militar. Como resultado, ambos acabaram sendo alvos de processos-relâmpago de impeachment: Carlos Luz em 11 de novembro, e Café Filho em 22 de novembro.

Assumiu a Presidência da República o Senador Nereu Ramos (PSD-SC), vice-presidente do Senado. Foi ele quem transmitiu a faixa presidencial para Juscelino em 1956.

O GOLPE MILITAR, QUE FORA REPETIDAMENTE ADIADO, ACABOU POR SE CONCRETIZAR EM MARÇO DE 1964. EM 2 DE ABRIL, O PRESIDENTE DO CONGRESSO, SENADOR AURO DE MOURA ANDRADE, DECLAROU VAGA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Mais uma crise se deu com a renúncia de Jânio Quadros, depois de apenas sete meses na Presidência da República. Para que João Goulart, seu vice, assumisse, o Congresso[33] votou às pressas o parlamentarismo. Goulart era malvisto pelos militares. Era o getulismo sem Getúlio. Os militares viam Jango como alguém ligado aos sindicatos. Seria o representante da esquerda ligado ao comunismo. Todavia, o parlamentarismo teve vida curta. Em plebiscito, em 1963, o presidencialismo retornou.

O golpe militar, que fora repetidamente adiado, acabou por se concretizar em março de 1964. Em 2 de abril, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, em uma sessão tumultuada, declarou vaga a Presidência da República.

DIVULGAÇÃO



Juscelino Kubitschek

DIVULGAÇÃO



Jânio Quadros

DIVULGAÇÃO



João Goulart (Jango)

32 - No período entre 1946 e 1964, o presidente e o vice eram escolhidos separadamente.
33 - O Senado teve papel destacado nesse processo. O Senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP), então presidente do Congresso, foi quem determinou a criação de uma comissão que propôs o parlamentarismo.



REPRODUÇÃO

Repressão era a tônica do país na época do AI-5

O Senado durante a **Ditadura Militar**

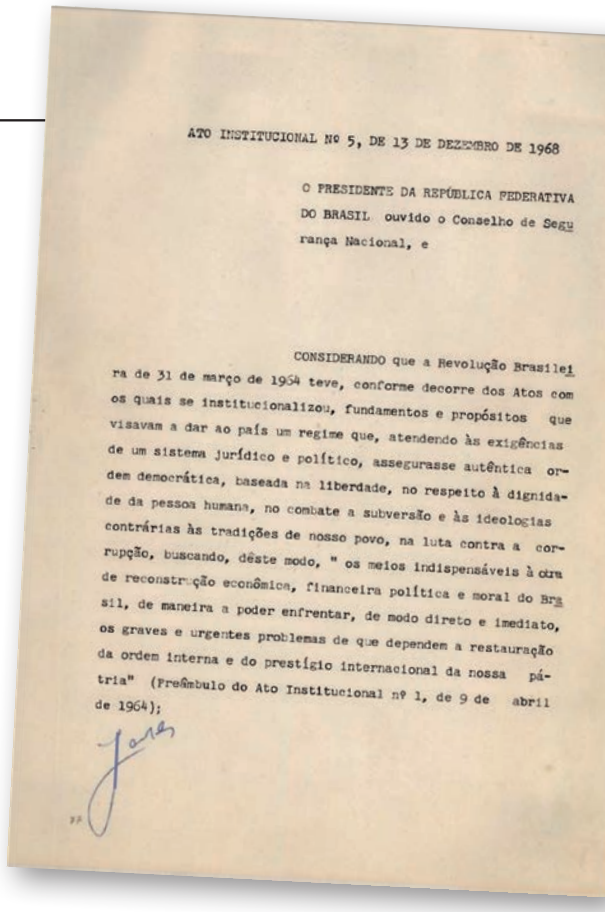
Durante o regime militar, o Congresso foi fechado em três ocasiões. A primeira pelo AI-2, em 27 de outubro de 1965; a segunda pelo AI-5, em 13 de dezembro de 1968; e a terceira em 1977 pelo general Ernesto Geisel. No total, 173 deputados e 8 senadores foram cassados pela ditadura.

Apesar desses atos de violência institucional, o regime buscou oferecer ares de normalidade. Os generais-presidentes cumpriam um mandato presidencial determinado. Eram eleitos – mesmo que indiretamente. Havia eleições periódicas para vários cargos públicos – inclusive para deputado federal e senador. O Congresso foi mantido em funcionamento – mesmo com várias restrições. Continuava a existir um sistema partidário – com apenas duas agremiações permitidas.

Durante o período, o Congresso foi peça central da resistência democrática contra ditadura.

Em setembro de 1973, o deputado Ulysses Guimarães se lançou candidato à Presidência pelo MDB – o partido de oposição consentida. Nos últimos meses daquele ano, viajou pelo país e divulgou sua "anticandidatura". Nas eleições indiretas de janeiro de 1974, Ulysses foi derrotado, tendo recebido 76 votos contra 400 dados ao general Geisel.

Mesmo derrotada, a candidatura simbólica de Ulysses Guimarães foi uma ponta de lança para as eleições gerais de novembro daquele ano. Vinte e duas cadeiras estavam em disputa no Senado. O MDB ganhou 16. Vários dos senadores eleitos se tornariam importantes lideranças políticas no Congresso: Paulo Brossard, Itamar Franco, Marcos Freire, Orestes Quércia e Saturnino Braga, entre outros.



ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

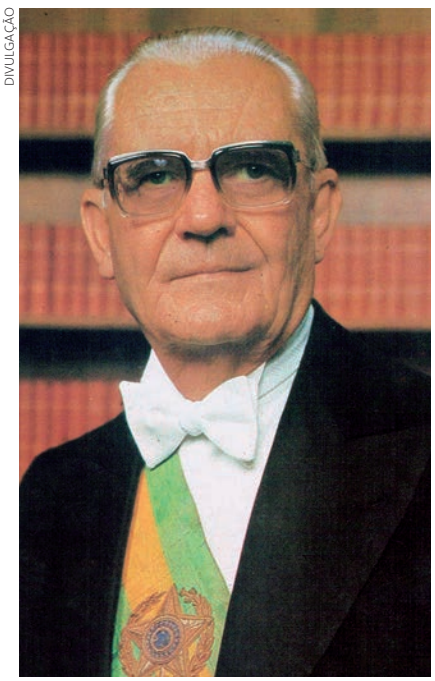
CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, dêste modo, " os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

O regime militar, no entanto, não teve receio de usar todos os mecanismos possíveis para retardar o processo de abertura política. Foi o caso, por exemplo, do chamado Pacote de Abril, de 1977.

Em 1º de abril daquele ano, o presidente Geisel, utilizando-se das prerrogativas do AI-5, colocou o Congresso em recesso e apresentou um conjunto de medidas legislativas formado por uma Emenda Constitucional e seis decretos-leis.

Desde a eleição de 1974, o governo perdera a maioria necessária para a aprovação de Emendas Constitucionais. Sem votos suficientes para aprovar uma reforma do Judiciário, Geisel apelou ao ato institucional de 1968.

DIVULGAÇÃO



Ernesto Geisel

O pacote estendia o mandato presidencial de cinco para seis anos. Permaneciam as eleições indiretas para presidente da República, governadores e prefeitos de capitais e municípios em áreas de segurança nacional.

Aumentou-se a representação mínima de cada Estado na Câmara dos Deputados. Criou-se a figura do senador "biônico": um terço dos senadores passaram a ser eleitos indiretamente. Em suma, boa parte do pacote visava a garantir uma maioria para o governo no Congresso Nacional.

Em maio de 1977, assim se manifestou o Senador Paulo Brossard a respeito da situação vivida pelo país: "O regime que pretenderam instituir no nosso país, reunindo a um tempo a suposta legalidade e o puro arbítrio, a convivência de duas ordens, uma pretensamente constitucional, a outra declaradamente extralegal, tinha de dar no que deu, pela singela razão de que elas são incompatíveis, excluem-se reciprocamente, motivo pelo qual, em verdade, as duas ordens nem são duas, nem são ordens: a desordem é uma só".[34]

Merece destaque, ainda, o papel do Congresso na discussão da Lei de Anistia, de 1979, e nas discussões subsequentes que levariam ao fim do regime militar.

Um detalhe importante do período foi o da posse da primeira senadora, Eunice Michiles, do Amazonas.[35] Ela foi a segunda mais votada entre os candidatos da ARENA e, segundo as regras da época, assumiu o cargo após a morte do primeiro colocado. Apresentou uma pauta em defesas dos direitos da mulher e, também, pioneiramente, em defesa do meio ambiente.

Por fim, foi durante a ditadura que se deu a demolição do Palácio Monroe, antiga sede do Senado no Rio de Janeiro.

DESDE A ELEIÇÃO DE 1974, O GOVERNO PERDERA A MAIORIA NECESSÁRIA PARA A APROVAÇÃO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS. SEM VOTOS SUFICIENTES, GEISEL APELOU AO ATO INSTITUCIONAL DE 1968

34 - WESTIN, Ricardo. **Arquivo S, O Senado na História do Brasil.** Vol. 3. Brasília: Senado Federal, 2019, p. 132.
35 - Com a exceção da Princesa Isabel, senadora por direito dinástico.

O Senado após **a redemocratização**

Com a redemocratização do país, o Congresso se torna um dos polos da vida política brasileira. Esses acontecimentos estão bastante bem registrados pela história.

Merece destaque, em primeiro lugar, a elaboração da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, nas palavras do deputado Ulysses Guimarães.

Esse protagonismo do Congresso, e do Senado em particular, pode ser visto também no longo ciclo de reformas – principalmente econômicas – que tem sido conduzido, de um modo ou de outro, desde o fim da ditadura.

Especificamente, o Senado Federal foi protagonista ao julgar o impeachment de dois presidentes da República: Fernando Collor, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016.

Além disso, vale observar o importante papel das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs). Destaquem-se duas: a CPMI dos Correios, instalada em 2006 para investigar denúncias de corrupção e esquemas de pagamento de propinas; e, mais recentemente, a CPI da covid-19, que esclareceu a populações a respeito da condução do combate à pandemia dessa doença pelo governo federal. EL

ARQUIVO/SENADO FEDERAL



Ulysses Guimarães no dia da promulgação da Constituição de 1988

MERECE DESTAQUEA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ, NAS PALAVRAS DO DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES

ROOSEWELT PINHEIRO/AGÊNCIA BRASIL



Fernando Collor

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Dilma Rousseff



A logomarca da Demanda Pesquisa e Desenvolvimento de Marketing remete à ideia de qualidade duradoura, conhecimento acadêmico, cultura, estabilidade, elegância, solidez, persistência ao longo do tempo.
Inclua a DEMANDA entre seus fornecedores preferenciais de pesquisas de mercado.

Para conhecer mais fale com Silvio Pires de Paula
silvio@demanda.com.br - tel.: +55 11 3218-8000 - www.demanda.com.br

DIVULGAÇÃO



O Senado Federal completa seu bicentenário com **relevante papel para a democracia**

FERNANDO CESAR CUNHA

Ex-Advogado-Geral do Senado Federal

Desde sua criação, na Constituição Federal de 1824, o Senado Federal contribuiu para a democracia, pois, apesar de ser feita pelo Imperador, a escolha dos senadores se dava dentre os eleitos em cada província. Esse elemento democrático certamente serviu de inspiração para as Constituições posteriores que mudaram a escolha para eleição direta pelo voto majoritário.

A conquista da democracia também contou com a notória atuação do senador e jurista Ruy Barbosa. Na linha de Montesquieu, o patrono do Senado também defendeu a necessidade de divisão das funções essenciais do Estado entre três poderes, harmônicos e independentes.

A democracia, portanto, releva-se não só na escolha do presidente da República, pelo povo, mas, também, dos membros do Poder Legislativo, e da sua participação no controle e fiscalização de atos praticados pelos demais poderes, no denominado sistema de freios e contrapesos.

Neste aspecto, a Constituição Federal de 1988 definiu ao Senado atribuições relevantes, que lhe confere importante papel na preservação da democracia, desde suas funções típicas de elaborar e aperfeiçoar as leis e fiscalizar os atos do Executivo, mas também outras missões essenciais.

O Senado atua como Casa revisora dos projetos iniciados e aprovados pela Câmara dos Deputados, e, também, delibera sobre

> **“O SENADO TEM EXERCIDO SEU PAPEL COM EQUILÍBRIO E RESPONSABILIDADE, PROPORCIONANDO ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA AO PAÍS, PARA PROMOVER O APRIMORAMENTO DAS LEIS, O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS”**

os nomes indicados para os cargos de procurador-Geral da República, ministros do STF, STJ, TCU, embaixadores e outras autoridades. Além disso, exerce missão sensível no recebimento de acusação, que pode resultar no afastamento do presidente da República, por crime de responsabilidade, e nos pedidos de impeachment contra o procurador-Geral da República, ministros do STF, e outros cargos.

Tais funções são conferidas aos senadores, para atuação moderada e equilibrada, a fim de proporcionar estabilidade institucional para os agentes públicos dos demais Poderes exercerem suas funções com independência, sem pressões indevidas.

Ao mesmo tempo, o Senado atua de maneira firme nos momentos necessários, exercendo suas competências, como nos casos em que julgou pedidos de impeachment de presidentes da República; deliberou pela perda de mandatos; atuou para combater a guerra fiscal e para preservar o pacto federativo; e aprovou reformas e normas importantes para o país.

A Casa da Federação também atua diretamente no Poder Judiciário, por meio de órgão jurídico próprio (a Advocacia do Senado), formado por advogados concursados, indispensáveis à justiça, à democracia e à separação dos poderes, pois defendem as prerrogativas constitucionais dos parlamentares, de caráter institucional, e as escolhas políticas feitas por eles em nome do povo.

A missão do Senado Federal vem sendo cumprida pelo empenho dos parlamentares e dos seus servidores, como se viu, a título de exemplo, na rápida implantação de sistema remoto para realização das sessões, no período da pandemia decorrente da covid-19; e também na luta para impedir a invasão nos atos do dia 8 de janeiro de 2023, reparar os danos e promover as medidas para identificar e punir os responsáveis pela sua ocorrência, demonstrando que "o parlamento não pode parar", nem a democracia ser abalada!

O Senado da República Federativa do Brasil tem exercido seu papel com equilíbrio e responsabilidade, proporcionando estabilidade democrática ao país, para promover o aprimoramento das leis (com a participação popular), o desenvolvimento econômico sustentável e a redução das desigualdades regionais e sociais, com observância dos limites fixados na Constituição, em respeito à soberania popular, a servir de luz para as atuais e próximas gerações responsáveis pelo seu novo bicentenário. E.L

PEDRO FRANÇA | AGÊNCIA SENADO



O fim dos cargos vitalícios, a República e o Golpe de 64

Com o advento da República, a atividade legislativa tornou-se mais intensa, com o Senado assumindo um protagonismo que levou, por exemplo, à aprovação do Código Civil Brasileiro



DIVULGAÇÃO

FOTO ARQUIVO PESSOAL

Palácio Conde dos Arcos

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o governo provisório dissolveu o Senado e a Câmara e fixou para 15 de setembro de 1890 a eleição para a nova assembleia constituinte. Dois meses depois, esta foi instituída, com a presença de 205 deputados e 63 senadores. Em fevereiro de 1891, a Assembleia aprovou a primeira Constituição republicana do Brasil, com a determinação de que os senadores, deixando de ser vitalícios, passavam a ser eleitos para mandatos de nove anos.

Com o advento da República, a atividade legislativa tornou-se mais intensa, com o Senado assumindo um protagonismo que levou, por exemplo, à aprovação do Código Civil Brasileiro. No início da República destacaram-se, particularmente, os senadores Rui Barbosa, Campos Sales, Prudente de Morais, Pinheiro Machado e Epitácio Pessoa.

Getúlio em cena

Um revés significativo para o Senado Federal ocorreu com a Revolução de 1930, quando o movimento liderado por Getúlio Vargas operou uma ruptura institucional, dissolvendo o Congresso Nacional, em 11 de novembro de 1930. A Constituição de 1934 restaurou o Poder Legislativo, com Câmara dos Deputados e Senado Federal; e simultaneamente determinou que seria indireta a eleição imediatamente seguinte do presidente da República.

Em 17 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito. Mesmo com o restabelecimento do Congresso Nacional, composto por duas casas legislativas, o Senado Federal não reiniciou seus trabalhos, pois a própria Constituição de 1934 determinou a transformação da até então Assembleia Nacional Constituinte,



em Câmara dos Deputados; e esta, por sua vez, passou a exercer, cumulativamente, as funções do Senado Federal. A eleição seguinte dos parlamentares federais – para Câmara e Senado – ficou marcada para janeiro de 1935. Com isso, somente em 3 de maio de 1935, o Senado reiniciou sua legislatura ordinária.

EM FEVEREIRO DE 1891, A ASSEMBLEIA APROVOU A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DO BRASIL, COM A DETERMINAÇÃO DE QUE OS SENADORES, DEIXANDO DE SER VITALÍCIOS, PASSAVAM A SER ELEITOS PARA MANDATOS DE NOVE ANOS



ARQUIVO NACIONAL

Revolução de 1930

Nova ruptura

Uma nova ruptura institucional ocorreu em 10 de novembro de 1937, sendo desta vez mais grave, com a supressão do Congresso Nacional até setembro de 1946, quando o Senado voltou a funcionar.

Após pressões da sociedade pelo fim do Estado Novo, a retomada da democracia se iniciou com a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, que previu a marcação de eleições. Em maio daquele ano, foi decretado o Código Eleitoral, com a previsão de eleições, em dezembro de 1945, para a Presidência da República e para o Parlamento Nacional. Em 29 de outubro desse mesmo ano, Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército, sendo substituído pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, até que este entregasse o posto ao novo eleito, o presidente Eurico Gaspar Dutra, em janeiro de 1946.

Bicamerismo de volta

A Constituição de 1946 trouxe de volta, efetivamente, o bicameralismo e a independência dos poderes, e o Senado voltaria a desempenhar seu papel pleno na Federação.

Na década de 1960, o Senado voltou a se destacar na crise institucional criada com a renúncia do presidente Jânio Quadros: em 25 de agosto de 1961, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, deu posse ao vice-presidente, João Goulart, em sessão do Congresso Nacional, em 7 de setembro do mesmo ano.

A posse de João Goulart como presidente da República acarretou consequências valiosas para a am-

pliação das prerrogativas do Legislativo. Até então, o vice-presidente da República ocupava o cargo de presidente do Congresso Nacional. A partir de 1961, tal função passou a ser exercida pelo presidente do Senado. O primeiro senador a desfrutar dessa situação foi Auro de Moura Andrade, em 1961.

O Golpe de 64

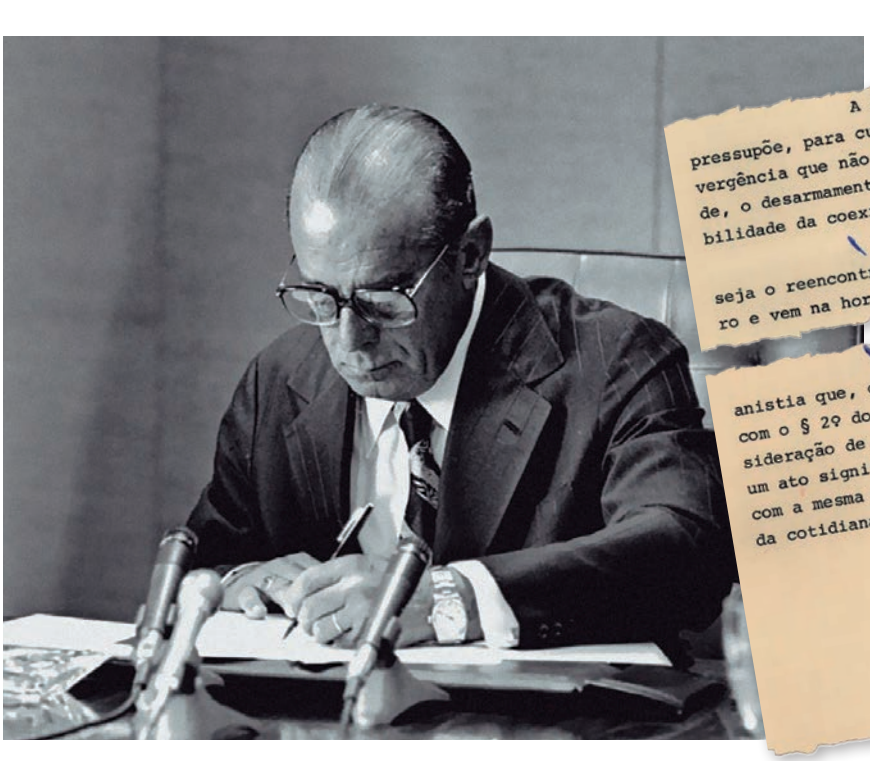
Entretanto, novo rompimento institucional, com o golpe de 1964, atingiu fortemente o Parlamento. Atos institucionais foram editados, direitos políticos foram suspensos e mandatos foram cassados, como o do senador por Goiás, Juscelino Kubitschek.

Em outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 estabeleceu o bipartidarismo no Brasil, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No dia 20, desse mesmo mês, o General Castelo Branco determinou o "recesso" no Congresso Nacional e, no dia seguinte, as tropas das Forças Armadas ocuparam o prédio do Congresso Nacional. O Ato Institucional nº 4 permitiu que o Congresso Nacional se reunisse extraordinariamente para aprovar a nova Constituição de 1967, alterada em 1969.

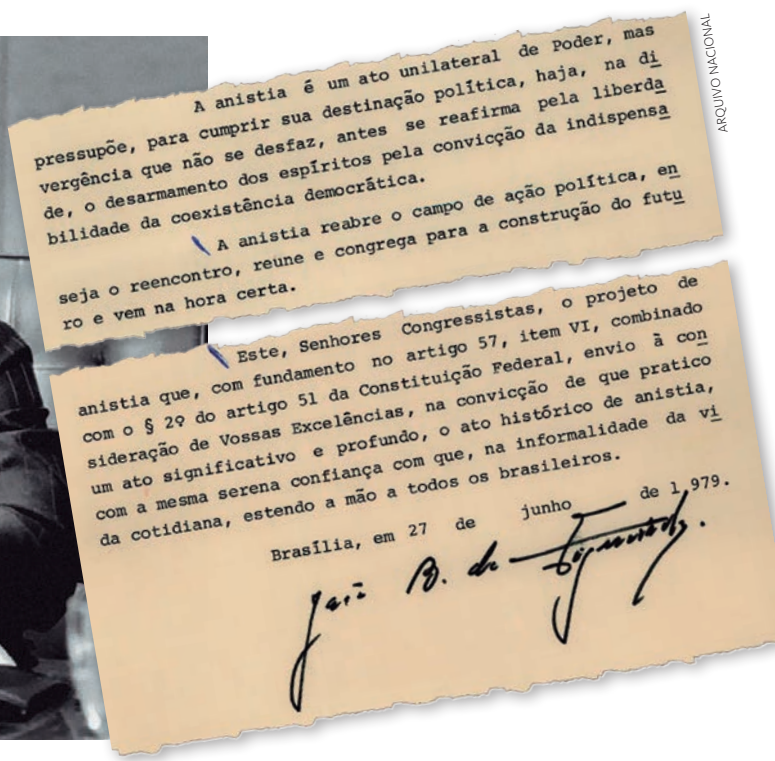
Com todas as limitações à vida política, às eleições e ao fortalecimento da representação, em 1974, o Senado Federal voltou a ocupar papel fundamental para a futura redemocratização do país: 16 senadores foram eleitos pelo MDB e 6, pela Arena, significando a primeira grande derrota da dita-

EM 1979, A LEI DE ANISTIA PERMITIU A VOLTA DOS EXILADOS AO PAÍS, SENDO A PRIMEIRA LEI DE TRANSIÇÃO PARA O GOVERNO DEMOCRÁTICO. TAMBÉM EM 1979, CHEGOU AO FIM O BIPARTIDARISMO IMPOSTO PELO REGIME MILITAR E NOVAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS SURGEM

ORLANDO BRITO



ARQUIVO NACIONAL



A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática.

A anistia reabre o campo de ação política, enseja o reencontro, reune e congrega para a construção do futuro e vem na hora certa.

Este, Senhores Congressistas, o projeto de anistia que, com fundamento no artigo 57, item VI, combinado com o § 2º do artigo 51 da Constituição Federal, envio à consideração de Vossas Excelências, na convicção de que pratico um ato significativo e profundo, o ato histórico de anistia, com a mesma serena confiança com que, na informalidade da vida cotidiana, estendo a mão a todos os brasileiros.

Brasília, em 27 de junho de 1.979.

João B. de Figueiredo

João Figueiredo assina Lei da Anistia. Ao lado, em mensagem ao Congresso, Figueiredo defende projeto de anistia

dura, fortalecendo a oposição no regime militar. Em 1977, pela terceira vez, o Congresso Nacional foi fechado pelo então presidente Ernesto Geisel, fato que se deu apesar dos esforços contrários do presidente do Senado, senador Petrônio Portela. A motivação alegada pelo general Geisel foi a de uma suposta afronta, pois o Congresso Nacional rejeitou o texto da reforma do Judiciário.

Lei da Anistia em 1979

Não obstante tantos entraves ao perfeito funcionamento do Legislativo, várias leis importantes para a sociedade foram aprovadas no Congresso, mesmo antes da redemocratização. Em 1977, foi instituído o divórcio no Brasil, por lei de autoria do senador Nelson Carneiro. Em 1979, a Lei de Anistia permitiu a volta dos exilados ao país, sendo a primeira lei de transição para o governo democrático. Também em 1979, chegou ao fim o bipartidarismo imposto pelo regime militar e novas organizações partidárias surgem.

Nesse período, ganhou maior dimensão o clamor da sociedade pelo retorno à democracia. As manifestações pela volta do estado de direito culminaram na campanha "Diretas Já". Entretanto, apesar do pedido das ruas, a proposta de emenda à Constituição foi rejeitada em 1984 pelo Plenário do Congresso Nacional.

No ano seguinte, em 1985, o senador Tancredo Neves foi eleito pelo colégio eleitoral, tendo por vice o senador José Sarney. Constata-se, assim, que o Senado ocupou papel crucial na história da redemocratização da política nacional. Quem assumiu o governo em 1985 após a morte do presidente Tancredo Neves?

Na véspera da posse de Tancredo em 14 de março de 1985, ele foi internado. No dia seguinte, José Sarney tomou posse interinamente até que o titular assumisse. Em 21 de abril de 1985, Tancredo falece aos 75 anos de idade, e José Sarney tornou-se efetivamente presidente.

ENNCO BEANNS | ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Ato pela anistia na Praça da Sé, em São Paulo

Content and Information for Leaders
Economy&Law



CONFIRA AS EDIÇÕES DA ECONOMY&LAW

no aplicativo da The Winners Prime Leaders Magazine
(Apple Store para IOS e Google Play para Android) e nas principais bancas digitais

Disponível na App Store

Disponível na Google play

pressreader Bancah! REVISTARIAS Banca Digital ubook Google Play

DIVULGAÇÃO



JOSÉ ROBERTO TADROS

Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Roteiro para o **desenvolvimento**

A relação do Sistema Comércio não apenas com o Senado Federal, mas também com a Câmara dos Deputados tem sido marcada por um ambiente de permanente diálogo e colaboração. No mês de março, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) promoveu um evento que reuniu mais de 150 parlamentares, entre senadores e deputados, além do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ministros e lideranças do Executivo. Foi a entrega da Agenda Institucional do Sistema Comércio 2024, um verdadeiro roteiro para o desenvolvimento e uma contribuição efetiva das entidades representativas do setor terciário, encaminhada aos Poderes Executivo e Legislativo.

> **“ACREDITAMOS FIRMEMENTE NA COLABORAÇÃO ENTRE SETOR PÚBLICO E PRIVADO, COMO CATALISADORA DO PROGRESSO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTÁVEL DO NOSSO PAÍS. POR ISSO, OFERECEMOS PROPOSTAS CONCRETAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO”**

A agenda é um chamado à união e à parceria pelo desenvolvimento do país. Acreditamos firmemente na colaboração entre setor público e privado, como catalisadora do progresso econômico, social e sustentável do nosso país. Por isso, oferecemos propostas concretas para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

A agenda prioritária do setor para este ano inclui a regulamentação da reforma tributária, medidas de desburocratização e de incentivo ao comércio de bens, serviços e turismo, legislação trabalhista, empresarial e ambiental, entre outras ações.

Na ocasião, o vice-presidente da República e ministro, Alckmin, disse que a agenda da CNC será um roteiro para os próximos anos, possibilitando avançar nesses temas para perseguir o aumento do emprego, da renda e do desenvolvimento.

Aproveitando a presença dos mais de 150 parlamentares, Alckmin pediu o apoio a pautas importantes para o desenvolvimento econômico do país. Ele citou três projetos da sua Pasta: o de criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); o projeto de depreciação superaceleradа que antecipa abatimentos fiscais de 15 para 2 anos, facilitando a renovação de máquinas e equipamentos da indústria brasileira; e, ainda, a medida provisória que estabelece o Programa de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que promove a descarbonização.

O evento marcou ainda o lançamento da Agenda Municipal, um instrumento de posicionamento do setor terciário diante dos candidatos a prefeito e vereador nas eleições deste ano. Não poderíamos nos abster de pensar nos problemas relacionados ao setor terciário nas cidades brasileiras. A Agenda Municipal do Sistema Comércio será um mapa referencial para o desenvolvimento dos municípios.

Conforme citou o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, também presente ao evento, assim como o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, a Agenda Municipal é prioritária. A vida acontece mesmo nos municípios, e o Brasil tem mais de 5 mil municípios, ressaltou o ministro, lembrando que, em 2023, pelo menos 2 mil municípios viveram situações de emergência, por conta dos eventos climáticos, atingindo em cheio produtores, trabalhadores, geradores de emprego e renda. É preciso o olhar para corrigir políticas públicas e não ampliar ainda mais a desigualdade social.

Os documentos da Agenda Institucional estão disponíveis no site da CNC: portaldocomercio.org.br.

EDGAR MARRA



Presidente Tadros discursa durante o evento da entrega da Agenda Institucional do Sistema Comércio 2024



FOTO ARQUIVO PESSOAL

Eunice Michiles discursa no Senado - projetos a favor das mulheres e do meio ambiente

Primeira senadora tomou posse há 45 anos

Eunice Michiles chegou ao Senado em 1979 e enfrentou resistência dos colegas homens, que não aprovaram os projetos de lei dela para garantir direitos às mulheres

Ao longo de um século e meio, do reinado de dom Pedro I ao governo do general Ernesto Geisel, apenas políticos homens entraram no Senado. Isso mudou há 40 anos, quando a primeira senadora do Brasil tomou posse. A mulher que rompeu com a exclusividade masculina na Câmara Alta foi Eunice Michiles (pronuncia-se Miquiles), uma ex-professora de grupo escolar e ex-deputada estadual saída do Amazonas.

A histórica posse ocorreu em 31 de maio de 1979, no início do governo do general João Figueiredo. Documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que os parlamentares receberam a colega do sexo feminino com deferência e empolgação. Na cerimônia de posse, a novata foi presenteada com flor, chocolate e poesia.

O senador Dirceu Cardoso (MDB-ES) discursou: "Foi por causa das mulheres guerreiras que galopavam nos seus árdegos cavalos que se deu ao rio o nome de Amazonas. Tinha, portanto, que ser da Amazônia a nossa primeira senadora, essa mulher que, como a estrela nova, desce neste Plenário e asperge luz sobre todos nós. Saúdo vossa excelência como representante da mulher brasileira, como representante da minha esposa e das minhas filhas. É um Brasil novo que está nascendo".

O senador José Lins (Arena-CE) gostou das palavras do colega: "vossa excelência, o seu discurso é o buquê de flores que nos faltava para receber adequadamente a senadora Eunice Michiles".

Na realidade, não faltaram flores. Nesse mesmo dia, um cesto com rosas vermelhas chegou às mãos da senadora. O mimo foi providenciado pelo senador Paulo Brossard (RS), em nome de toda a bancada do MDB, o partido oposicionista. Eunice pertencia à Arena, a sigla de sustentação da ditadura militar.

Na cerimônia de posse, o senador Lomanto Júnior (Arena-BA) disse o que esperava da colega: "Que vossa excelência seja muito feliz e possa aqui emprestar, com sua inteligência, sua sensibilidade, seu coração e sua beleza, a colaboração de que o Senado tanto necessita. A sua presença aqui é, para nós, motivo de enternecimento".

Em seguida, o senador Almir Pinto (Arena-CE) recitou um poeminha de sua própria lavra em que lembrou que a Câmara dos Deputados já tinha três mulheres: "Fiz esta quadrinha simples, uma insignificante saudação a nossa querida senadora – 'O Senado sesquicentão [que tem 150 anos] / agora está como quer: / a exemplo da outra Casa, / tem na Casa uma mulher'."

Empolgado com a rima do colega, Dirceu Cardoso pediu a palavra outra vez: "Nobre senador, vou responder à vossa excelência também com uma quadra. Mas não é minha. É de autor cujo nome não me vem à memória neste instante – 'Se o imenso mar que rebrama / fosse amor, não água fria, / chamar-se-ia mulher, / e não mar, como se chama'."

A posse

Eunice Michiles tomou posse fora de época. Nas eleições de 1978 para o Senado, as urnas haviam dado o assento do Amazonas a João Bosco (Arena). Ele assumiu a vaga em fevereiro de 1979, com os outros novos senadores, mas mal chegou a atuar. Três meses depois, sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) e morreu. Como Eunice havia ficado em segundo lugar, o mandato foi para ela.

No discurso inaugural, a nova senadora se apresentou como uma "mulher simples, misto de dona de casa e política", e confessou que se sentia "inibida" no novo ambiente. "Não me proponho a trazer, a não ser eventualmente, assuntos políticos para o debate, pois nada teria a acrescentar ao que renomados políticos

"FOI POR CAUSA DAS MULHERES GUERREIRAS QUE GALOPAVAM NOS SEUS ÁRDEGOS CAVALOS QUE SE DEU AO RIO O NOME DE AMAZONAS. TINHA, PORTANTO, QUE SER DA AMAZÔNIA A NOSSA PRIMEIRA SENADORA, ESSA MULHER QUE, COMO A ESTRELA NOVA, DESCE NESTE PLENÁRIO E ASPERGE LUZ SOBRE TODOS NÓS"

têm proposto ao exame deste Senado. Vou procurar trazer a óptica feminina à análise dos problemas brasileiros. A mãe e dona de casa, que tem uma experiência milenar e procura um espaço maior de participação, deseja ser ouvida".

Em seguida, subiu o tom ao dizer qual seria o norte de sua atuação parlamentar. "Como primeira senadora, sinto os olhares de milhões de mulheres na expectativa de que lhes saiba interpretar as reivindicações. O Código Civil nos coloca ao nível do índio, da criança e do débil mental. Somos fruto de uma cultura patriarcal e machista, onde a mulher vive à sombra do homem e rende obediência ao pai, ao marido ou, na falta deste, ao filho mais velho. Em 1979, temos muito a melhorar".

Os direitos das mulheres não vingam

Eunice, de fato, seguiu essa linha inédita no Senado. A maior parte dos projetos de lei que ela apresentou buscava dar direitos às mulheres. Uma de suas primeiras propostas eliminava do Código Civil de 1916 o arcaico artigo que permitia ao homem anular o casamento e devolver a mulher aos pais caso descobrisse que ela não era virgem. O prazo para a devolução era de dez dias, contados a partir da cerimônia de casamento. A senadora, que tinha 50 anos, argumentou. "Vejam como era difícil a situação das moças do meu tempo. Éramos incentivadas a ser bonitas e provocantes, mas ai de nós se cedêssemos aos impulsos e fôssemos 'desonradas'. A virgindade era a marca maior de nossa conotação de objeto. Exige-se que um objeto, ao ser adquirido, seja zero quilômetro. Já com o homem era diferente. Quanto mais rodado, melhor. O tempo se encarregou



FOTO ARQUIVO PESSOAL

A senadora Eunice Michiles (à dir.) participa de evento político junto com o colega José Sarney (à esq.)

de mudar conceitos e atitudes. A geração jovem não atribui à virgindade feminina o mesmo valor da geração passada. Assim, o dispositivo de nosso Código Civil é uma distorção entre o social e o jurídico e por isso precisa ser reformulado".

Outro dos projetos de lei redigidos por Eunice permitia que a mulher com filhos fizesse uma jornada de trabalho mais curta, com redução proporcional no salário. A proposta ganhou o apoio da colega Iris Célia (PDS-AC), a quinta mulher a chegar ao Senado, em 1983, que discursou. "Já está longe o tempo em que a mulher se dedicava exclusivamente aos problemas do lar. Nem sempre é possível conciliar as exigências do trabalho com as exigências da família, principalmente quando há filhos de tenra idade, dependentes dos cuidados maternos".

Eunice também apresentou um projeto de lei que acabava com a possibilidade de o homem casado em comunhão de bens contratar empréstimos e dar o patrimônio da família como garantia sem o consentimento da mulher. "Não podemos mais aceitar no direito de família que apenas o marido seja o cabeça do casal. A mulher não pode ser obrigada a assumir uma dívida que ela não contraiu e cujos reflexos vão encontrar a família como a mais prejudicada".

FOTO ARQUIVO PESSOAL



Devido à insistência da imprensa em abordar sua aparência, Eunice Michiles se sentia pressionada a apresentar-se sempre alinhada

Zero projetos aprovados

A ideia de aproximar a mulher do homem no quesito direitos foi mal recebida pelos políticos. Nos oito anos de mandato, Eunice não conseguiu aprovar nenhum de seus projetos de lei. Enquanto alguns foram rejeitados logo de cara, outros foram ignorados e nem sequer entraram na pauta de votação. As raras propostas que tiveram a aprovação dos senadores seriam derrubadas pelos deputados.

A pauta feminina naufragou não porque Eunice Michiles fosse inepta para a política. Ela, ao contrário, tinha excelente trânsito no Palácio do Planalto. Em 1982, fez parte do grupo que convenceu o general Figueiredo a nomear a primeira ministra do Brasil — a advogada Esther de Figueiredo Ferraz, que chefiou o Ministério da Educação e Cultura. Em 1983, quando o presidente se submeteu a uma cirurgia cardíaca nos Estados Unidos, a senadora foi uma das poucas autoridades que tiveram permissão para visitá-lo no hospital americano.

Machismo exposto

Talvez o fracasso das ideias de Eunice se explique pela mentalidade assumidamente machista da

BIBLIOTECA NACIONAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, alínea 7.ª da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, expede o DIPLOMA de Suplente de Senador pelo Estado do Amazonas, ao Sr. Eunice Maraina Michiles eleito por esta Circunscrição e registrado pelo Aliança Renovadora Nacional - ARENA com 32.819 votos nominais apurados nas eleições realizadas a 15.11.78, conforme consta da Sessão do mesmo Tribunal, realizada em 04 de Janeiro de 1.979

Manaus, 12 de Janeiro de 1979

PRESIDENTE

Gráfica PALÁCIO REAL — Manaus

Diploma do TRE do Amazonas confere à Eunice o título de senadora suplente

época. No exercício do mandato, a primeira senadora do Brasil foi alvo de hostilidades e até de assédio moral. Numa palestra que proferiu numa entidade de empresários, ela foi interrompida pelo presidente da instituição, que, sem meias palavras, acusou-a de tratar apenas de "assuntos secundários", como planejamento familiar, e afirmou que a mulher só estaria "em condições de igualdade com o homem" quando discutisse "temas como energia nuclear".

Em outra ocasião, um senador governista repreendeu Eunice em tom ríspido diante de todo o plenário. Ele estava irritado porque ela e outros dois parlamentares não haviam chegado a tempo para uma votação e, sem o voto deles, o governo não conseguiu aprovar um projeto de lei importante. Embora os atrasados tivessem sido três, o senador só descontou sua raiva na colega mulher.

Eunice se atrasou para a votação porque estava no cabeleireiro. Jornais, revistas e TVs viviam fazendo reportagens sobre a aparência da primeira senadora. Por essa razão, ela se sentia pressionada a estar sempre impecável e ia ao salão de beleza dia sim, dia não. Era um tipo de pressão que os senadores homens jamais sentiram.

A primeira grande entrevista que Eunice concedeu após saber que iria para o Senado foi ao Jornal do Brasil. O texto informou que ela era "bonita", tinha "os olhos azuis contrastando com a tonalidade bronzeada da pele" e estava "discretamente vestida com um conjunto de malha em tons de bege e marrom". A entrevista não saiu nas páginas de política, mas no caderno de variedades.

Na reportagem sobre um chá de boas-vindas oferecido à novata pelas mulheres dos senadores, o Jornal do Brasil publicou que "as senhoras presentes não escondiam a surpresa e uma pontinha de inveja" ao saber que Eunice Michiles, "muito conservada", beirava os 50 anos. O texto continuou: "O segredo da 'conservação' apareceu na hora do chá, quando ela pingou algumas gotas de adoçante em sua xícara".

Estereótipos apagam parte importante

Os estereótipos femininos eram repisados o tempo todo pela imprensa. A revista Manchete publicou fotografias em que a nova senadora aparecia comprando feijão no supermercado, picando cebola na cozinha, aguando flores no jardim e até fazendo ginástica na sala de casa, trajando collant e polaina. Apenas repórteres mulheres eram recrutadas para escrever sobre a senadora.

Há quem considere que a princesa Isabel tenha sido a primeira senadora do Brasil. De fato, a Cons-

A IDEIA DE APROXIMAR A MULHER DO HOMEM NO QUESITO DIREITOS FOI MAL RECEBIDA PELOS POLÍTICOS. NOS OITO ANOS DE MANDATO, EUNICE NÃO CONSEGUIU APROVAR NENHUM DE SEUS PROJETOS DE LEI

tituição do Império previa que os príncipes eram "senadores por direito". Isabel, no entanto, nunca chegou a tomar posse no Senado, nem a participar de debates ou votações — "senadora" foi apenas um título.

Nascida em São Paulo

Eunice Michiles nasceu em São Paulo, numa família adventista, mas construiu a carreira no Amazonas. Quem lhe apresentou a política foi o marido, prefeito de Maués (AM). O casal já estava separado quando Eunice, em 1974, elegeu-se deputada estadual. Seu plano era tentar a reeleição para Assembleia Legislativa do Amazonas em 1978, mas ela foi convencida pela Arena a disputar o Senado.

Pelas regras da época, tanto a Arena quanto o MDB lançavam três candidatos ao Senado. A apuração se dividia em duas etapas. Primeiro, verificava-se qual partido havia somado mais votos. Depois, qual candidato do partido vencedor havia sido o mais votado. A Arena não desejava que Eunice vencesse. Queria apenas fazer frente à ousada e moderna estratégia do MDB de incluir uma mulher no trio que disputava o Senado. O candidato preferido da Arena era João Bosco, vice-governador do Amazonas. Os 33 mil votos de Eunice foram decisivos para a vitória dele.

Como não nutria a ilusão de que pudesse passar à frente do vice-governador, Eunice fez uma jogada política certeira. Só topou abrir mão da reeleição à Assembleia Legislativa e embarcar numa candidatura ao Senado fadada ao fracasso depois de obter da Arena a promessa de que, em troca, seria nomeada secretária estadual de Serviços Sociais. Foi o que ocorreu. A morte inesperada de Bosco, contudo, logo a retirou do Amazonas.

Amazônia já em foco

A senadora também levou ao Congresso Nacional o debate sobre a preservação do meio ambiente. Preocupada com a destruição da Amazônia, ela redigiu um projeto que previa a instituição do Dia Nacional de Defesa da Fauna e outro que determinava a inclusão da "educação ecológica" nas escolas. Nenhum dos dois vingou. Essa ainda não era uma preocupação nacional. Dizia-se que o ambientalismo não passava de uma frivolidade de países ricos e que o Brasil tinha mais era que se preocupar com a fome e a miséria.

Em 1986, Eunice Michiles decidiu não disputar a reeleição no Senado e candidatou-se a deputada federal. Eleita pelo PFL, integrou a Assembleia Nacional Constituinte e, agora respaldada por uma bancada feminina, finalmente conseguiu aprovar uma série de direitos para as mulheres. Em 1999, ela se retirou da vida pública. Hoje, com 94 anos, Eunice vive em Brasília.

A segunda senadora do Brasil foi Laélia de Alcântara (PMDB-AC), que tomou posse em 1981. A atual bancada feminina do Senado conta com 15 parlamentares.



FOTO ARQUIVO PESSOAL

A senadora Eunice Michiles e o presidente João Figueiredo

DIVULGAÇÃO



Os 200 anos do Senado e **a indústria brasileira**

ANTONIO RICARDO ALVAREZ ALBAN

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Ao refletir sobre os 200 anos do Senado Federal, é imprescindível reconhecer sua inestimável contribuição na moldura política e social brasileira. Essa Casa Legislativa tem sido primordial na arquitetura da nossa democracia, servindo como palco de decisões cruciais. A história do Senado é marcada pela presença de figuras ilustres que, ao longo dos séculos, ajudaram a construir o Brasil.

O Senado da República é a instituição mantenedora da unidade nacional. Atravessando diferentes épocas do período republicano, ele tem sido o elo que garante a representatividade e a integração das diversas facetas do país, desde as metrópoles até as regiões mais afastadas, assegurando que as vozes de todos os brasileiros sejam ouvidas.

Sua atuação é indispensável, especialmente em momentos de instabilidade política, mantendo-se firme na defesa dos princípios democráticos e na proteção dos direitos fundamentais, mesmo diante de imensos desafios. A Casa desempenha papel essencial no equilíbrio federativo, congregando lideranças com conhecimento em numerosas áreas, desde ex-presidentes da República até juristas renomados e representantes de variados setores da sociedade.

No seu papel institucional, o Senado tem sido vetor de avanços significativos. Legislações transformadoras, como a Lei Áurea; marcos regulatórios modernos nas áreas de tecnologia, meio ambiente e economia; e, mais recentemente, a própria reforma tributária, são demonstrações do seu compromisso com o progresso e a justiça social. Essas leis não apenas delinearam o arcabouço jurídico brasileiro, mas também pavimentaram o caminho para saltos civilizatórios, refletindo demandas e esperanças da nossa sociedade.

Leis que impactam positivamente o dia a dia do cidadão comum, impulsionam a economia, e viabilizam investimentos produtivos e a geração de emprego e renda tiveram um olhar cuidadoso na apreciação pelos senadores. São exemplos as recentes alterações nos marcos do saneamento básico, da exploração e distribuição de gás, de portos e debêntures de infraestrutura. Estão em andamento importantes debates sobre transição

PREMIUM FREEPIK



energética, mercado de emissões de carbono e inteligência artificial.

A neoindustrialização brasileira, com o fortalecimento e uma maior diversificação do parque industrial, é condição para que retomemos o crescimento sólido e sustentável. Nesse contexto, precisamos eliminar barreiras burocráticas e defender a estabilidade do cenário macroeconômico. Necessitamos de marcos legais claros, que confiram segurança jurídica e previsibilidade, assim como um Estado eficiente, que planeje e execute políticas públicas consistentes, transformando os tributos recolhidos em serviços de boa qualidade.

Em harmonia com a Câmara dos Deputados, o Senado tem indicado o caminho do progresso, agindo como mediador de conflitos entre os Poderes, promovendo o diálogo entre agentes públicos na busca de soluções e, acima de tudo, cumprindo sua função de representar os estados da nossa República Federativa.

A interação entre o Senado e o setor industrial é vital para a adoção de medidas que estimulem a inovação, o desenvolvimento sustentável e a integração do Brasil no cenário econômico global. Iniciativas conjuntas têm fomentado um ambiente mais propício ao investimento, à modernização industrial e à geração de empregos, contribuindo para a elevação da qualidade de vida da população.

Ao celebrarmos os 200 anos do Senado Federal, o setor industrial, por meio de suas associações, das Federações Estaduais e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), reconhece o incalculável valor dessa instituição na construção da nação brasileira. Colocamos nossa estrutura técnica a serviço do Senado, assim como da Câmara dos Deputados e dos demais Poderes da República, para contribuir nos debates sobre os principais temas nacionais.

Desse modo, a indústria nacional traz a visão do empreendedor e do chão de fábrica para a aprovação de leis que vão nos levar ao pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil. Parabéns ao Senado. E&L

“AO CELEBRARMOS OS 200 ANOS DO SENADO FEDERAL, O SETOR INDUSTRIAL, POR MEIO DE SUAS ASSOCIAÇÕES, DAS FEDERAÇÕES ESTADUAIS E DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), RECONHECE O INCALCULÁVEL VALOR DESSA INSTITUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA”

ARQUIVO DO SENADO



Laélia de Alcântara ao lado do presidente do Senado, Jarbas Passarinho

A primeira senadora negra do Brasil foi eleita em 1981

Faz pouco mais de 40 anos que o Brasil teve uma mulher negra no Senado pela primeira vez. O pioneirismo coube a Laélia de Alcântara (PMDB-AC), que assumiu o mandato de senadora em 3 de abril de 1981, no período final da ditadura militar (1964-1985)

Quando tomou posse, Laélia de Alcântara tinha 57 anos de idade e nunca havia ocupado um cargo político. Nascida em Salvador, ela era médica obstetra e vivia em Rio Branco. Morreu em 2005, aos 82 anos.

Com a chegada da nova parlamentar, o país passou a ter duas senadoras. O Senado já contava com Eunice Michiles (PDS-AM), branca, que havia quebrado a exclusividade masculina na instituição fazia apenas dois anos.

De acordo com documentos da época guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, coube a Eunice dar as boas-vindas à colega:

"Registro com uma ponta de orgulho que novamente coube à Amazônia o privilégio de trazer para esta Casa mais uma representante do sexo feminino, fato que corresponde ao despertar da mulher em todo o mundo para um papel mais ativo na sociedade", disse.

Laélia, então, fez seu primeiro discurso:

"Agradeço as demonstrações de apreço e carinho. Sou, como sua excelência, representante de uma região eminentemente problemática. Espero aqui trazer uma pequena contribuição e apresentar alguns dos problemas que o povo do Acre vive sofrendo há bastante tempo. No estado, o pauperismo é grande, há carência de quase tudo. Notadamente os problemas ligados à saúde e à instrução pública constituirão objeto de minha especial atenção nesta Casa".

Os jornais noticiaram aquela sessão em detalhes. A Folha de S.Paulo observou que Laélia usava "um vestido de jérsei de seda rosa, sapatos pretos e óculos presos por uma corrente ao pescoço". Segundo o Jornal do Brasil, ela estava "quase sem pintura e com expressão de simplicidade", sentada ao lado da "elegante senadora Eunice Michiles".

As reportagens informaram que Laélia levou à posse o marido e seis dos sete filhos. Os dois netos não foram. O senador Paulo Brossard (PMDB-RS), em viagem a Nova York, pediu que em seu nome entregassem flores à nova colega. A Câmara tinha quatro deputadas, das quais três assistiram à cerimônia no Senado. A revista Manchete descreveu Laélia como "a primeira senadora negra do Brasil". O Jornal do Brasil, como "mulata".

> **"A SENADORA NEGRA ASSUMIU O MANDATO DUAS VEZES. PRIMEIRO INTERINAMENTE, POR QUATRO MESES EM 1981, QUANDO SENA FICOU AFASTADO PARA TRATAR DA SAÚDE. DEPOIS EM DEFINITIVO, EM JANEIRO DE 1982, APÓS A MORTE DO TITULAR. O MANDATO SE ENCERROU EM JANEIRO DE 1983"**

Da tribuna, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) resumiu a vida da senadora:

"Há 31 anos formada médica no Rio de Janeiro, abandonou o conforto da metrópole e foi para o Acre para exercer sua profissão e depois aceitou participar da vida pública para ser a primeira senadora de cor".

A princesa Isabel não entra na lista das mulheres no Senado porque, no caso dela, 'senadora' foi um título concedido pela Constituição em razão do sangue imperial. A herdeira do trono nunca atuou como parlamentar.

Laélia de Alcântara se elegeu em 1974, como suplente, na chapa encabeçada pelo senador Adalberto Sena (PMDB-AC). Foi também como suplente que Eunice Michiles chegou ao Senado.

A senadora negra assumiu o mandato duas vezes. Primeiro interinamente, por quatro meses em 1981, quando Sena ficou afastado para tratar da saúde. Depois em definitivo, em janeiro de 1982, após a morte do titular. O mandato se encerrou em janeiro de 1983.

Ao longo do mandato, em discursos dentro e fora do Senado, ela denunciou o preconceito racial que permeava a sociedade brasileira — hoje conhecido como racismo estrutural.

Num evento na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, ela discursou:

"A apreciação feroz do antropólogo Sílvio Coelho segundo a qual 'a atribuição dos subempregos ao contingente de cor foi incentivada por uma sociedade interessada em manter à sua disposição um

celeiro de domésticas e lavadores de automóveis' ainda é repetida com visos de verdade. Urge fazer que ela não espelhe mais essa triste realidade. Os negros têm tudo para furar a barreira da penúria e da estagnação. Já é tempo de não mais 'se situarem nos pontos mais críticos dos gráficos, nos índices mais medíocres das estatísticas, nos parágrafos mais soturnos dos relatórios e nos segmentos mais inferiores das pirâmides'."

A senadora questionou a versão de que a escravidão no Brasil foi suave e os escravizados aceitaram passivamente os grilhões:

"A massa de negros em nossa terra não permaneceu de braços cruzados diante da escravidão. Ela reagiu por todos os modos e como pôde. Protestou por meio de quilombos, fugas, rebeliões e até crimes cometidos contra senhores e feitores. Foi sempre altivo e continua a sê-lo. É um erro histórico dar à escravidão brasileira o aspecto de falsa suavidade. O negro é um insubmisso diante de toda forma de arbítrio e opressão".

No mesmo evento em Porto Alegre, disse que o racismo contemporâneo era um prolongamento da escravidão. Segundo ela, assim como no passado, os negros brasileiros ainda se sentiam "exilados em seu próprio país" e a solução incluía oferecer-lhes "oportunidades iguais" às dos brancos.

Na sede da Confederação do Comércio, em Brasília, ela falou sobre a Lei Áurea:

"Livre do cativeiro, como fazer para sobreviver? Sem instrução, sem outra capacitação e habilitação que não fosse o amanho da terra e o mourejar nos engenhos, o transportar nas liteiras, o seu amo e senhor e as sinhazinhas em visitas aos seus nobres vizinhos? Servir, servir, servir. Viu-se o negro escravo do senhor mesmo após a discutida bênção generosa da princesa Isabel.

> **"A MASSA DE NEGROS EM NOSSA TERRA NÃO PERMANECEU DE BRAÇOS CRUZADOS DIANTE DA ESCRAVIDÃO. ELA PROTESTOU POR MEIO DE QUILOMBOS, FUGAS, REBELIÕES E ATÉ CRIMES COMETIDOS CONTRA SENHORES E FEITORES.É UM ERRO HISTÓRICO DAR À ESCRAVIDÃO BRASILEIRA O ASPECTO DE FALSA SUAVIDADE"**

Em 13 de maio de 1981, aniversário da Lei Áurea, Laélia insistiu no tema. No Senado, ela leu para os colegas uma reportagem sobre uma jovem de 19 anos que foi expulsa de uma boate em Curitiba por ser negra e afirmou:

"Neste dia em que comemoramos a abolição da escravatura, ainda vemos que há espíritos escravos de preconceitos que não deixam uma estudante universitária, porque de cor, dançar na pista de uma boate.

Na época, tinha força a ideia de que o Brasil era uma democracia racial, com as diferentes raças vivendo em plena harmonia. A ditadura militar difundia esse velho mito, com o fim de deslegitimar e enfraquecer a militância negra".

Reagindo ao discurso de Laélia, o senador José Fragelli (PP-MS) garantiu que o Brasil não era racista e deu a entender que o ocorrido em Curitiba não passava de um caso isolado:

"Além de uma grande democracia política, o Brasil é um exemplo para o mundo de uma democracia racial, porque aqui não temos preconceitos de qualquer espécie, de cor, de raça, principalmente aquelas três raças que formam originalmente a pátria brasileira e todas as mais que para aqui vieram trazer sua contribuição à grandeza do nosso país".

O senador José Richa (PMDB-PR) também pediu a palavra:

"Não precisaríamos sequer ter uma lei como temos, a Lei Afonso Arinos [a primeira lei antirracismo do país]. A própria coletividade brasileira, a própria nação, por si só, não tolera gestos de discriminação racial como esse acontecido lá em Curitiba.

Outros senadores entraram no debate e afirmaram que o racismo era, sim, um mal disseminado no Brasil. Itamar Franco (PMDB-MG) discursou:

"A sociedade brasileira só será justa, equânime e aberta quando todos os segmentos do país, sobretudo os negros, fizerem parte do desenvolvimento do Brasil".

O senador gaúcho Pedro Simon foi ainda mais longe e recorreu ao exemplo da própria Laélia:

"Neste 13 de maio, devemos lutar para que não seja um fato raro uma mulher de cor integrar o Senado, a Câmara ou os quadros da vida política ou institucional deste país. Pelo contrário, devemos nos esforçar no sentido de que possam os negros se integrar definitivamente à vida da nação e, como vossa excelência salientou na palestra proferida no Rio Grande do Sul, deixar de oferecer os maiores percentuais de delinquência, miséria, fome, semprego e subemprego".

Simon continuou:

"Vossa excelência, na sua passagem por esta Casa, está marcando uma posição, um marco na história da justiça social, neste país que se diz tão cristão, que diz não ter discriminação racial, que tem sua origem exatamente na união de raças, onde o negro teve o papel mais difícil, mais árduo. Não há dúvida de que, ao escrever-se a história deste país, haverá de se reconhecer e elogiar o papel do negro, porque ele, exatamente nas horas mais duras, desempenhou a missão mais dramática".

Apesar de se posicionar com firmeza contra o racismo, Laélia de Alcântara não se declarou negra em nenhum de seus discursos, de acordo com os documentos históricos do Arquivo do Senado. Em outro pronunciamento feito em maio de 1981, por exemplo, ela se descreveu como "mulher, médica, parlamentar e, principalmente, brasileira".

A historiadora Iracélli da Cruz Alves, que integra a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros e faz pós-doutorado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sobre a participação de trabalhadoras domésticas na política, explica que, dado o contexto histórico do início dos anos 1980, é compreensível que Laélia não tenha explicitamente se declarado negra perante os demais senadores:

"O Brasil ainda estava na ditadura militar, que tinha a ideologia da democracia racial como política de Estado. Mesmo sendo o período final, de transição democrática, o governo ainda pressionava, censurava e perseguia os grupos e os intelectuais que problematizavam e debatiam a questão racial. Para a senadora, era um campo pantanoso".

Cruz Alves também entende que, ao evitar declarar-se negra no Senado, Laélia provavelmente fez um cuidadoso cálculo político:

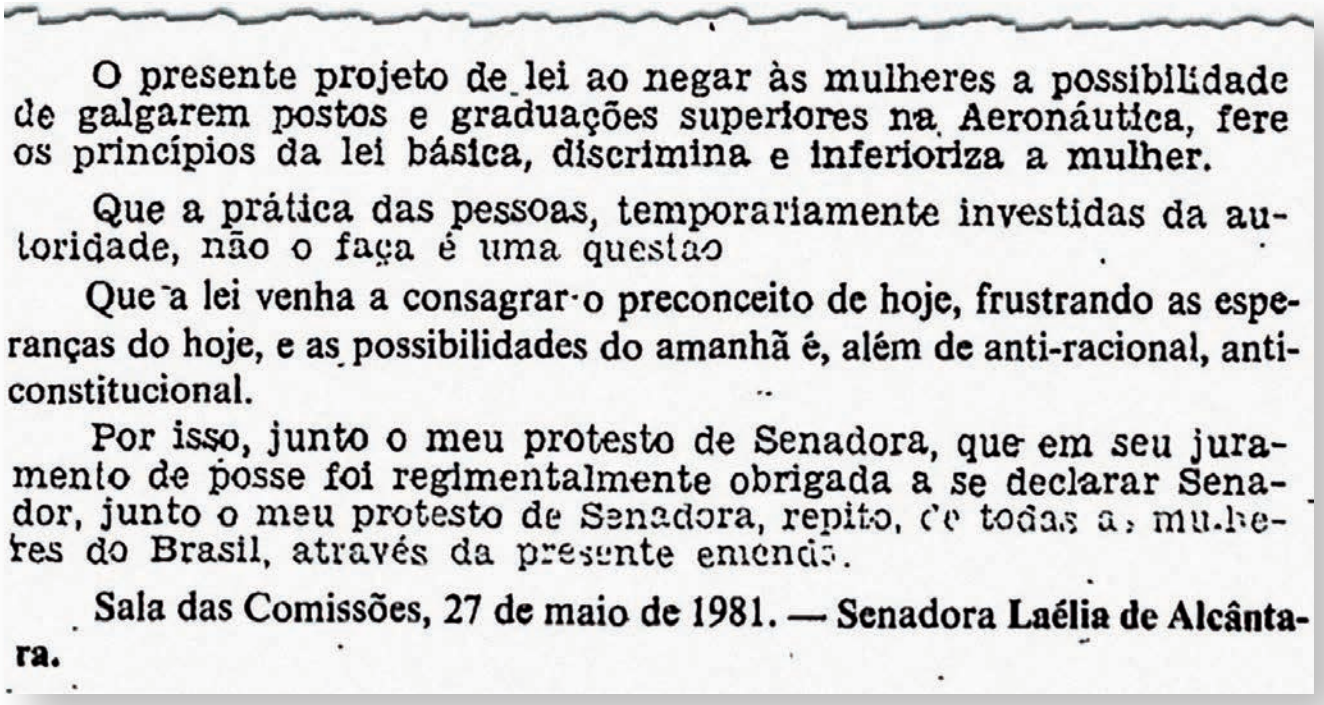
"Quando uma pessoa negra entra sozinha num espaço de poder que é historicamente branco, ela

REPRODUÇÃO



Laélia de Alcântara, a primeira senadora negra

ARQUIVO DO SENADO



O presente projeto de lei ao negar às mulheres a possibilidade de galgarem postos e graduações superiores na Aeronáutica, fere os princípios da lei básica, discrimina e inferioriza a mulher.

Que a prática das pessoas, temporariamente investidas da autoridade, não o faça é uma questão

Que a lei venha a consagrar o preconceito de hoje, frustrando as esperanças do hoje, e as possibilidades do amanhã é, além de anti-racional, anti-constitucional.

Por isso, junto o meu protesto de Senadora, que em seu juramento de posse foi regimentalmente obrigada a se declarar Senador, junto o meu protesto de Senadora, repito, de todas as mulheres do Brasil, através da presente emenda.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1981. — Senadora Laélia de Alcântara.

Em emenda a projeto de lei, Laélia defende que mulheres entrem na Aeronáutica e tenham os mesmos direitos dos homens

sabe que esse será um local conflituoso e que ela precisará recorrer a certas estratégias para conseguir se manter nele e obter conquistas para a população negra".

A historiadora interpreta que a senadora adotou em Brasília uma postura de "silenciamento" sobre a sua raça, mas nunca de "negação":

"Pelos discursos, vê-se que estava bastante atenta às demandas do movimento negro e dialogava com ele. Ela, por exemplo, denunciou que o processo de pós-abolição no Brasil foi incompleto. Laélia se posicionou, sim".

Fazendo jus ao título de segunda senadora do Brasil, Laélia de Alcântara redigiu propostas legislativas que beneficiavam as mulheres. Ela apresentou duas emendas a um projeto de lei que liberava a entrada delas na Aeronáutica, um deles autorizando-as a pilotar aviões e o outro permitindo que recebessem patentes iguais às dos homens.

Numa dessas emendas, para comprovar o quanto a sociedade ainda era machista, ela lembrou que, quando fez o juramento de posse no Senado, foi obrigada a obedecer a fórmula tradicional e declarar-se "senador", no masculino.

A senadora do Acre também escreveu uma proposta que estabelecia que o comando da família caberia em conjunto ao marido e à mulher, e não mais apenas ele, a quem legalmente cabia dar a última palavra. A mesma proposta permitia que, com o casamento, o homem também adotasse o sobrenome da mulher.

Pela justificativa que Laélia anexou ao projeto, vê-se que ela tinha interlocução com o movimento feminista. A senadora escreveu que, para elaborá-lo, baseou-se num anteprojeto levado a Congresso Nacional pela Frente de Mulheres Feministas, que tinha a atriz e produtora cultural Ruth Escobar como a porta-voz mais conhecida.

Em 8 de março de 1982, no Dia Internacional da Mulher, Laélia discursou no Senado:

"A necessidade de se estabelecer uma igualdade efetiva entre o homem e a mulher só se manifestará quando ambos tiverem, de fato, direitos iguais, e isso só se conseguirá com a supressão da discriminação salarial, da discri-

minação educacional e de tantas outras que estão impedindo a tão necessária incorporação da mulher na produção econômica, nas artes, nas ciências, na política".

Eunice a apoiou e acrescentou:

"Senadora Laélia de Alcântara, de vez em quando me questionam se sou feminista, e eu devolvo a pergunta: 'O que é ser feminista?'. Se ser feminista é defender, como vossa excelência o faz neste momento, a igualdade da mulher, a abertura de um maior espaço para que ela possa colaborar, então eu sou feminista, então somos feministas. Agora, se ser feminista é abrigar a disputa com o homem, é entrar no slogan 'abaixo o homem', então não sou feminista e por certo vossa excelência também não o é.

Laélia respondeu:

"Suas brilhantes palavras traduzem fielmente o meu pensamento. Eu me sinto feminista nesta luta pela igualdade".

O senador Aderbal Jurema (PDS-PE) aprovou o comportamento das colegas:

"As senadoras assinalaram com a lucidez e a inteligência de que são dotadas a passagem do Dia Internacional da Mulher, sem os exageros feministas, equilibradas e sãs, companheiras de trabalho nesta Casa, companheiras de ideais aqui e alhures".

Laélia prosseguiu com seu discurso:

"A valorização da mulher não pode ser confundida com a simples aspiração de grupos feministas, se bem que, a partir das questões sentidas particularmente pelas mulheres, muitas delas cheguem a desenvolver sua participação contra as discriminações de maneira até excessivamente ativa. Mas inegável tem sido a contribuição que vêm prestando em todo o mundo na renovação do processo social e político".

Apesar da argumentação, Laélia não conseguiu convencer os senadores a aprovar nenhum de seus projetos em benefício das mulheres.

Integrante do PMDB, o principal partido de oposição ao governo militar, Laélia de Alcântara foi ativa no Senado na defesa da redemocratização. Na visão dela, o governo do general João Figueiredo parecia pouco empenhado em acabar com a ditadura e devolver o poder aos civis.

Relatórios secretos da Polícia Federal, que mantinham a ditadura informada a respeito de seus adversários, mostram que Laélia participou em maio de 1981, ao lado de líderes do PMDB, como Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela, de um debate público em Belo Horizonte a favor da redemocratização e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

No Senado, ela criticou os colegas governistas pela tentativa de barrar um projeto de lei do PMDB que liberava as coligações partidárias:

"Não vejo razão para que os senhores senadores da situação tenham tanto medo de votar num projeto que fala por si só numa democracia, mas numa democracia verdadeira, em que o povo terá sua vez de falar, e não numa democracia forjada. Esse projeto não vai diminuir em nada os desejos do governo, se este realmente tem o desejo de abertura total, e não dessa abertura que até agora só vejo como uma fresta em uma porta. Abertura total seria partir realmente para uma verdadeira democracia".

Os documentos do Arquivo do Senado também guardam discursos em que Laélia de Alcântara pediu ao governo que combatesse a fome, coibisse o trabalho infantil, concedesse direitos às pessoas com deficiência, preservasse o meio ambiente, demarcasse terras indígenas e oferecesse serviços gratuitos de saúde a toda a população (o Sistema Único de Saúde ainda não existia).

A senadora se candidatou à reeleição, mas não conseguiu renovar o mandato. Em 1987, assumiu, no Acre, a Secretaria de Estado de Saúde.

RELATÓRIOS SECRETOS DA PF, QUE MANTINHAM A DITADURA INFORMADA A RESPEITO DE SEUS ADVERSÁRIOS, MOSTRAM QUE LAÉLIA PARTICIPOU, AO LADO DE LÍDERES DO PMDB, COMO ULYSSES GUIMARÃES E TEOTÔNIO VILELA, DE UM DEBATE PÚBLICO EM BH A FAVOR DA REDEMOCRATIZAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO DE UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

A historiadora Iracélli da Cruz Alves não se surpreende diante do fato de que a história da primeira senadora negra do Brasil é praticamente desconhecida inclusive entre pessoas que estudam a questão racial:

"Quase não existem pesquisas acadêmicas a respeito dela. Esse silêncio é um sintoma eloquente do racismo estrutural. O protagonismo dos negros na nossa história é apagado, como se eles não tivessem sido nem pudessem ser agentes históricos. A própria Laélia fez essa constatação em um discurso sobre a escravidão. A trajetória da senadora mostra que os negros conseguem, sim, ocupar os diferentes espaços da cena nacional e influenciar o curso da história. Mesmo que não seja pela porta da frente, eles entram e ocupam os espaços, como fez Laélia, que chegou ao Senado como suplente".

A historiadora avalia que o vazio de pesquisas sobre personagens negros na história do Brasil vem diminuindo nos últimos tempos e acredita que novos estudos virão nos próximos anos, principalmente graças à Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012), que ampliou a presença de estudantes negros nas universidades federais.

Apesar de a senadora não ter conseguido aprovar nenhum de seus projetos de lei, Cruz Alves avalia que a passagem dela pelo Senado produziu resultados positivos para a população negra em termos práticos e simbólicos:

"A simples presença do corpo de uma mulher negra naquele espaço de poder construído por homens brancos e para homens brancos teve uma importância imensa. Primeiro, por provocar debates parlamentares sobre raça e racismo. Sendo Laélia negra, senadores a interrogaram sobre esse tema e ela se posicionou. Se fosse branca, o tema não apareceria. Depois, por causa da representatividade. Esses homens brancos viram que aquele espaço não era só seu. As mulheres negras e os homens negros viram que também poderiam estar lá. É claro que, sozinhos, o debate e a representatividade não derrubam estruturas nem acabam com o racismo, mas são elementos importantes para a mudança".

Terminado o mandato de Laélia de Alcântara, em 1983, as mulheres negras precisaram esperar mais de uma década para se verem novamente representadas no Senado. Em 1995, tomaram posse as senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Marina Silva (PT-AC). Elas chegaram ao Senado como titulares, e não como suplentes.

Quanto aos homens negros no Senado, é difícil apontar o precursor. Apesar de desde os tempos do Império haver senadores negros, eles não se identificavam publicamente como tais. O primeiro a fazê-lo foi Abdias Nascimento (PDT-RJ), líder histórico do movimento negro. Eleito suplente, ele assumiu o assento no Senado nos anos 1990 em dois momentos (1991-1992 e 1997-1999). Abdias fez uma pesquisa histórica e concluiu que, antes dele, o Brasil teve 22 senadores negros. Na legislatura atual, o Senado não tem representantes negros exercendo mandato. E.L

REPRODUÇÃO



Senadora era atuante nas causas das pessoas negras e das mulheres, mas nenhum de seus projetos foram aprovados

The WINNERS



CONFIRA AS EDIÇÕES DA THE WINNERS
nas principais bancas digitais

pressreader · Bancah! · Revistarias · Banca Digital · ubook · Google Play

Eventos na Nova República são marcados **por Sarney e Collor**



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Entre os fatos que mais marcam a história do Senado é que com a morte de Tancredo Neves, em 1985, seu vice, o até então senador José Sarney, tornou-se o presidente da República. Durante seu mandato, oriunda de mensagem do Poder Executivo, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, que criou a Assembleia Constituinte. Esta trabalhou arduamente para resgatar a cidadania brasileira, tendo como resultado a vigente Constituição de 1988, que assinalou o marco jurídico do novo tempo de liberdade e democracia no país e foi apelidada de "Constituição Cidadã". E o Senado, mais uma vez, ocupou grande papel no debate político nacional.

Em 1992, o Senado, após investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), afastou o então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Em decorrência deste afastamento, assumiu a Presidência da República, o seu vice, Itamar Franco, figura política que havia se destacado no cenário nacional como senador.

O ano de 1993 foi marcado por muitas agitações no Congresso. Foi instalada a CPI do Orçamento, que investigou os parlamentares responsáveis pela elaboração do Orçamento da União, onde se desvendou um esquema de desvio de dinheiro público. Dezoito deputados integrantes da comissão foram citados no relatório final da CPI. Seis acabaram cassados, oito absolvidos e quatro renunciaram ao mandato, entre eles o deputado João Alves, apontado como mentor das fraudes.

LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO



Outro destaque em 1993 foi a instalação e início dos trabalhos de revisão da Constituição Federal, que continuou no ano de 1994. Em 1995, outro político, oriundo dos quadros do Senado, Fernando Henrique Cardoso, tornou-se presidente da República, sendo reeleito em 1999.

Nesse período, foram aprovadas importantes leis no Parlamento: em 1995, a lei de cotas para representação política feminina; em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e, em 1997, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para impor limites a gastos governamentais. E&L

"EM 1992, O SENADO, APÓS INVESTIGAÇÃO POR UMA CPI, AFASTOU O ENTÃO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO COLLOR DE MELLO. EM DECORRÊNCIA DESSE AFASTAMENTO, ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, O SEU VICE, ITAMAR FRANCO, FIGURA POLÍTICA QUE HAVIA SE DESTACADO NO CENÁRIO NACIONAL COMO SENADOR"


DIVULGAÇÃO

O fortalecimento da democracia e da economia passam pelo Senado Federal

ACIR GURGACZ

Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros (ANATRIP)

Nos últimos tempos, o Brasil tem enfrentado desafios significativos no que diz respeito à sua democracia e ao seu desenvolvimento social e econômico. Nos últimos 10 anos, em particular, o país lidou com uma combinação de fatores econômicos e políticos que culminaram em uma forte crise institucional, contribuindo para o agravamento da crise econômica e a polarização política.

Nesse contexto desafiador, agravado pela pandemia da covid-19, é essencial destacar que o Senado Federal, como Casa Alta do Parlamento, tem se posicionado de maneira firme e inequívoca contra as ameaças à democracia brasileira, ao mesmo tempo em que trabalha para desenvolver alternativas que protejam e fortaleçam a economia nacional.

A verdade é que, ao longo de seus 200 anos de existência, o Senado Federal tem sido uma instituição-chave na defesa dos direitos individuais, na promoção da igualdade e da justiça social, e na fiscalização dos poderes públicos para garantir transparência e responsabilidade. Essas conquistas históricas moldaram a democracia brasileira e devem ser protegidas e fortalecidas continuamente.

Um exemplo notável dessa atuação é a elaboração de legislações e a promoção de políticas públicas que tem contribuído para o desenvolvimento do setor de transporte rodoviário de passageiros, assegurando aos brasileiros o direito fundamental de ir e vir, e ao transporte como um direito social.

> **“A ANATRIP RECONHECE O PAPEL FUNDAMENTAL DO SENADO FEDERAL NA REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR QUE ASSEGURA AOS BRASILEIROS O DIREITO DE IR E VIR”**

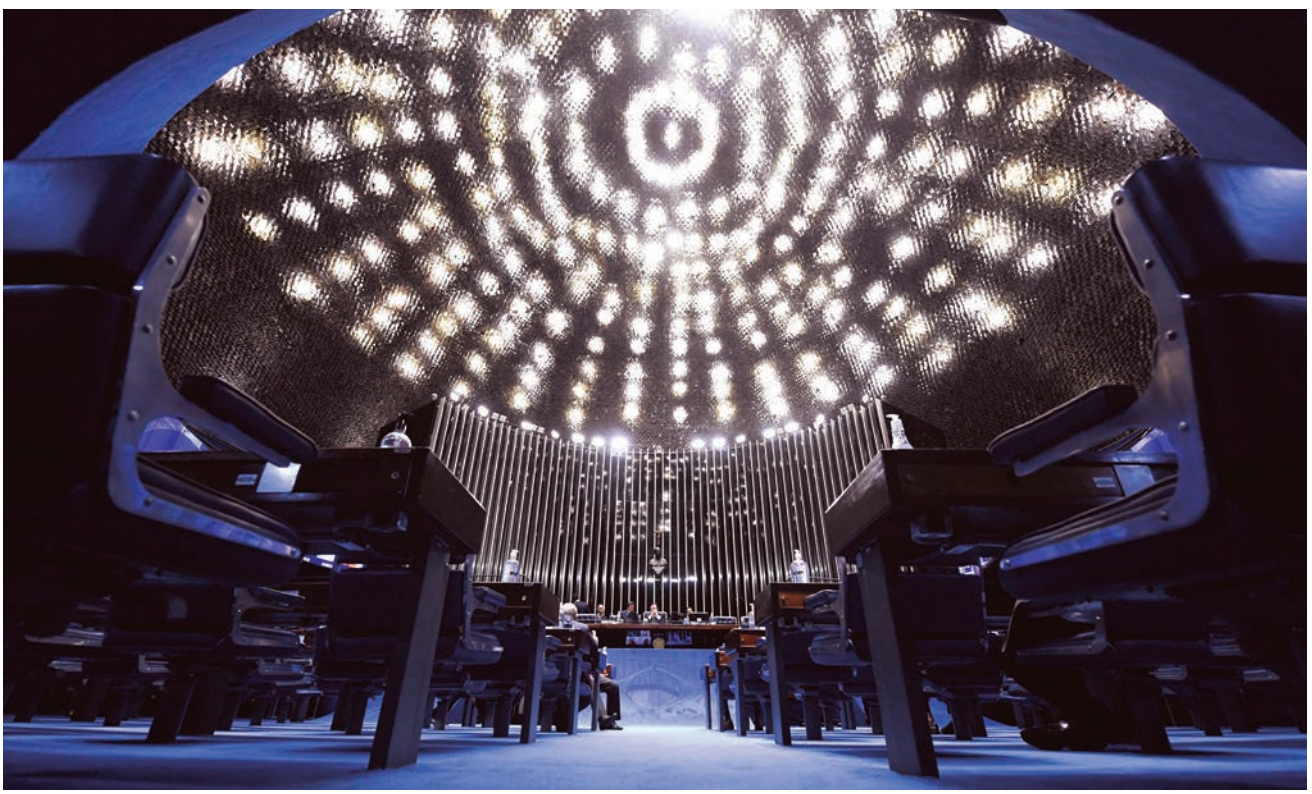
Nessa mesma via, a ANATRIP tem atuado junto ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às agências reguladoras do Poder Executivo com foco na construção de um novo cenário para o transporte rodoviário de passageiros, trazendo novas tecnologias, novas normas, e promovendo a modernização do setor, com inclusão, acessibilidade, qualidade e segurança.

Promovemos importantes debates sobre temas que impactam diretamente para o desenvolvimento do setor e do país, como na elaboração e implementação do novo marco regulatório do TRIP, na desoneração dos tributos e encargos sociais, na reforma tributária e na luta por mais investimentos na infraestrutura viária do país.

Embora a Emenda Constitucional nº 132/2023 represente um marco na reforma tributária, ainda há desafios a serem enfrentados na regulamentação, incluindo a definição de regimes tributários diferenciados e a transição para a Contribuição de Bens e Serviços (CBS) e o Imposto de Bens e Serviços (IBS). A ANATRIP defende uma regulamentação justa que não aumente a carga tributária, proporcionando segurança jurídica e estímulos ao setor de transporte rodoviário de passageiros.

Além disso, é essencial abordar questões como o impacto dos preços dos insumos, especialmente dos combustíveis, na composição dos serviços de transporte, nas tarifas e na competitividade das empresas. Estratégias como políticas de incentivo à produção nacional, investimentos em energias alternativas e ações para mitigar variações cambiais são cruciais para um ambiente econômico mais estável, previsível e justo.

A ANATRIP reconhece o papel fundamental do Senado Federal na regulamentação do transporte de passageiros e sua contribuição para o desenvolvimento do setor que assegura aos brasileiros o direito de ir e vir. Lutamos pela constante modernização do transporte rodoviário de passageiros, com equilíbrio econômico e concorrencial, e contamos com o Senado Federal e com todos os Poderes da República para assegurar o transporte como um direito social de todos os brasileiros. E&L



JEFFERSON RUDY | AGÊNCIA SENADO



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Galeria dos **presidentes**

Presidentes do Senado, do período do Império até os dias de hoje

FOTOS DIVULGAÇÃO



José Egídio Álvares de Almeida
1826 - 1827



D. José Caetano da Silva Coutinho
1827 - 1832



Bento Barroso Pereira
1832 - 1836



Antônio Luiz Pereira da Cunha
1837 - 1837



Manuel Jacinto Nogueira da Gama
1838 - 1838



Diogo Antônio Feijó
1839 - 1840



Francisco Vilela Barbosa
1840 - 1841



Estevão Ribeiro de Rezende
1841 - 1841



José da Costa Carvalho
1842 - 1843



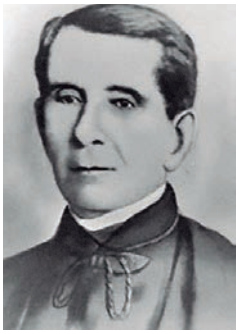
João Vieira de Carvalho
1844 - 1847



Luiz José de Oliveira Mendes
1847 - 1850



Cândido José de Araújo Viana
1851 - 1853



Manoel Inácio Cavalcanti de Lacerda
1854 - 1861



Antônio Paulino Limpo de Abreu
1861 - 1873



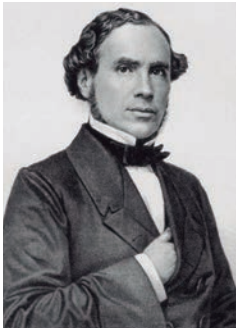
José Ildefonso de Souza Ramos
1874 - 1881



João Maurício Wanderley
1881 - 1885



Braz Carneiro Nogueira da Costa Gama
1885 - 1887



João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu
1887 - 1888



Antônio Cândido da Cruz Machado
1888 - 1888



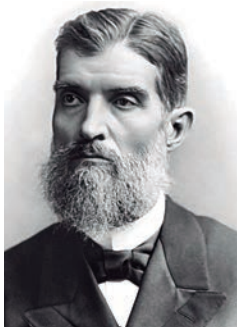
Paulino José Soares de Souza
1889 - 1889

SENADO 200 ANOS

Presidentes do Senado na República Velha (1822-1889)



Floriano Vieira Peixoto
1891 - 1891



Prudente José de Moraes Barros
1891 - 1894



Manoel Vitorino Pereira Marquês de Santo Amaro
1895 - 1898

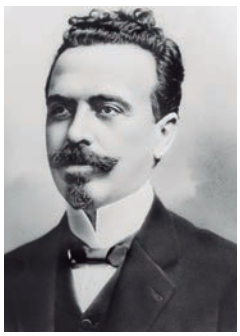


Francisco de Assis Rosa e Silva
1898 - 1902





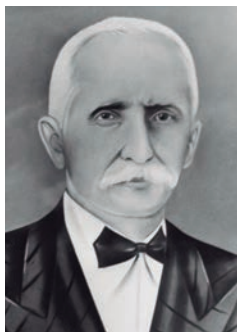
Afonso Augusto Moreira Pena
1902 - 1906



Nilo Procópio Peçanha
1906 - 1909



Venceslau Brás Pereira Gomes
1910 - 1914



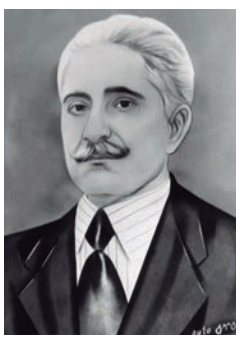
Urbano Santos da Costa Araújo
1914 - 1918



Delfim Moreira da Costa Ribeiro
1918 - 1920



Francisco Álvaro Bueno de Paiva
1920 - 1922



Estácio de Albuquerque Coimbra
1922 - 1926



Fernando de Mello Viana
1926 - 1930

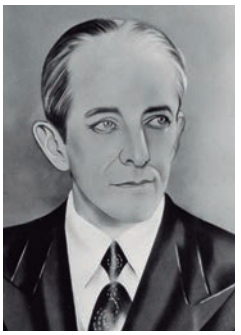


MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Presidentes do Senado no período Pós-1930



Antônio Garcia de Medeiros Neto
1935 - 1937



Waldomiro de Barros Magalhães
1936 - 1936



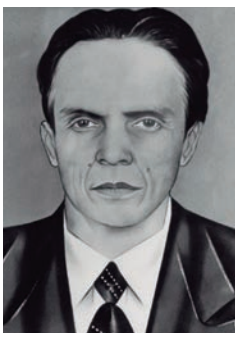
Nereu de Oliveira Ramos
1946 - 1951



João Fernandes Campos Café Filho
1951 - 1954



Alexandre Marcondes Machado Filho
1951 - 1954



Apolônio Jorge de Faria Salles
1956 - 1958



João Belchior Marques Goulart
1956 - 1961

SENADO 200 ANOS

Presidentes do Senado no período Pós-1964



Auro Soares de Moura Andrade
1961 - 1968



Gilberto Marinho
1968 - 1970



João Cleofas de Oliveira
1970 - 1971



Petrônio Portella Nunes
1971 - 1973



Filinto Muller
1973 - 1973



Paulo Francisco Torres
1973 - 1975



José de Magalhães Pinto
1975 - 1977



Petrônio Portella Nunes
1977 - 1979



Luiz Viana Filho
1979 - 1981



Jarbas Gonçalves Passarinho
1981 - 1983

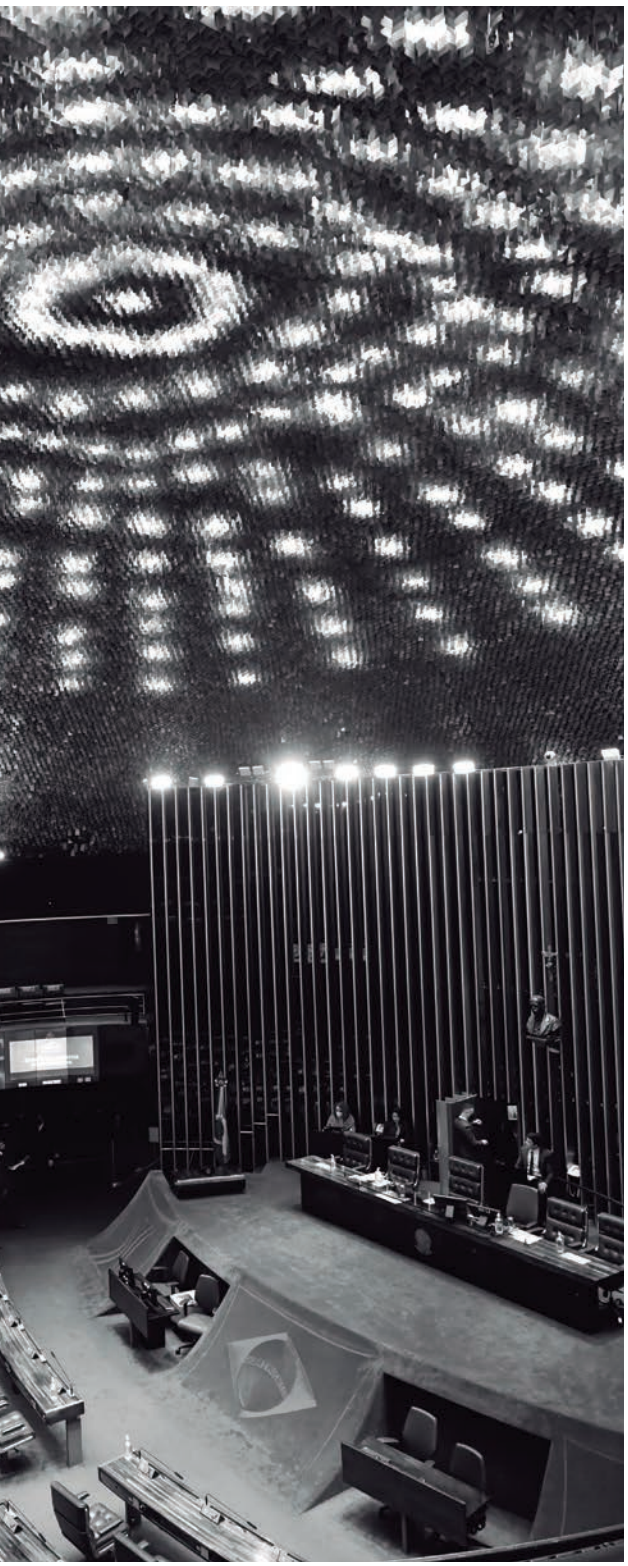


Nilo de Souza Coelho
1983 - 1983



Moacyr Dalla
1983 - 1985





WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Presidentes do Senado Federal durante a Nova República (a partir de 1985)



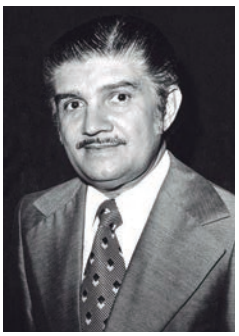
José Fragelli
1985 - 1987



Humberto Lucena
1987 - 1989



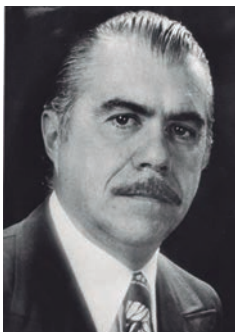
Nelson Carneiro
1989 - 1991



Mauro Benevides
1991 - 1993



Humberto Lucena
1993 - 1995



José Sarney
1995 - 1997



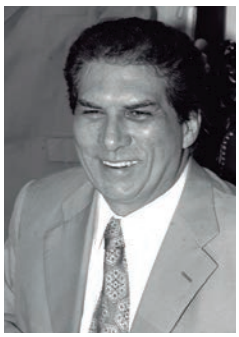
Antonio Carlos Magalhães
1997 - 1999



Antonio Carlos Magalhães
1999 - 2001

SENADO 200 ANOS

Presidentes do Senado no período Pós-1964



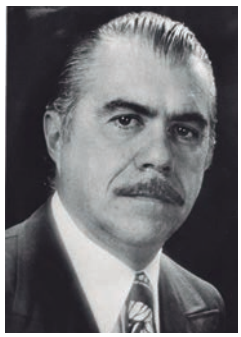
Jader Barbalho
2001 - 2001



Edison Lobão
2001 - 2001



Ramez Tebet
2001 - 2003



José Sarney
2003 - 2005



Renan Calheiros
2005 - 2007



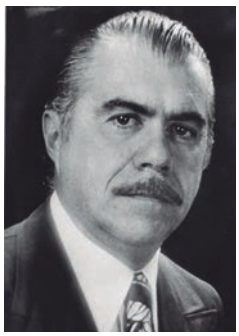
Renan Calheiros
2007 - 2007



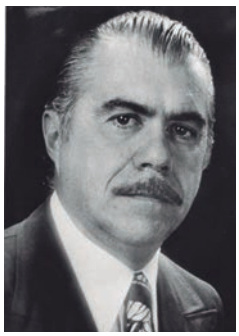
Tião Vianna
2007 - 2007



Garibaldi Alves
2007 - 2009



José Sarney
2009 - 2011



José Sarney
2011 - 2013



Renan Calheiros
2013 - 2015



Renan Calheiros
2015 - 2017



Eunício Oliveira
2017 - 2019



Davi Alcolumbre
2019 - 2021



Rodrigo Pacheco
2021 - em exercício

vidi
economia sustentável



CONFIRA AS EDIÇÕES DA VIDI
nas principais bancas digitais

pressreader · Bancah! · Revistarias · Banca Digital · ubook · Google Play



ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Galeria das **Senadoras**

Conheça todas as mulheres já eleitas para o Senado ao longo da história, desde a primeira eleita, em 1979

FOTOS DIVULGAÇÃO



Eunice Michilles
1979 - 1987
AM



Laélia de Alcântara
1981 - 1983
AC



Maria Syrlei
1981 - 1981
SC



Dulce Braga
1982 - 1982
SP



Íris Célia
1983 - 1984
AC



Alacoque Bezerra
1989 - 1990
CE



Junia Marise
1991 - 1999
MG



Sandra Guidi
1991 - 1998
SC



Eva Blay
1992 - 1995
SP



Benedita da Silva
1995 - 1998
RJ



Emília Fernandes
1995 - 2003
RS



Luzia Toledo
1995 - 1998
ES



Maria Benigna Jucá
1995 - 2003
AP



Marluce Pinto
1995 - 2003
RR



Regina Assumpção
1995 - 2003
MG



Valdiolanda Teófilo
1995 - 2003
SE



Heloísa Helena
1999 - 2007
AL



Íris de Araújo
1999 - 2007
GO



Thelma Siqueira Campos
1999 - 2007
TO



Ana Júlia Carepa
2003 - 2011
PA



Danimar Cristina
2003 - 2011
PR



Fátima Cleide
2003 - 2011
RO



Ideli Salvatti
2003 - 2011
SC



Marina Silva
2003 - 2011
AC



Patrícia Saboya
2003 - 2011
CE

SENADO 200 ANOS



Roseana Sarney
2003 - 2011
MA



Selma Elias
2003 - 2011
SC



Serys Slhessarenko
2003 - 2011
MT



Ada Mello
2007 - 2015
AL



Ana Rita
2007 - 2015
ES



Ivonete Dantas
2007 - 2015
RN



Marisa Serrano
2007 - 2015
MS



Níura Demarchi
2007 - 2015
SC



Rosalba Ciarlini
2007 - 2015
RN



Ana Amélia
2011 - 2019
RS



Ângela Portela
2011 - 2019
RR



Gleisi Hoffmann
2011 - 2019
PR



Ione Guimarães
2011 - 2019
GO



Lídice da Mata
2011 - 2019
BA



Lúcia Vânia
2011 - 2019
GO



Marinor Brito
2011 - 2011
PA



Marta Suplicy
2011 - 2019
SP



Regina Sousa
2011 - 2019
PI



Sandra Braga
2011 - 2019
AM



Vanessa Grazziotin
2011 - 2019
AM



Fátima Bezerra
2015 - 2023
RN



Kátia Abreu
2015 - 2023
TO



Mailza Gomes
2015 - 2023
AC



Maria do Carmo Alves
2015 - 2023
SE



Nilda Gondim
2015 - 2023
PB



Renilde Bulhões
2015 - 2023
AL



Rose de Freitas
2015 - 2023
ES



Simone Tebet
2015 - 2023
MS



Daniella Ribeiro
2019 - 2027
PB



Dra. Eudócia
2019 - 2027
AL

SENADO 200 ANOS



Eliane Nogueira
2019 - 2027
PI



Eliziane Gama
2019 - 2027
MA



Ivete da Silveira
2019 - 2027
SC



Juíza Selma
2019 - 2020
MT



Leila Barros
2019 - 2027
DF



Mara Gabrilli
2019 - 2027
SP



Maria das Vitórias
2019 - 2027
AC



Maria Eliza
2019 - 2027
RO

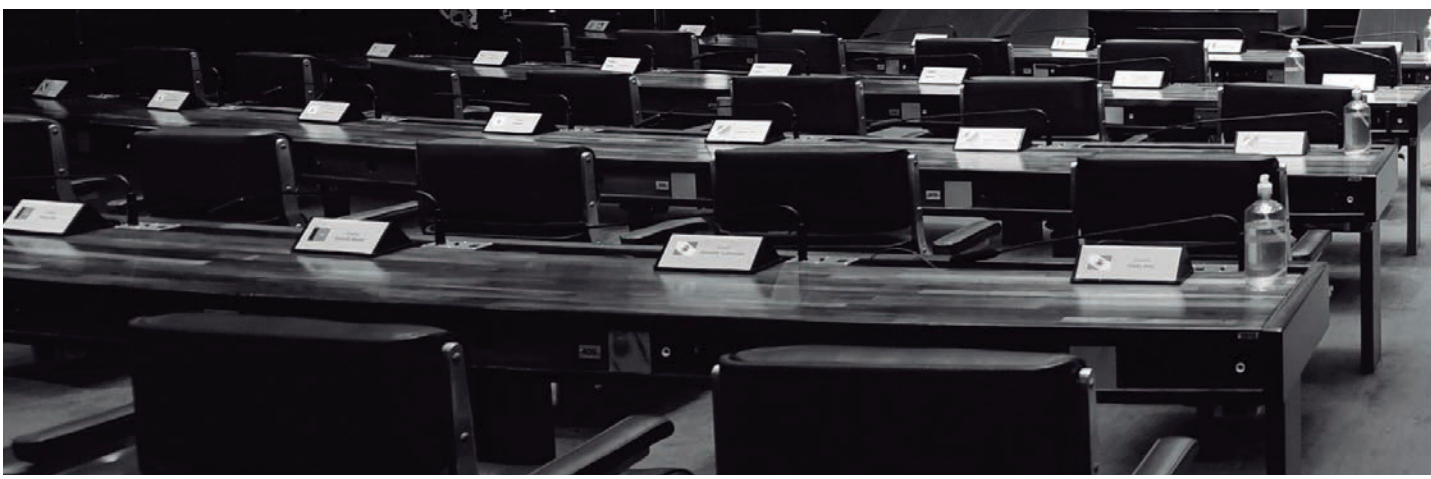


Nailde Panta
2019 - 2027
PB



Soraya Thronicke
2019 - 2027
MS

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO





Zenaide Maia
2019 - 2027
RN



Margareth Buzetti
2020 - 2027
MT



Ana Paula Lobato
2023 - 2031
MA



Augusta Brito
2023 - 2031
CE



Damares Alves
2023 - 2031
DF



Janaína Farias
2023 - 2031
CE



Jussara Lima
2023 - 2031
PI



Professora Dorinha Seabra
2023 - 2031
TO



Teresa Leitão
2023 - 2031
PE



Tereza Cristina
2023 - 2031
MS



RODRIGUES & ROMÊO ADVOGADOS

ICMS em alta em 11 unidades da Federação

Medida ambiciona **tributos maiores** após transição da reforma tributária

Com duas ou mais partes, sempre haverá controvérsias. A judicialização tributária no Brasil é mais uma consequência de uma legislação, sem dúvidas, complexa e muitas vezes aberta a interpretações. Como resultado, cada nova decisão traz novos impactos no sistema tributário do país, prestes a passar por uma série de reformas estruturantes.

Entender as razões por trás dessas disputas é fundamental para buscar formas eficientes de reduzir a sobrecarga dos tribunais e encontrar resoluções mais eficientes.

O que contribui para a judicialização tributária

Acima de tudo, o Brasil possui uma notória complexidade normativa. Como resultado, os contribuintes nem sempre a compreendem, o que abre espaço para interpretações diversas e, eventualmente, a litígios.

Outro ponto importante é a falta de estabilidade e previsibilidade nas normais tributárias. Essa insegurança jurídica incentiva a busca pelo Judiciário para esclarecer dúvidas e garantir a proteção de direitos.

Além disso, há também a simples divergência na interpretação da lei. Com cada instância administrativa dando um entendimento sobre cada norma tributária, os casos acabam não só sendo judicializados, mas levados às últimas instâncias, pois a chance de mudança no veredito a cada recurso é real.

Isso traz três consequências principais. Em primeiro lugar, a morosidade processual, resultado de tribunais com sobrecarga de casos complexos. Resolver todos os litígios leva tempo, o que prejudica a efetividade do sistema.

Em segundo lugar, a judicialização tributária custa, para empresas e para o Estado. O primeiro grupo enfrenta desafios financeiros e operacionais, enquanto o segundo arca com despesas processuais e perda de eficiência na arrecadação.

Por fim, perde também o contribuinte, que se vê num ambiente de insegurança e incerteza, causando impactos negativos ao ambiente de negócios e à tomada de decisões corporativas.

Perspectivas e possibilidades

A reforma tributária tem o potencial de simplificar o sistema e evitar a judicialização tributária em excesso no Brasil. Porém, é preciso estar atento às leis complementares que irão colocar números ao texto sancionado. Ainda não sabemos, por exemplo, as alíquotas de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), impostos que substituirão PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Outro ponto é o período potencialmente ainda mais inseguro de transição de modelos, que começa em 2026 e vai até 2033. Questões como créditos tributários atuais precisam ser pacificadas para garantir a segurança jurídica e a efetivação de direitos do contribuinte.

Oferecemos suporte jurídico customizado integral para empresas. Nossos especialistas em Direito Tributário, além de conhecedores da atual legislação e suas jurisprudências, já estão de olho em todas as oportunidades que a reforma trará.

Conheça nosso escritório boutique e potencialize suas oportunidades com a gente.

- **Olimpio Rodrigues**
- **Guilherme Romêo**

Aponte seu celular para cá e **saiba mais!**



Conheça nossas soluções:

rnradvogados rnr-advogados RnR Advogados



Ataques de 8 de janeiro mostraram que **democracia brasileira é firme**

Atos golpistas que aconteceram em 2023 foram lembrados em ato com representantes dos Três Poderes, em defesa da democracia



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

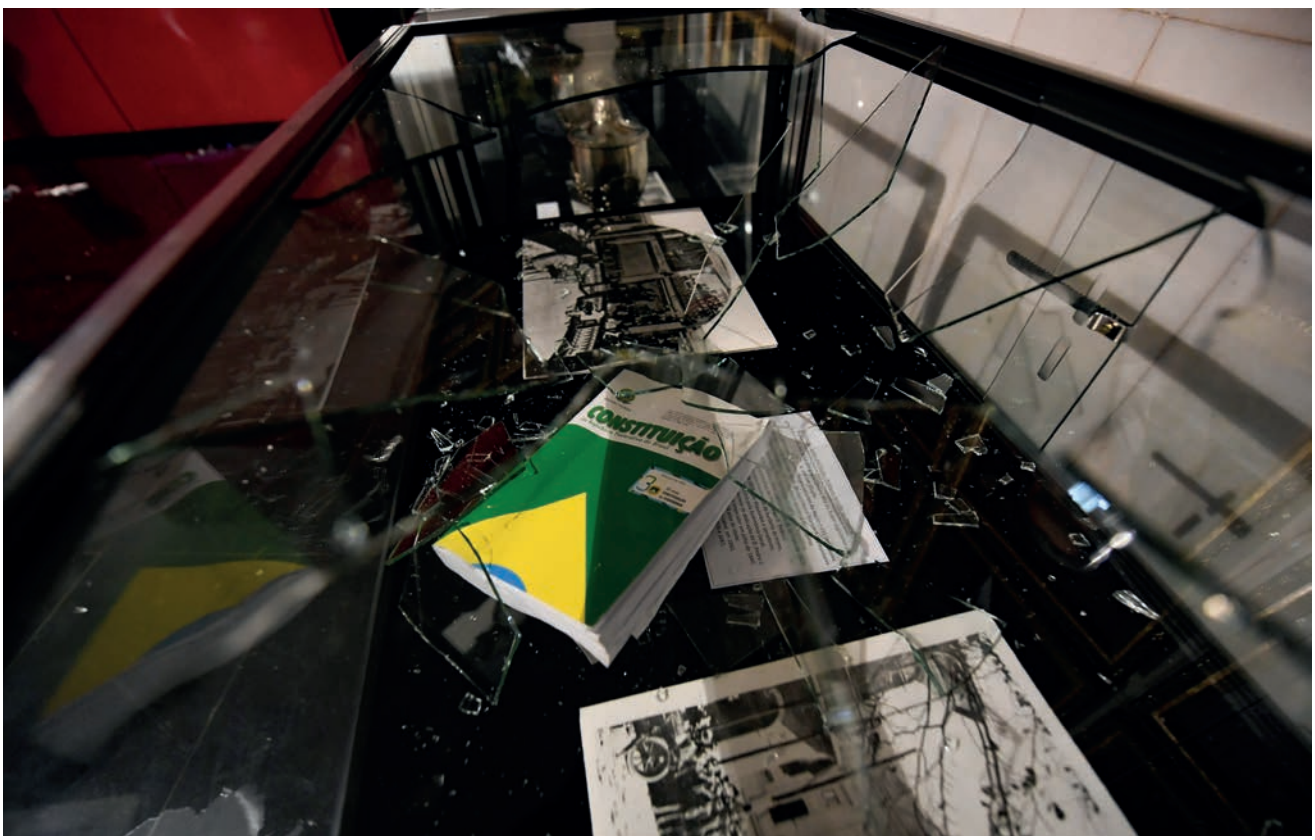
Em janeiro de 2023, o Brasil e o mundo acompanharam o rastro de destruição deixado pelos ataques às sedes dos Três Poderes, em Brasília. No ano que passou, a recuperação e as consequências dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro fizeram parte da agenda do Legislativo e motivaram a apresentação de projetos, a criação de uma comissão permanente e também de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI).

Um ano após os ataques, para marcar sua posição em defesa do Estado democrático, representantes dos Três Poderes participaram de um ato em defesa da democracia. A intenção foi relembrar o ocorrido para evitar novos episódios semelhantes e mostrar a resposta da democracia.

Naquele 8 de janeiro de 2023, manifestantes invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) para defender um golpe de Estado e protestar contra a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia tomado posse uma semana antes. Os danos resultantes da invasão incluíram vidros quebrados, obras de arte estragadas, móveis danificados e até incêndios. É um episódio para não ser esquecido, mas o fato mostrou também a firmeza da democracia brasileira.

No mesmo dia, senadores, que estavam no recesso parlamentar, se manifestaram para repudiar os atos de violência e de vandalismo, entendidos como ataques à democracia do Brasil. Líderes partidários pediram a volta dos trabalhos legislativos como um gesto para a população no sentido de que as instituições permaneciam funcionando e de que os Três Poderes estavam unidos para defender o regime democrático. “Foi um susto para o mundo inteiro. Foi pior do que o Capitólio [sede do Legislativo], nos Estados Unidos, pois o ataque aqui foi contra os Três Poderes”, relembrou o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), em entrevista à Agência Senado.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Exemplar da Constituição Federal em meio a estragos feitos por vândalos em 8 de janeiro

Recuperação

Nos dias seguintes aos atos, servidores de diferentes setores do Senado começaram o trabalho de levantar os danos e recuperar o que foi danificado. Relatório da Secretaria de Infraestrutura da Casa aponta que o custo de recuperação das instalações foi de R$ 829.412,28. Esse valor inclui material e mão de obra em serviços como retirada de entulhos e reposição de vidros e de outras estruturas danificadas. Entre os principais estragos deixados pelos manifestantes está o carpete azul, que é a marca do Senado e que teve que ser totalmente substituído.

Mas o custo de recuperação não foi apenas esse porque, além da infraestrutura, os vândalos danificaram também obras de arte e relíquias como tapetes e móveis de valor histórico, como o painel vermelho de Athos Bulcão, no Salão Nobre, cuja restauração será finalizada neste ano, e a tapeçaria de Burle Marx, que foi arrancada do Salão Negro. O valor referente às horas trabalhadas pelos profissionais de conservação e restauração e aos custos de insumos e equipamentos para a recuperação soma R$ 483.082,98.

A corrida contra o tempo no trabalho de recuperar a infraestrutura tinha como uma das razões a posse dos novos senadores, em 1º de fevereiro, e a abertura do Ano Legislativo, no dia 2. Na cerimônia, que todos os anos marca a abertura dos trabalhos do Congresso, o tom foi em defesa do Estado democrático por parte dos Poderes. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, também reafirmou o compromisso do Legislativo com a democracia.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Câmara dos Deputados também foi alvo dos ataques

NOS DIAS SEGUINTES AOS ATOS, SERVIDORES DE DIFERENTES SETORES DO SENADO COMEÇARAM O TRABALHO DE LEVANTAR OS DANOS E RECUPERAR O QUE FOI DANIFICADO. RELATÓRIO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA CASA APONTA QUE O CUSTO DE RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FOI DE R$ 829.412,28

Além de todo o trabalho e dos gastos com a recuperação da infraestrutura e das obras de arte danificadas, o Senado se preocupou também com medidas de reforço da segurança para a proteção de servidores, visitantes e frequentadores. As ações incluem a obrigatoriedade de passagem pelos equipamentos de raio-X e detectores de metais, a identificação de todos os participantes do tour de visitação, inclusive aos finais de semana, e a convocação de novos policiais legislativos aprovados em concurso público.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Cadeiras, porta detectora de metais e máquina de raio-X também sofreram danos causados pelo vandalismo no Senado

Investigação

No âmbito do Congresso, uma comissão parlamentar mista de inquérito, instalada em maio, trabalhou durante cinco meses para investigar os fatos que culminaram na invasão das sedes do Legislativo, Executivo e Judiciário. Durante esse tempo, a CPMI do 8 de Janeiro fez 22 reuniões, 19 delas dedicadas a ouvir testemunhas. No período, foram apresentados 2.098 requerimentos. A comissão ouviu 21 depoentes, recebeu e analisou milhares de arquivos de texto, áudio e vídeo.

O relatório final, da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), foi aprovado em 18 de outubro. No texto, de 1.333 páginas, a senadora diz que os ataques antidemocráticos foram iniciados muito antes da data de concretização. Ela também explicou o funcionamento do "gabinete do ódio" e a instrumentalização das forças de segurança, e dedicou vários capítulos aos ataques contra o sistema eleitoral. Na visão da relatora, o 8 de Janeiro "ainda não acabou". Embora as instituições democráticas brasileiras tenham sobrevivido às tentativas de ruptura da ordem constitucional que se desenvolveram antes, ao longo e após o processo eleitoral de 2022, as ameaças ainda pairam no ar. As milícias digitais continuam ativas e operantes: fazem da retórica do ódio o seu meio, e das fake news o seu objeto. Continuam os linchamentos virtuais, a criminalização da política, a multiplicação de falsos especialistas, a circulação irrestrita de mentiras e teorias conspiratórias, a dissonância cognitiva", alertou a senadora ao apresentar o texto.

O relatório incluiu 61 pedidos de indiciamento, entre eles,

o do ex-presidente Jair Bolsonaro. Também foi pedido o indiciamento de integrantes militares do governo Bolsonaro próximos ao ex-presidente, como o ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, general Walter Braga Netto; o ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno; o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, general Luiz Eduardo Ramos, e o ex-ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid.

Em entrevista à Agência Senado, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse acreditar que a responsabilidade sobre os atos não é do ex-presidente, mas de pessoas pagas para cometê-los, que precisam ser punidas pelos seus atos. "Aquilo foi um bando de marginais, de vândalos, todos eles bem pagos por financiadores, que aí caberia à CPMI condená-los e mostrar à justiça que eles foram os únicos responsáveis", disse o senador.

Ao falar sobre o ato em defesa da democracia, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) disse que os atos antidemocráticos cometidos em 8 de janeiro de 2023 não foram isolados. O senador classificou os ataques como uma tentativa de golpe e disse que a democracia venceu. "Foi um ato que representou um golpe, uma tentativa de golpe que se frustrou e que as pessoas, em sinal de desespero por não terem conseguido tomar o poder a qualquer custo, depredaram as instituições que eles imaginavam estar comandando, dominando com mão de ferro, mas venceu a democracia, venceu a unidade da sociedade em defesa da democracia", avaliou.

> **"AQUILO FOI UM BANDO DE MARGINAIS, DE VÂNDALOS, TODOS ELES BEM PAGOS POR FINANCIADORES, QUE AÍ CABERIA À CPMI CONDENÁ-LOS E MOSTRAR À JUSTIÇA QUE ELES FORAM OS ÚNICOS RESPONSÁVEIS"**

Condenações

No âmbito da Justiça, os primeiros julgamentos relativos aos atos de 8 de janeiro ocorreram em setembro do ano passado. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ao primeiro condenado, Aécio Lúcio Costa Pereira, a pena de 17 anos de prisão pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça com substância inflamável contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Um balanço divulgado pelo STF no fim de dezembro aponta que, no dia 8, foram presas 243 pessoas dentro dos prédios públicos e na praça dos 3 Poderes. No dia seguinte, 1.927 pessoas foram conduzidas à Academia Nacional de Polícia. Dessas, 775 foram liberadas e 1.152 permaneceram presas. Entre 17 e 20/1, ocorreram audiências de custódia e 938 pessoas permaneceram presas.

Nos meses seguintes, vários dos presos receberam, em etapas, liberdade provisória, com a imposição de medidas cautelares, como o

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Espelho quebrado no Senado Federal

uso de tornozeleira eletrônica, por exemplo. No fim de dezembro, os números divulgados apontam que 66 pessoas permaneciam presas, oito delas já condenadas pelo STF, 33 haviam sido denunciadas como executoras dos crimes e 25 ainda são investigadas por financiar ou instigar os ataques.

Para senadores oposicionistas, as condenações são injustas. O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) diz considerar que houve excessos por parte do Supremo Tribunal Federal. "É um fato lamentável. Pessoas com bíblia na mão, como é que vão tomar o poder, se não tinham um canivete no bolso nem sequer um cortador de unha? Que poder você vai tomar? Essas pessoas, que nunca passaram na frente de uma delegacia, não tinham sequer um processo, foram presas e condenadas a até 18 anos de sentença", lamentou o senador.

> **"O SUPREMO EXAGEROU NAS CONDENAÇÕES, PORQUE TODO MUNDO TEM QUE PAGAR, MAS NÃO DE FORMA COLETIVA. MAS AINDA ACHO QUE VÃO REVERTER ISSO. NÓS ESTAMOS AGUARDANDO AS CONDENAÇÕES PARA FAZER O PROJETO DE ANISTIA E ANISTIAR TODO MUNDO"**

Na visão do senador Eduardo Girão (Novo-CE), os atos contra as sedes dos Três Poderes foram cometidos por uma minoria, que está sendo usada para punir todos os que se manifestaram. Ele criticou as penas impostas aos primeiros condenados, disse que há uma "caçada aos conservadores" e apontou a existência de presos políticos no Brasil. "É extremamente preocupante o que a gente está vendo, a caçada implacável a quem pensa diferente do sistema. Estão usando isso, estão usando infelizmente pessoas, uma minoria das pessoas que estavam aqui na Esplanada do 8 de Janeiro, uma minoria que quebrou vidraça, que adentrou. E estão ampliando isso para todos", afirmou.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que o movimento não teve características de golpe e que essa narrativa serve para desviar o foco de supostas irregularidades nas eleições. Ele defendeu a aprovação de proposições que buscam anistiar os envolvidos nos atos (PL



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Várias salas foram totalmente depredadas no Congresso Nacional

5054/2023 e PEC 70/2023). “O Supremo exagerou nas condenações, porque todo mundo tem que pagar, mas não de forma coletiva. Mas ainda acho que vão reverter isso. Nós estamos aguardando as condenações para fazer o projeto de anistia e anistiar todo mundo”, falou Izalci.

Lembrança

Ao falar sobre o ato em defesa da democracia, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou o 8 de Janeiro como “a data da infâmia” e disse que os eventos devem ser sempre lembrados para que não voltem a ocorrer. “Fica uma palavra para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. O 8 de Janeiro é a data da infâmia, é a data, a data em que houve uma tentativa de golpe, mas que também deve ser celebrada, que foi a data que as instituições da democracia debelaram a tentativa de golpe. Deve ser sempre lembrado para que nunca mais aconteça”, afirmou o senador.

Essa lembrança para evitar a repetição dos atos também motivou a apresentação de um projeto no Senado. O PL 79/2023, da senadora Eliziane Gama (PSD), propõe transformar o dia 8 de janeiro no Dia Nacional da Resistência Democrática, a ser comemorado anualmente. Para a senadora, as próximas gerações precisam ser lembradas da data em que “a democracia venceu a barbárie”. O projeto está sendo analisado pela Comissão de Educação (CE).

Também coube à senadora a missão de presidir a Comissão de Defesa da Democracia (CDD), criada em junho pelo Senado. Com 11 integrantes, o colegiado tem a missão de opinar sobre temas como defesa das instituições democráticas, liberdade de expressão e manifestação, liberdade de imprensa e defesa do livre exercício do direito de voto.

JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO



Artista plástico Vik Muniz utiliza partes quebradas do Congresso para compor obra em homenagem à democracia brasileira

Eventos e artes

Ao longo de 2023, outros eventos feitos pelo Senado procuraram manter viva a memória da invasão e conscientizar sobre a importância de cuidar da democracia. Esse foi o objetivo da exposição fotográfica Reflexões do Senado – 100 Dias da Invasão, aberta em abril. Com 50 registros fotográficos de 21 profissionais do Senado e da mídia externa, a exposição, sediada no Salão Negro, relembrou a importância de defender a o estado democrático. A mostra está disponível em formato digital, no Portal Senado Notícias.

Além disso, o Senado fechou uma parceria com o artista plástico Vik Muniz para a criação de uma obra de arte sobre os atos de 8 de janeiro. A obra usou parte dos destroços deixados pelos ataques para simbolizar a tentativa de subverter a democracia. O processo de produção da obra é também tema de um documentário produzido pela TV Senado e pela Agência Senado.

Todo o material jornalístico e histórico produzido pelos veículos do Senado sobre a invasão está disponível no Portal Senado Notícias, em um hotsite criado especificamente para reunir a memória de todo o material sobre os ataques. Para acessar os conteúdos é só entrar no https://www12.senado.leg.br/noticias/destaques/atos-de-8-de-janeiro/pagina/1. E&L



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Presente **e futuro**

Os debates no Parlamento antecipam as decisões que irão moldar o futuro do país. A atuação do Poder Legislativo, por meio da legislação e da supervisão das políticas governamentais, reflete as exigências do povo brasileiro.

Com participação popular, o Senado atua como um amplificador dessas demandas, fundamentando as leis que orientam a vida no Brasil.

Confira alguns temas prioritários na agenda do Senado para os próximos meses, e uma seleção das iniciativas que reforçam seu impacto na nossa sociedade.

Temas de legislações em trâmite no Senado

- **Desenvolvimento Socioeconômico**
- **Regulamentação da IA e das Plataformas de Redes Sociais**
- **Revisão do Sistema Eleitoral**
- **Segurança Pública**
- **Educação**
- **Saúde**

Perspectivas futuras

Jovem Senador

O Programa Jovem Senador permite que estudantes do ensino médio de escolas públicas vivenciem, no Congresso Nacional, a rotina do trabalho legislativo e atuem, durante uma semana, como jovens senadores e senadoras.

Por meio de um concurso nacional de redação, realizado anualmente, são selecionados os 27 melhores textos — um de cada estado e do DF — e os autores vencedores têm, então, a oportunidade de conhecer de perto a estrutura e o funcionamento do Parlamento brasileiro.

Na semana de vivência legislativa, em Brasília, os estudantes apresentam, discutem e votam propostas que, depois de aprovadas, são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, que avalia a possibilidade de transformá-las em projetos de lei.

Assim, no exercício do mandato como jovens senadores e senadoras, os estudantes têm a oportunidade de conhecer melhor como funciona o processo legislativo, e também de participar ativamente da vida política do nosso país.

DIVULGAÇÃO



PREMIUM FREEPIK



Responsabilidade Social

O compromisso do Senado Federal com a sustentabilidade e a eficiência na gestão de recursos foi evidente em 2023, resultando na conquista da nota máxima no Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública (Iasa) do Tribunal de Contas da União (TCU). Após atender integralmente aos requisitos avaliados, a instituição lançou uma nova versão do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), visando aprimorar suas práticas a partir de 2024. Apesar dos desafios impostos pela pandemia de covid-19, que afetaram significativamente o consumo de recursos e a gestão de resíduos entre 2020 e 2022, medidas como planos de gestão da produtividade permitiram manter alguns ganhos mensuráveis, embora os índices de consumo permaneçam abaixo dos níveis pré-pandêmicos.

Além disso, o Senado Federal incorporou critérios de sustentabilidade e eficiência em suas contratações, desde a compra de mobiliário até aquisições de eletrodomésticos, exigindo selos de eficiência energética e garantindo a origem sustentável de insumos. Medidas recentes incluem a eliminação da compra e distribuição de revistas e jornais impressos desde maio de 2022, reduzindo significativamente o consumo de papel, bem como a substituição de copos descartáveis por alternativas reutilizáveis e biodegradáveis, promovendo práticas mais sustentáveis no dia a dia da instituição. Para mais informações sobre essas ações e conquistas, confira o relatório anual do Senado de 2023, que descreve os progressos alcançados e as estratégias futuras da entidade. Para ler o documento é só acessar a página https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/dger/relatorio-anual-do-senado-federal-2023.pdf.

Participação popular

O Senado Federal promove a participação popular no processo legislativo por meio do portal e-Cidadania. Este portal oferece quatro ferramentas: Ideia Legislativa, Consulta Pública, Evento Interativo e Oficina Legislativa.

A "Ideia Legislativa" permite que os cidadãos enviem e apoiem sugestões de novas leis ou alterações às leis existentes. As ideias que recebem pelo menos 20 mil apoios em até quatro meses são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para análise, podendo se tornar projetos de lei, se aprovadas.

Por meio do "Evento Interativo", os cidadãos podem participar ativamente de audiências públicas, sabatinas e outros eventos, contribuindo com perguntas e comentários que enriquecem a discussão.

A "Consulta Pública" permite que os cidadãos expressem suas opiniões sobre as proposições em tramitação no Senado.

Por fim, a "Oficina Legislativa", destinada a professores de escolas e faculdades, tem como objetivo incentivar os estudantes a pensar em melhorias para o país ou para suas áreas de estudo. As ideias discutidas nessas oficinas podem, posteriormente, ser debatidas pelos senadores e transformadas em lei.



DIVULGAÇÃO



PREMIUM FREEPIK

Diversidade e inclusão

No âmbito da diversidade e inclusão, o Senado Federal promoveu diversas iniciativas em 2023. A Rede Equidade, liderada pela Casa, expandiu seu alcance, passando de 11 para 18 membros, incluindo órgãos como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Além disso, foram conduzidas pesquisas para ouvir as percepções da comunidade interna sobre equidade e diversidade étnico-racial. Complementando o trabalho foram lançadas publicações como Guia de Inclusão e Diversidade LGBTQIA+, o livro Equidade de Gênero no Senado: um relato da mudança da cultura organizacional por meio da ação gerencial e o e-book Racismo em Pauta, composto por 20 artigos elaborados pelo Grupo de Trabalho de Raça do Senado. Essas ações demonstram um compromisso contínuo do Senado com a promoção da diversidade e igualdade em todas as suas esferas de atuação.

Acessibilidade

No campo da acessibilidade, destacaram-se recentemente ações de inclusão como a expansão do uso da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nas transmissões da TV Senado, o lançamento de Cartilha sobre atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Projeto de Publicações Acessíveis.

Também houve a ampliação do uso de imagens com descrição para pessoas com deficiências visuais nos portais da instituição e a preparação e divulgação do Plano de Acessibilidade 2024-2025, com ações inclusivas que deverão ser empreendidas pela Casa no próximo biênio, entre outras atividades.

Para saber mais acesse o QR Code





FOPA 2024

6º FÓRUM PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO

SÃO PAULO: UM ESTADO NAÇÃO

100% integrado com o crescimento do Brasil

Confira o evento em: www.youtube.com/tvgcsm

OFERECIMENTO

WALD ANTUNES VITA LOPES RIL ADVOGADOS

FAESP

emae

REALIZAÇÃO

GCSM Global Council of Sustainability & Marketing

FÓRUM das AMÉRICAS

ANFITRIÃ

CIDADE DE GUARULHOS

APOIO INSTITUCIONAL

GRU Convention & visitors bureau

Visite GRU

sãojudas Universidade

APOIO

METODOS EMPREENDIMENTOS

KWPI

BOXTER

EngVita

FACILITYDOC

RECOM TECHNOLOGIES

PADO

SP PRA TODOS

ABEAR

SÃO PAULO visitesaopaulo.com

COORDENAÇÃO GERAL

Innsbruck

MEDIA PARTNERS

The WINNERS

Economy&Law

vidi

CARAS BUSINESS

PERFIL BRASIL

COM BRASIL

TV GUARULHOS

COBERTURA ESPECIAL

CULTURA

CERTIFICAÇÃO CORPORATIVA

GCSMCORP

ORGANIZAÇÃO

five POINTS

KWP ENERGIA

O SOL BRILHA PARA TODOS

